

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA  
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E  
REGIONAL

ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO

**MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E AS IMPLICAÇÕES NO MODO DE VIDA  
RIBEIRINHO: ESTUDO DE CASO EM AFUÁ, PARÁ**

**Sociocultural changes and the implications on the riverine way of life: case study in  
Afuá, Pará.**

ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO

**MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E AS IMPLICAÇÕES NO MODO DE VIDA  
RIBEIRINHO: ESTUDO DE CASO EM AFUÁ, PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa

Coorientadora: Profa. Dra. Viviana Mendes de Lima

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA**

**Ficha catalográfica**

Sena Camargo, Ana Paula de Campos  
Mudanças socioculturais e as implicações no modo de vida  
ribeirinho / Ana Paula de Campos Sena Camargo; orientadora,  
Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa; co-orientadora Profa.  
Dra. Viviana Mendes de Lima. - São José dos Campos, SP, 2024.  
1 CD-ROM, 108 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do  
Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em  
Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências


1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Pequenas Cidades. 3.  
Vida ribeirinha. 4. Afuá (PA). I. Costa, Profa. Dra. Sandra Maria  
Fonseca da , orient. II. Lima, Profa. Dra. Viviana Mendes de,  
co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Ana Paula de Campos Sena Camargo, autor(a) da obra acima  
referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em  
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o  
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado  
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de  
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e  
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 1 de Julho de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO  
Data: 04/07/2024 11:51:19 -0300  
Verifique em <https://validar.li.gov.br>

---

Autor(a) da Obra

---

**ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO**
**“MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E AS IMPLICAÇÕES NO MODO DE VIDA  
 RIBEIRINHO: ESTUDO DE CASO EM AFUÁ, PARÁ.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Sandra M. F. da Costa	<i>Sandra Maria Fonseca da Costa</i>
Viviana M. Lima	<i>Viviana M. Lima</i>
Mario V. Filho	<i>Mario Valerio Filho</i>
Fabiana F. do A. e Silva	<i>Fabiana F. do A. e Silva</i>
Ana C. D. Cardoso	<i>Ana C. D. Cardoso</i>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 08 de março de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela oportunidade de conhecer uma região com natureza tão deslumbrante, onde pude sentir sua presença.

À UNIVAP por proporcionar a bolsa de estudos para o iniciar o mestrado e a CAPES pela concessão de bolsa para dar continuidade ao mestrado.

À toda minha família que foram expectadores das minhas descobertas durante as visitas a campo, e que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco desse território que intriga a todos nós. Em especial meu marido Fabio e meus filhos João Pedro e Maria Clara, que me apoiaram nessa jornada, e que foram pacientes me ouvindo contar todas as histórias vividas e descobertas durante a pesquisa. Concordando em dividir minha atenção e meu tempo para a realização de mais uma etapa em minha vida acadêmica.

Agradeço as minhas orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Fonseca da Costa, que me levou a conhecer um dos lugares mais impressionantes do mundo, me guiando pessoalmente, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviana Mendes Lima, que compartilhou toda sua sabedoria e pela parceria durante o processo. Aos colegas do Laboratório de Estudos das Cidades UNIVAP, na pessoa Dr.<sup>a</sup> Monique Carmo pela parceria no campo e pelo acolhimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, às bibliotecárias Cíntia e Rúbia, aos professores do programa, em especial ao Prof. Dr. Mário Valério Filho pelas contribuições valiosas na qualificação e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Félix do Amaral pelas sugestões precisas na qualificação e generosidade no estágio docente.

E finalmente, agradeço à população de Afuá, pela receptividade calorosa e contribuição na pesquisa. Em especial ao Ezequiel pela solicitude, que Deus ilumine sua vocação, e a Rosy (Zazá) pelo amor que demonstra pela cidade, que continue cuidando de sua comunidade.

## RESUMO

As singularidades das pequenas cidades da Amazônia vão muito além de suas características regionais, pois mesmo pertencendo a mesma região, cada uma delas expressa em seu cotidiano e em sua relação com o meio ambiente, particularidades que somente vivenciando esses hábitos podemos identificá-las. Essas diferenças se iniciam a partir da formação das pequenas cidades, algumas foram criadas ao longo de rodovias, e tem nesse meio de transporte sua dependência econômica; outras são chamadas cidades beira rio, sendo esses meios de mobilidade um elemento importante de sua cultura e economia; e as cidades ribeirinhas, para as quais o rio é o protagonista, utilizado para mobilidade da população, recreação, sustento e identidade cultural. A harmonia entre esses pequenos centros urbanos, o grande volume de água e a floresta que as cercam são fundamentais para o equilíbrio ambiental, econômico e social. Conhecer essas singularidades e suas necessidades básicas são ferramentas para preservar sua cultura e promover mudanças que agreguem mais qualidade de vida à sua população, além de contribuir para a preservação do bioma amazônico na qual estão inseridas. Considerando esses aspectos, essa pesquisa tem como objetivo retratar as mudanças que a área urbana, da pequena cidade ribeirinha de Afuá apresentou nesses últimos anos, na arquitetura de suas casas, nas palafitas que compõem as ruas e nos materiais utilizados para a construção das edificações e da infraestrutura urbana. Avaliar como a falta de uma legislação municipal adequada contribuiu para o desenho urbano atual e uma possível tendência a transformações em sua estrutura urbana. A partir da literatura e da coleta de dados foi possível construir um retrato das alterações desse núcleo urbano. A cidade construída, como tantas outras cidades brasileiras, ao redor de uma igreja, torna-se peculiar pela sua topografia predominantemente plana, há apenas 8 metros acima do nível do mar, convivendo com o vai e vem da maré, seu território é inundado no pico das chuvas anuais, período que a maioria de sua população celebra circulando e brincando em suas águas. Essa característica da cidade, elevada a 1,20 de altura, pela estrutura das palafitas, limita o tipo de transporte que a população utiliza, a circulação é feita a pé, mas muitos utilizam a bicicleta e o bicitáxi, invenção de um morador local, que possibilita o transporte de até 4 pessoas e o transporte de cargas, para transitar pelas ruas estreitas da cidade. Apesar de distante de grandes centros urbanos, a cidade de Afuá está conectada ao restante do globo pela rede mundial de computadores, que influencia o modo de vida de seus moradores, desde o consumo dos produtos, no cotidiano, até os materiais utilizados na construção de suas moradias e na infraestrutura da cidade. A análise dessas mudanças na arquitetura e no urbanismo da cidade nos leva a uma reflexão, se serão positivas para a população e se trazem um desenvolvimento sustentável e socialmente igualitário, ou se contribuem para uma perda da identidade ribeirinha, com prejuízo econômico e ambiental.

Palavras-Chave: Planejamento Urbano; Pequenas Cidades, Região Amazônica; Arquitetura Ribeirinha; Afuá.

## ABSTRACT

The singularities of small cities in the Amazon go far beyond their characteristics, even though they belong to the same one, each of them expresses itself in its daily life and in its relationship with the environment, particularities that only by experiencing these habits we can identify. These differences begin with the formation of small cities, some were created along highways, and have their economic dependence on this means of transport; others are called riverside cities, with these means of mobility being an important element of their culture and economy; and riverside cities, where the river is the protagonist, used for population mobility, updating, sustenance and cultural identify. The harmony between this small urban center, the large volume of water and the forest that surrounds it is fundamental for environmental, economic and social balance. Knowing these singularities and their basic needs are tools to preserve their culture and promote changes that add a better quality of life to their population, in addition to preserving the Amazon biome in wich they are located. Considering these aspects, this research aims to portray the changes that the urban area of the small riverside city of Afuá has presented in recent years, in the architecture of its houses, in the stilts that make up the streets and in the materials used for the construction of buildings and of urban infrastructure. Evaluate how the lack of adequate municipal legislation contributed to the current urban design and a possible tendency for transformations in its urban structure. Based on literature and data collection, it was possible to construct a portrait of the changes in this urban nuckeus. The city built, like so many other Brazilian cities, around a church, is peculiar due to its predominantly flat topography, just 8 meters above sea level, coexisting with the coming and going of the tide, its territory is flooded in the peak of the anual rains, a period that the majority of its population celebrates by circulating ans playing in its water. This characteristic of the city, raised to 1.20 meters high, due to the structure of the stilts, limits the type of transport that the population uses, circulation is done on foot, but many use bicycles and bicytaxis, the invention of a local resident, wich allows the transport of up to 4 people and the transport of cargo, to travel through the city's narrow streets. Despite being far from large urban centers, the city of Afuá is connected to the rest of the globe by the global computer network, with influences the way of life in the city, from the consumption of everyday products to the materials udes in the construction of its buildings housing and city infrastructure. The analysis of these changes in the city's architecture and urbanismo leads us to reflect on whether they will be positive for the population and bring sustainable and socially egalitarian development, or whether they will contribute to a loss of riverside identity, with economic and environmental damage.

Keyword: Urban Planning; Small Cities, Amazon Region; Riverside Architecture; Afuá.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Salvador, Brasil (A), Lisboa, Portugal (B). .....	24
Figura 2 - Análise da arquitetura do trópico úmido.....	39
Figura 3 – Vista panorâmica da cidade de Afuá.....	42
Figura 4 - Localização do município de Afuá e seu núcleo urbano, Pará .....	43
Figura 5 – Zona urbana de Afuá, com arruamento.....	44
Figura 6 – Imagens de Afuá início século XX, álbum do Pará.....	45
Figura 7 – Crescimento da área urbana de Afuá, Pará. ....	46
Figura 8 – Delimitação da cidade de Afuá em bairros e em setores censitários. ....	47
Figura 9 - Casa com bandeira vermelha, sinalizando a venda de açai. ....	49
Figura 10 – Embarcações em Afuá: (A) navio noturno, que faz a conexão com Macapá; (B) “rabetá”, que auxilia no deslocamento dos moradores; (C) “lança” que conecta Aguá à Macapá em 2h, (D) posto de combustíveis e lanca dos bombeiros; (E) barco da CEF; (F) unidade de saúde.....	50
Figura 11 – Fenômeno da “Lançante”.....	51
Figura 12 – Trânsito de bicicletas e bicitáxis pelas ruas de Afuá: na conexão entre Centro e Capim Marinho (A); e no bairro do Centro (B e C). ....	52
Figura 13 – Modelos de bicitáxi.....	53
Figura 14 – Casas típicas ribeirinhas .....	54
Figura 15 - Crescimento da mancha urbana em Afuá: a área urbana em 2001 A e em 2024 B. ....	66
Figura 16 – Setores censitários da cidade de Afuá, em: A 2010; e B 2022. A numeração, nos croquis, refere-se à identificação dos setores. ....	66
Figura 17 – Trajeto percorrido na primeira vista à campo. ....	70
Figura 18 - Terreno perfurado para implantação de brocas estruturais e sapatas.....	71
Figura 19 – Mapa de composição estrutural das edificações do bairro do Centro.....	72
Figura 20 – Praça Micaela, bairro do Centro.....	74
Figura 21 – Terminal Hidroviário (A) janeiro/2023, (B) novembro/2023.....	76
Figura 22 – Festa das crianças no Centro Cultural Lagostão (A), população apagando fogo do Centro Cultural (B). ....	77
Figura 23 – Enquete para a escolha do material do Lagostão (A) e Projeto de arquitetura do novo Centro Cultural (B). ....	78
Figura 24 – Imagem das visitas a campo: janeiro/2023 (A), novembro/2023 (B). ....	78

Figura 25 – Esquema de alternativas da distribuição interna de casas ribeirinhas mais simples. D: dormitório, S: sala, C: cozinha. ....	82
Figura 26 – Casas ribeirinhas, (A, B, C) bairro do Centro, (D) bairro Capim Marinho. ....	84
Figura 27 – Casas com estilo contemporâneo no bairro do Centro, em Afuá. ....	84
Figura 28 – Resíduos da construção civil.....	85
Figura 29 – Casas destruídas pelo fogo em novembro de 2023. ....	86
Figura 30 - Ruas suspensas em Afuá, “pontes ou palafitas”, em concreto armado no Centro (A, C e D), em madeira no Capim Marinho (B). ....	87

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de Açaí e Palmito pela Silvicultura em Afuá.....	48
Gráfico 2 –Produtos relacionados à madeira. ....	49
Gráfico 3 – Crescimento populacional do município de Afuá 1980-2022. ....	63
Gráfico 4 - Migração para a zona urbana de Afuá. ....	64
Gráfico 5 - Pirâmide etária 2010.....	67
Gráfico 6 - Pirâmide etária 2022.....	68
Gráfico 7 – Saneamento básico na zona urbana em Afuá.....	89
Gráfico 8 – Circulação na zona urbana de Afuá .....	92

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Cidades: critérios e definição em alguns países, 2007.....33

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AC** – Antes de Cristo

**AP** - Amapá

**CAAE** – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

**CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CNSA** – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

**COSANPA** – Companhia de Saneamento do Pará

**GPS** – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

**EMAPA** - Exportação, Materiais e Alimentos do Pará

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FPM** - Fundo de Participação dos Municípios

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**INPE** – Instituto de Pesquisas Espaciais

**INRC** – Inventário Nacional de Referências Culturais

**MEI** – Microempreendedor Individual

**PA** - Pará

**PCD** – Pessoa com deficiência

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**UNIVAP** – Universidade do Vale do Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1	PROBLEMÁTICA .....	16
1.2	HIPÓTESE.....	21
1.3	OBJETIVOS .....	21
1.4	JUSTIFICATIVA .....	22
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	23
2.1	AS IMPLICAÇÕES DO TEMPO NAS CIDADES BRASILEIRAS .....	23
2.2	PEQUENAS CIDADES DO BRASIL .....	30
2.3	AS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO AMAZÔNICA.....	35
<b>3</b>	<b>A ÁREA DE ESTUDO</b> .....	42
3.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....	42
3.2	HISTÓRIA.....	44
3.3	CRESCIMENTO URBANO .....	46
3.4	ECONOMIA.....	48
3.5	MOBILIDADE .....	50
3.6	ARQUITETURA E URBANISMO RIBEIRINHO .....	53
3.7	CULTURA RIBEIRINHA .....	55
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	56
4.1	REVISÃO DE LITERATURA.....	57
4.2	COLETA DE DADOS .....	57
4.2.1	LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS	4.2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS .....
	SECUNDÁRIOS .....	
4.2.3	TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	60
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	61
5.1	PERFIL SOCIOECONOMICO POPULACIONAL .....	62
5.2	OBSERVAÇÃO VISUAL DA COMPOSIÇÃO MATERIAL DAS EDIFICAÇÕES	70

5.2	PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO E O SENSO DE PERTENCIMENTO .....	76
5.3	OS DESAFIOS E AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS EM AFUÁ .....	81
5.3	A LEGISLAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO AO CRESCIMENTO URBAN.. .....	89
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA</b> .....	<b>102</b>
	<b>ANEXO A: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b> .....	<b>104</b>

## APRESENTAÇÃO

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista – UNIP, em São José dos Campos – São Paulo, em 2017, como aluna beneficiada pelo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, com especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Paulista – UNIP, em São José dos Campos – São Paulo, em 2019, com bolsa integral recebida como reconhecimento pelo bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Iniciei minha vida acadêmica aos 35 anos, casada e mãe de dois filhos, mas a profissão me escolheu desde a infância, por causa da curiosidade pelos espaços construídos e por projetos rudimentares que elaborava com as soluções que encontrava. Desde minha graduação trabalho como profissional liberal, já realizei projetos residências e de templos religiosos.

Antes da graduação me formei em técnico em mecânica, que colaborou para minha vida profissional dentro da indústria aeronáutica, na Embraer.

Para dar continuidade a minha vida acadêmica, ingressei no Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, com a proposta de pesquisar as mudanças nos projetos de arquitetura e urbanismo no pós-pandemia da Covid, gostaria de compreender as mudanças nessa nova realidade nos projetos das residenciais. Trabalhando como arquiteta nesse período pandêmico, pude perceber uma mudança no comportamento das pessoas quando desejavam projetar sua moradia, como: a preocupação com espaço para trabalhar em casa e maior preocupação com espaço de lazer. Durante o mestrado fui convidada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Fonseca da Costa, a pesquisar sobre as mudanças na pequena cidade de Afuá, PA. Sem conhecimento sobre a Região Amazônica, durante seis meses me dediquei a literatura para começar a compreender essa área tão complexa. Percebi que a mudança, que me chamou atenção para o projeto de pesquisa, na arquitetura e no urbanismo, já havia iniciado na pequena cidade de Afuá, não pela pandemia de COVID, mas por motivos até então desconhecidos. Essas mudanças na paisagem urbana já estavam presentes e em ritmo acelerado.

Mas nada me preparou para a ver a Floresta Amazônica pela janela do avião, quando se pode avistar Belém, a capital do Estado do Pará, uma grande cidade, em meio àquela vastidão verde, a floresta e a Baía do Guajará guardando os limites da cidade, uma imagem única que fica para sempre na memória. Porém, mesmo já sendo possível avistar o arquipélago do Marajó, para uma viagem mais rápida, é necessário voar até a cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, e seguir viagem de barco até a cidade de Afuá, navegando primeiramente pelo Rio

Amazonas e pelos rios que compõem os furos para alcançar a zona urbana da cidade, e depois de 5 horas durante a noite e no início da madrugada enxergar um feixe de luz ao longe onde estava Afuá, a emoção de estar naquele lugar, me fez superar meus medos e mergulhar naquele ambiente tão singular. Poder compartilhar momentos com a população local, observar a arquitetura ribeirinha, as ruas em palafitas, me proporcionou uma nova visão de um espaço urbano singular, de uma população que ao longo de sua história construiu sua vida cotidiana e sua cultura em harmonia com o meio ambiente, não alterando sua topografia, o leito de seus rios e igarapés. Ao contrário adaptou sua moradia, suas ruas e seu modo de vida e mantém uma relação estreita com a floresta, os rios e os animais que guardam esse lugar especial.

Porém também pude constatar que essa harmonia está em risco, com a inserção de novos materiais, que não são adequados para aquele tipo de terreno, e a perda da identidade ribeirinha através de introdução de uma arquitetura contemporânea, que não atende as necessidades climáticas da região. Essas mudanças podem acarretar problemas além da perda da identidade cultural da cidade, podem trazer prejuízos para o meio ambiente, a infraestrutura da cidade, risco de colapso das estruturas, entre outros.

Espero que a pesquisa possa contribuir de alguma forma com a população de Afuá, lugar de pessoas felizes e que amam o lugar onde vivem.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMÁTICA

Estudar as pequenas cidades na Região Amazônica é ter que considerar desde os parâmetros utilizados para a classificação de uma cidade em pequena, até a imensidão desse território que nos faz sentirmos pequenos, com suas vastas florestas e o grande volume das águas de seus rios, como narra Krenak (2022, p.16) “É fascinante pensar que o grande rio que dá nome à Bacia Amazônica nasce de um fiozinho de água lá nas cordilheiras dos Andes para formar aquele mundo aquático”. Local onde o homem não é o protagonista, ele apenas faz parte daquele ambiente, e precisa adaptar seu modo de vida.

Esse modo de vida ribeirinho, que se harmoniza com a natureza ao seu redor vem de muito antes da colonização. No arquipélago do Marajó, região onde a pequena cidade de Afuá está inserida, estudos mostram vestígios dos primeiros habitantes há 200 anos A.C., segundo o (Inventário Nacional de Referências Culturais INRC Marajó IPHAN 2009).

A colonização na Amazônia aconteceu a partir do século XVII. “Uma maneira peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-o ininterruptamente em suas populações indígenas” (Oliveira; Schor, 2008, p.16). A colonização se deu pela necessidade de tomar posse desse território e defender essa área. Nesse momento o colonizador não tinha a intensão de criar novas “cidades”, mas firmar nas localidades fortificações para defesa, como o Forte do Presépio, marco fundador da cidade de Belém, em 1616, e pontos de apoio estratégico para futuras incursões ao longo dos rios no processo de interiorização.

Durante quase três séculos que seguem à criação do primeiro forte, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia é incipiente. São pequenos aglomerados dispersos nas margens dos rios que tinham como papel a defesa e se constituíam no locos avançados do projeto civilizatório nem sempre concretizado. O processo de urbanização na Amazônia (embora essa categoria deva ser relativizada para a Amazônia), surge a partir do final do século XIX com a exploração do látex quando se intensificou a ocupação por população não indígena da parte mais oeste da Amazônia (Oliveira; Schor, 2008, p.17).

Compreender essa forma de colonização, onde os núcleos foram sendo criados por um longo período, ilustra como assentamentos amazônicos foram se desenvolvendo com uma formatação diferente do restante do país, as quais passaram a ter os rios como conexão entre as localidades. Inicialmente, criadas para dar apoio ao processo de colonização e, posteriormente,

de exploração, algumas dessas localidades mais tarde tornaram-se vilas e cidades. Excetuando as atuais capitais dos estados, como Belém e Manaus, que foram fundadas ainda no século XVII, nesse momento a intenção não era criar cidades.

A Região Amazônica, desde sua colonização, passou por ciclos de grande interesse econômico, intercalados com períodos de estagnação e até mesmo de decadência, na ótica do mercado global. No século XIX, no período de exploração do látex, a região foi alvo de grande interesse econômico. Naquele momento,

As terras do Brasil, nos idos de 1850, eram divididas em freguesias, que foram uma das causas de surgimento de centros urbanos no Brasil (...). Essa influência permaneceu em razão do decreto 1.318, de 1854, o qual dispunha que nas declarações de posse de terra deveriam constar as freguesias nas quais as áreas em questão faziam parte, como se fosse o ponto de referência, em razão de tais freguesias terem posteriormente se transformado em distritos, em vilas e /ou cidades (Marx, 1991 *apud* Costa 2020, p.6).

Esse período atraiu migrantes para a região, principalmente do nordeste do país e, segundo Oliveira; Schor (2008), mesmo sendo um momento de grande prosperidade na região, não trouxe melhoria na condição de vida da população local e dos migrantes, essa condição fez com que muitos que haviam migrado retornassem ao seu lugar de origem ao final do período econômico.

“Após o colapso da economia da borracha, as cidades da Amazônia perderam força e influência econômicas, embora várias novas cidades tenham sido criadas com infraestrutura precária, organização política e recursos limitados” (Costa, 2020, p.8). Mesmo com a crise da borracha, no início do século XX, “alguns núcleos apresentaram crescimento relativo, como o caso de Marabá, em decorrência da castanha, e das cidades do Médio Amazonas, especialmente Santarém no Pará, Parintins, Itacoatiara e Manacapuru no Amazonas, por conta da produção de juta”, como apresenta Oliveira; Schor (2008, p.17). A região sempre se desenvolveu com base no que extrai da floresta e dos rios da região, e por ser uma área de grande riqueza, vegetal e mineral, produtos não faltam para serem comercializados:

Das drogas do sertão à borracha, ao pescado, às banhas, à madeira, ao minério e outros produtos, a economia dos recursos do território esteve sempre presente nas estratégias de desenvolvimento das cidades e no povoamento da Amazônia. Cada cidade, por menor que tenha sido no passado, foi certamente um posto avançado de apoio para escoar a produção de mercadorias (Castro, 2008, p.34).

Na metade do século XX, o governo se voltou novamente para essa região com abertura de rodovias, que modificaram a configuração das cidades amazônicas Trindade Jr e Tavares, (2008, p.9). Dentre as rodovias, se destacam a Rodovia Transamazônica que liga os estados da

região nordeste do país aos estados amazônicos, fazendo a ligação Leste-Oeste, e a Belém-Brasília, que interliga a capital do país a capital do estado do Pará, passando pelos estados da região norte, fazendo a ligação Norte-Sul.

A abertura de rodovias proporcionou o estabelecimento de novos assentamentos ao longo das mesmas e modificou a tipologia das localidades, “a partir da década de 1960, entretanto, muitas transformações ocorreram na realidade regional e repercutiram de maneira decisiva na configuração das cidades amazônicas. Um dos fatores que contribuíram para isso foi, sem dúvida nenhuma, a abertura de rodovias” Trindade Jr e Tavares (2008, p.9). Anteriormente, a região apresentava apenas localidades dependentes de sua relação com os rios, para a locomoção ou escoamento de sua produção, sendo classificadas como cidades beira-rio ou cidades ribeirinhas.

A respeito das cidades direta ou indiretamente relacionadas ao padrão fluvial, poderíamos ainda discernir duas formas-conteúdo: as cidades ribeirinhas e as cidades beira-rio. (...). As cidades ribeirinhas, diferentemente das cidades beira-rio, têm fortes articulações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional, articulações estas que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta daquelas em relação este último, mas principalmente pelas relações econômicas e socioculturais que incluem o rio como um dos importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidades urbanas (Trindade Jr; Tavares, 2008, p.11).

A partir da expansão da malha viária, surgiram as cidades ligadas às rodovias, que têm relação com o tipo de extração vegetal ou mineral da região na qual estão inseridas. “Dizem respeito ao esquema de ocupação regional pós-1960, ligado à: implantação de rodovias, frentes de expansão econômica como a mineral, modelos espontâneos ou dirigidos de ocupação privada ou estatal etc.” (Trindade Jr; Tavares, 2008, p.10). Essa diversificação das tipologias de implantação das cidades, colaborou com o aumento do número de cidades na região:

Em 1960, eram 165, passando para 212 em 1980, chegando a 264 em 1991, e atingindo 449 em 2000, ou seja, só na última década foram criadas 185 cidades, número superior à quantidade de cidades existentes em 1960. Quase sempre, são pequenos núcleos que se emancipam com fraca ou nenhuma infraestrutura e cuja base econômica é o repasse de recursos públicos (Trindade Jr; Schor, 2008, p.18).

Nunes (2008, p.51) demonstra que as pequenas cidades são predominantes na região Amazônica. De acordo com o autor, das 750 cidades da Amazônia Legal, que atualmente compreende os estados do Amazonas, Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e partes do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, 525 são pequenas cidades, com menos de 20.000 habitantes, com 40,12% de sua população vivendo na zona rural.

Os dois municípios que apresentam mais de 1.000.000 de habitantes são Belém e Manaus, capitais dos estados do Pará e Amazonas, respectivamente, cidades que desde o início de sua colonização, no século XVII, se mostravam como metrópoles regionais.

Esses núcleos urbanos amazônicos tem uma implantação diferente do restante do país. Geralmente, as cidades brasileiras têm bem definidas a sua zona urbana e rural, a zona urbana caracterizada pela alta densidade, verticalização das edificações, circulação de veículos, solo impermeabilizado, concentração de serviços e comércio, entre outros. Na zona rural, predominam as propriedades rurais de portes variados, estradas de terra, baixa densidade, edificações de apenas um pavimento, paisagem natural alterada apenas pela atividade econômica que exercem no terreno. Nas cidades amazônicas essa distinção não é tão nítida. De acordo com Castro (2008, p.9), “A Amazônia precisa ser lida enquanto uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas ali existentes”.

Precisamos lembrar que as cidades da Amazônia não abrigam apenas zona rural e zona urbana, diferente do restante do país, a região abriga grande diversidade assentamentos humanos e um ambiente natural rico em fauna e flora.

Hoje se reconhece que várias tipologias de ocupação do território estão contidas no município amazônico, desde a sede municipal (ou cidade), vila ribeirinhas, agrovilas, projetos de assentamento, reservas ambientais, reservas indígenas, até as fazendas e todos os habitantes destas tipologias podem reportar ao município em busca de solução para seus problemas e necessidades, ou, vez por outra, assumem a condição de agentes promotores das mudanças do território segundo seus interesses (Cardoso; Lima, 2008, p.64).

Nas pequenas cidades, principalmente naquelas com menos de 20.000 habitantes, ainda é mais difícil tentar fazer essa distinção. Essas cidades têm estabelecida uma relação muito forte com o entorno, isto é, o rio e a floresta, são, muitas vezes, pequenos núcleos inseridos em uma vasta região de floresta, e esses núcleos urbanos se mantêm distantes entre si. Essa forma de implantação das cidades pode levar a uma leitura de errônea do território, de não possuir características urbanas.

Considerando as características apresentadas, podemos interpretar que essas pequenas cidades estão “isoladas”, fisicamente distantes do restante do mundo, porém com o processo de globalização, mesmo esses pequenos núcleos urbanos estão conectados pela rede mundial de computadores. Observando uma cidade ribeirinha, podemos notar os moradores navegando pelos rios, caminhando pelas cidades ou mesmo nas janelas de suas casas, com um smartphone nas mãos. Mesmo as pequenas cidades abrigam núcleos de universidades à distância,

compartilham seu dia a dia pelas redes sociais e podem acessar qualquer tipo de informação em tempo real. Mas essas cidades ainda carecem de infraestrutura, como acesso à energia elétrica, água potável, serviço de saúde para tratamentos mais complexos, correta destinação de lixo e esgoto, entre outros aspectos.

O ribeirinho se articula entre o tradicional e o moderno, ao mesmo tempo que mantém suas raízes ancestrais, como seu costume de cultivar o açaí em meio à floresta, ele utiliza a tecnologia para controlar a produtividade e vender o produto. Porém essa relação não é totalmente amistosa e como em qualquer cidade, a globalização atropela a cultura, a economia, a política e modifica espaços e sociedade.

Em um universo tão complexo, como é o ambiente urbano em meio a maior floresta tropical do mundo, fazer uma leitura correta em meio ao processo globalização que vivemos, é desafiador.

Na compreensão das cidades ribeirinhas da Amazônia, para além da paisagem aparente, é preciso atravessar o rio, pois do outro lado há sempre esperança. A complexidade da sociedade contemporânea não nos permite compreender a Amazônia apenas relacionando-a à crise, emersa nos diagnósticos das carências, mas também como virtualidades e possibilidades.

A linguagem da globalização nega qualquer forma de autonomia para o desenvolvimento urbano, subestima a capacidade individual de cada cidade para definir novas possibilidades de viver no urbano e torna impossível vislumbrar saídas alternativas para a trajetória capitalista da globalização/urbanização (Oliveira; Schor, 2008, p.23).

Para as pequenas cidades ribeirinhas, como Afuá, mesmo mudanças sutis são sentidas de forma mais intensa, porque esse lugar tem uma estreita relação com o meio ambiente e uma vida comunitária intensa. Nas cidades ribeirinhas ainda se preserva a conexão humana, em detrimento das conexões virtuais. Eles caminham pela cidade e tem contato diário com seus vizinhos e parentes. Sintonia perdida nos dias atuais na maioria das cidades. A conexão com as pessoas, a natureza e o ambiente urbano construído com técnicas ancestrais, faz parte da identidade cultural, que, para os povos que vivem nessa região é de extrema importância.

Os novos materiais (alvenaria em substituição à madeira) e as novas condições de disputa pelo solo (e estreitamento dos terrenos urbanos) modificam as soluções vernáculas de habitação comprometendo no aspecto físico as condições de ventilação, iluminação, segurança contra incêndios, por exemplo; e no aspecto social as práticas familiares de agregação de parentes em habitações vizinhas para apoio mútuo em momentos de vulnerabilidade. (Cardoso; Lima, 2008, p.91).

Os novos materiais são ofertados como soluções para os problemas que a cidade enfrenta, mas não esclarece suas desvantagens na sua utilização, e como pode afetar uma pequena cidade ribeirinha como Afuá. Ainda não se pode mensurar as consequências na qualidade de vida da população da cidade, pois esse processo ainda está em andamento.

No caso da pequena cidade de Afuá, com a mobilidade tão dependente do ciclo das águas, com suas ruas estreitas sobre as palafitas, será que as mudanças que podemos observar atualmente, nos materiais utilizados para a construção de casas e pontes, são os mais adequados para o ambiente que pertencem?

Para compreender esse território é necessário conhecê-lo, sem carregar conceitos estabelecidos do que pode ser definido como urbano. A singularidade é a palavra que nos acompanha durante esta jornada.

## 1.2 HIPÓTESE

A atividade humana vem modificando o ambiente ao seu redor do planeta desde que os povos antigos deixaram sua natureza nômade e se estabelecerem em agrupamentos humanos, começaram a cultivar a terra, a criar animais, organizar sociedades e criar meios de dominar a natureza. As cidades criadas a partir dessas sociedades vêm, desde então, se transformando ao longo do tempo, o que chamamos de evolução, muitas vezes, não refletem em mais qualidade de vida para nossa população.

Assim como as grandes e médias cidades, as pequenas cidades também sofrem essas transformações e essa natureza dinâmica das cidades muitas vezes impactam também essas pequenas sociedades. Refletindo sobre essas transformações que a pequena cidade de Afuá está passando, foi levantada como hipótese: A cidade antes apresentava uma arquitetura com edificações avarandadas, com estrutura de madeira, feitos por habilidosos artesãos locais com adornos detalhados e pintura colorida. Essas mudanças podem trazer prejuízos para a população, causando a perda da identidade ribeirinha. A pesquisa busca responder essas questões e fazer um panorama dessas mudanças na cidade.

## 1.3 OBJETIVOS

Considerando estes aspectos, o principal objetivo desta pesquisa foi retratar as mudanças que a área urbana de Afuá apresentou nesses últimos anos e avaliar como a falta de uma legislação municipal adequada contribuiu para o desenho urbano atual e uma possível tendência

a transformações em sua estrutura urbana. Além de retratar as mudanças, estudar as possíveis causas dessa transformação, se é uma transição natural, em relação as cidades de mesmas características e porte, ou se é uma mudança pela influência do acesso à tecnologia, como os meios de comunicação, fomentação ao turismo, ou até mesmo o envelhecimento de sua população.

Como objetivos específicos, esta pesquisa propôs:

- Conhecer o perfil da população de estudo, tais como: renda, escolaridade e relações socioculturais;
- Analisar a percepção de reconhecimento cultural de Afuá por parte da população de estudo;
- Verificar quais foram as influências externas que contribuíram para as mudanças na área urbana do município;
- Contribuir com as discussões sobre legislação urbana do município, para o ordenamento urbano e territorial, no que se refere às especificações construtivas.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa tem a intenção de retratar as mudanças espaciais de Afuá e assim contribuir para compreensão da importância de se construir uma legislação municipal que atenda às necessidades da cidade e os anseios da população. Como cita Angotti (2007), os resultados mais positivos em planejamento urbano foram os que tiveram a atuação da população, ponto defendido no Estatuto das Cidades em 2001.

A cidade de Afuá apresentou um crescimento urbano nos últimos anos, superior à média nacional, sem uma legislação adequada para ordenar o crescimento, a expansão resultou em uma situação de precariedade para a população local, sem infraestrutura básica para um desenvolvimento sustentável.

Além do crescimento, Afuá está passando por um processo de mudança em sua arquitetura ribeirinha, sob o conceito de arquitetura vernacular ou arquitetura popular brasileira Santos e Costa (2017), a pesquisa busca analisar esse processo e suas implicações.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura utilizada para a elaboração da pesquisa, que aborda as questões relacionadas à cidade, contribuiu para a compreensão das características dos centros urbanos em diferentes localidades, e dimensões, principalmente as pequenas cidades da Amazônia. Os autores discutem problemas que esses núcleos urbanos enfrentam diariamente e as implicações da atuação de agentes externos, do poder público, dos profissionais da área, e da população local, sendo a cidade um local de mudança constante, principalmente em um mundo globalizado.

### 2.1 AS IMPLICAÇÕES DO TEMPO NAS CIDADES BRASILEIRAS

A cidade é resultado dos processos a que foi submetida ao longo do tempo, sejam eles processos naturais, sociais, econômicos e culturais. E o produto desse processo são períodos marcados por mudanças que marcam a história das cidades. Na arquitetura e no urbanismo, assim como nas artes, é costume denominar um período conforme as características do que foi produzido. Podemos dar como exemplo: o clássico ou o moderno na arquitetura e no urbanismo, a medieval ou contemporânea nas artes. Essa produção é resultado dos processos de desenvolvimento dos povos que habitavam determinado local, ilustrando o que naquele momento histórico era importante para a população, ou para os detentores do poder. Esse processo histórico, que pode ser de uma região, de um país ou até mesmo de uma cidade, é importante ser compreendido para que as futuras ações no território tenham como resultado a conservação do patrimônio construído e se reflitam no bem-estar da população.

O espaço geográfico é parte condicionante e expressão de dinâmicas econômicas, políticas, enfim, de processos sociais, ou seja, enquanto por um lado a sociedade define-se econômica e politicamente, estabelecendo condições sociais, produz também o espaço em que vive com atributos que só podem ser compreendidos neste contexto geral. Por outro lado, o espaço produzido é também mediação desse processo (Endlich, 2009, p.17).

O processo de urbanização brasileira começou a ser estruturado com a chegada dos europeus. Uma nova cultura foi introduzida, produzindo cidades que não valorizaram o conhecimento tradicional, importando o modo de vida europeu, com seus valores e costumes (Porto Gonçalves, 2002).

Diferente do “velho mundo”, o Brasil foi construído com um conceito de cidade trazido pelos colonizadores, com uma organização socioespacial que foi replicada em nosso território, a qual ainda utilizamos. Como narra Porto Gonçalves (2002, p. 218), “Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a

invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade”. O autor menciona que os arranjos dos assentamentos dos povos originários, que habitavam o nosso território, foram ignorados, bem como a arquitetura de suas casas e templos. Foram considerados não civilizados, uma sociedade selvagem, que deveria ser dominada. “Assim, o pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos” (Porto Gonçalves, 2002, p. 218). Podemos observar as cidades de Lisboa e do Porto, em Portugal, e Salvador, no Brasil, guardam semelhanças na implantação, em dois níveis distintos, na arquitetura e na cor dos casarios (Figura 1). Porém, o clima, a geografia, a cultura vernacular e os habitantes não compartilham semelhanças.

Figura 1 - Salvador, Brasil (A), Lisboa, Portugal (B).



Fonte: Defesa civil Salvador; Hoteis.com (2024)

Durante o ICHT 2023, Colóquio Internacional - Imaginário, Construir e Habitar a Terra, Imaginários Urbanos, o filósofo francês Jean-Jacques Wunenburger da *Université de Lyon 3*, em sua fala sobre as cidades, afirmou que as “cidades brasileiras não tiveram infância”, isto é, as cidades brasileiras não passaram por fases de amadurecimento durante o processo de desenvolvimento que passaram as cidades europeias, elas foram concebidas em um formato que não era a realidade do país, com isso foram importadas as soluções urbanísticas da época e também os problemas. “Nessa compreensão, é importante destacar que a urbanização na Europa apresenta uma face mais antiga se comparada àquela das Américas” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.27).

Em um mundo em constante transformação, do período colonial até os dias atuais, as cidades brasileiras também foram se transformando, de cidades rurais, dependentes do campo para fomentar a economia e as relações sociais, às cidades predominantemente urbanas, do século XX (IBGE, 2023). Mas, em um país com tanta diversidade cultural, ambiental e econômica, será que apenas um modelo deveria ter sido seguido? Para Haesbart (2004, p.2), “é interessante observar que, enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo,

‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”.

Ao longo do tempo, as cidades foram sendo fundadas de acordo com o que era explorado ou produzido, e a necessidade de um núcleo urbano para apoio da produção ou como rota de escoamento. O campo era o gerador da economia e as cidades concentravam a administração. Esse modelo de cidade foi se modificando a partir da revolução industrial, na Europa, que acelerou o crescimento das cidades. Mais pessoas buscaram emprego e moradia nos núcleos urbanos entre o final do século XVIII e início do século XIX.

Do ponto de vista quantitativo, a revolução industrial é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes. O aparecimento e a importância desse fenômeno seguem a ordem e o nível de industrialização dos países. A Grã-Bretanha é o primeiro teatro desse movimento, sensível desde os recenseamentos de 1801; na Europa, a França e a Alemanha seguem-se a partir dos anos 1830 (Choay, 1965, p.3).

As cidades brasileiras não escapam dessa realidade, apesar desse fenômeno ter ocorrido mais tarde, e o crescimento do número de pessoas que habitam os centros se acentuou, desde o final do século XIX e início do século XX. Atualmente, mais de 85% da população brasileira é urbana.

A migração da população do campo para a cidade trouxe desafios que foram se somando ao longo do tempo. A aglomeração de pessoas num mesmo lugar fez surgir a necessidade de um ordenamento territorial que suprisse as necessidades geradas pela sociedade. Com isso, estudos tiveram que ser desenvolvidos para entender como ordenar um número crescente de pessoas dividindo o espaço urbano, circulando, habitando e trabalhando. Surgiu, então, o urbanismo, a história do urbanismo e o planejamento urbano. No Brasil, esses movimentos tiveram origem nos cursos de engenharia-civil e engenharia-arquitetura, e se mantiveram nas novas escolas de arquitetura, criadas na década de 1940. Como descreve Leme (1999, p.21), “O urbanismo é definido como “conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais que visam ao desenvolvimento racional e humano das cidades” e, segundo Choay (1965, p.2) “De fato, a palavra “urbanismo” é recente. G. Bardet remonta a sua criação a 1910. O dicionário Larousse define-a como “ciência e teoria da localização humana”. Antes dos engenheiros e arquitetos, os médicos eram os profissionais que coordenavam as ações sanitárias nas cidades. Nos anos 1960, outros profissionais se uniram para pensar a cidade de forma multidisciplinar, como os cientistas sociais, os geógrafos e os economistas (Leme, 1999).

Segundo Leme (1999), o planejamento urbano surgiu como uma derivação das disciplinas de urbanismo, ministradas nas instituições de ensino da Engenharia e da Arquitetura e, as primeiras gerações de profissionais das áreas, que projetaram essas intervenções urbanas, eram provenientes de cursos de engenharia, nas antigas Escolas Militares na Bahia, Pernambuco e no Rio de Janeiro ou na Escola Central no Rio de Janeiro, ou ainda formados no exterior. Ghisleni (2022, [n.p.]) explica que “na teoria, o planejamento urbano é um processo de elaboração de soluções que visam tanto melhorar ou requalificar uma área urbana já existente, como também criar uma nova urbanização em determinada região”.

Segundo Villaça (1999), todas essas questões da cidade foram a base da legislação que hoje conhecemos. Mas chegar até aqui exigiu um grande esforço de mobilização social e política. A cidade sempre foi palco de disputas econômicas, e com maior número de habitantes, essas disputas, entre os interesses políticos, financeiros e sociais, cresceram exponencialmente e na mesma rapidez que a população. Ao longo do século XX, o Brasil passou por grandes transformações que buscavam a modernização e a industrialização, modificando nossa matriz econômica agrária. Porém, mesmo com maior número de pessoas habitando as cidades, a participação popular nas questões que envolvem o urbano não tinha grande expressão, as decisões ainda eram tomadas pelo poder público juntamente com os profissionais da área e personalidades com grande poder econômico, ignorando as necessidades e os saberes da população.

Devemos salientar que o Brasil sendo um país de dimensões continentais, nem todas as cidades estavam compartilhando esse processo, as mudanças sempre ocorreram com mais rapidez no sudeste do país, que ainda abrigava a antiga capital, a cidade do Rio de Janeiro. Após a metade do século XX, com a transferência da capital para o centro-oeste do país, com a fundação de Brasília em 1960, e um grande processo de expansão rodoviária e com as políticas de integração territorial, dos governos militares, pós-golpe de 1964, o interior do Brasil começou a ser integral, economicamente, ao restante do país.

Na América Latina, a expansão da urbanização, ocorrida em meados do século XX, foi bastante acelerada face ao gradual processo que passou a Europa ao longo de séculos. Surgem metrópoles que coordenam densas áreas de influência, como ocorreu com São Paulo, no Brasil, ao compasso que se ampliam o número de centros de pequeno porte com o advento, no passado, da economia cafeeira, da industrialização e da urbanização (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.28)

Villaça (1999) comenta que, com a abertura democrática, nos anos 1980, e grande pressão popular, se fazia necessário uma legislação que espelhasse o momento. Em 05 de outubro de

1988, foi promulgada a Constituição do Brasil, a qual, em seu artigo 5º, descreve os direitos e deveres individuais e coletivos, e nos seus parágrafos a função social da propriedade. No artigo 182, que fala sobre a política urbana, a legislação traz avanços, porém havia a necessidade de uma regulamentação para definir, de forma mais clara, as questões urbanas.

Mesmo com todos esses obstáculos, a lei federal mencionada no artigo 182 e que seria o instrumento necessário à implementação desses dispositivos está parada há anos no Legislativo federal (Projeto de Lei do Senado n. 181/ 1989 - Estatuto da Cidade) (Villaça, 1999, p.233).

Mas, foi somente treze anos após a promulgação da Constituição Federal, que o Estatuto da Cidade entrou em vigor, sob a lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentando os artigos relacionados às questões urbanas, principalmente o artigo 182, assegurando, em tese, a participação popular nas discussões sobre os Planos Diretores. , Conforme explica Villaça (1999), algumas cidades brasileiras, antecipando-se ao Estatuto das Cidades e cumprindo a determinação constitucional, elaboraram Planos Diretores, no início dos anos 1990.

O Estatuto das Cidades amenizou os problemas relacionadas a regulamentação da legislação, mas a diversidade do país ainda precisa ser compreendida para que a aplicação da legislação fosse um fator de mudanças positivas para a população. É necessário que cada município elabore seu Planos Diretores, suas Leis de Zoneamento e legislações complementares, conforme as características do seu clima, da sua geografia e levando em conta os anseios da população.

No Brasil, todas as regiões têm sua população habitando, predominantemente, as cidades, segundo dados do IBGE (2010). Mesmo aquelas de economia agrícola, com o advento tecnológico, muitos trabalhadores passaram a residir nas cidades para ter mais acesso à educação para os filhos, equipamentos públicos e comodidades modernas, como explica Corrêa (2011). Essa intensidade urbana, em escalas variadas, necessitava, naquele momento, de uma nova revisão em seus conceitos. Muitos estudos se dedicam aos problemas das grandes metrópoles, porém não se deve desconsiderar o urbano nas médias e pequenas cidades, como expõe Costa (2020, p.4): “Ou seja, compreender o fenômeno urbano, e sua constituição e dinâmica, é condição fundamental para a construção de políticas urbanas que sejam sensíveis às diferentes realidades urbanas existentes”.

Porém, esse conhecimento deve ser construído com a sociedade, não se pode somente levar em consideração as técnicas aprendidas ao longo de anos de estudos. Nada disso tem valor se não construirmos uma cidade que atenda às necessidades da população que habita aquele território. Precisamos aliar o conhecimento científico ao conhecimento empírico.

Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a do período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converte-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem com as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações (Santos, 1977, p.11).

Essa construção de conhecimento, que alia o científico e o popular, é uma forma de compreendermos o nosso território de maneira a individualizar as necessidades e a realidade de nossas cidades. Não podemos homogeneizar as necessidades e os anseios de uma população tão diversa de um país tão vasto. Cada região do país guarda suas peculiaridades, em sua cultura ou até mesmo do bioma a qual pertença.

Uma questão que é de fundamental importância, para um planejamento urbano eficiente, é a qualificação dos profissionais envolvidos nas intervenções urbanas, no sentido mais amplo da palavra, não somente uma questão acadêmica, para lidar com o ambiente construído, a legislação e principalmente com a população. Esses três pilares constituem os principais elementos para uma intervenção que atenda às necessidades contemporâneas, preservar o passado, e planejar o futuro.

Entre os profissionais das mais diversas áreas envolvidas no planejamento urbano das cidades, o arquiteto e urbanista é o profissional que irá concretizar, por meio dos projetos de arquitetura e urbanismo, o produto da discussão.

Nas escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil, conforme descreve Moassab e Name (2020), não há uma disciplina obrigatória sobre a arquitetura vernacular, das mais diferentes regiões do país, apenas temos uma perspectiva do que é a arquitetura e o urbanismo no Brasil, quando se fala das regiões mais afastadas e dos povos originários, muito menos dos que vieram para o país como escravizados, todas essas influências são deixadas em segundo plano.

A arquitetura brasileira começa a ser reconhecida e mais amplamente estudada, a partir das obras modernistas de Oscar Niemeyer, Moassab e Name (2020), que iniciou no Brasil a implantação do uso do concreto armado, e é esse aspecto que é mais estudado e explorado, muitas vezes, ignorando técnicas tradicionais, com menor custo. Porém, nem só de materiais e formas é feita a arquitetura, ela precisa levar em consideração as questões sociais e o local onde é implantada.

Pensar um ensino de arquitetura e urbanismo para o século XXI exige compreender esta área do conhecimento como parte das ciências sociais e, por isso, indissociada dos inescapáveis problemas dos saberes com base na racionalidade moderno-colonial (Moassab; Name, 2020, p.13).

Não podemos eleger apenas uma forma de construção em todo o território nacional e planejar nossas cidades, pois cada região guarda suas peculiaridades e, mesmo porque, a maior parte das construções no Brasil não tem um profissional habilitado acompanhando obras, pois, em sua maioria, a opção é a autoconstrução.

Esta democratização é fundamental já que a maior parte da construção popular latino-americana é realizada sem acompanhamento profissional. Ademais, o saber científico no subcontinente permanece eurocentrado, desconhecendo práticas construtivas próprias dos povos originários, a despeito da sua complexidade e imponência. A popularização do conhecimento passa, destarte, por uma revisão epistêmica, dando voz aos saberes ancestrais e àqueles hoje silenciados, de caráter empírico, intuitivo e contextualizado (Moassab; Name, 2020, p. 272).

Até mesmo a arquitetura brasileira, mais conhecida pelo movimento modernista, denota a tentativa de apagar nosso passado, como a arquitetura indígena, dos povos escravizados e até mesmo nosso passado colonial, todos esses períodos refletem as nossas cidades. Esse momento da arquitetura modernista, embasado em um conceito de pilotis, planta livre, fachada livre, janelas em fita, terraço jardim, sem adornos, o próprio material, como o concreto armado e o vidro, é bem diferente da arquitetura vernacular brasileira, para a qual o adorno caracterizava a cultura local e o período histórico. O movimento modernista foi influenciado por vários arquitetos do início do século XX, entre eles Adolf Loss, nascido na República Tcheca, em 1870, o arquiteto discordava da ornamentação das edificações e dos objetos de uso cotidiano. Acreditava que o ornamento deixava os objetos obsoletos em um curto espaço de tempo, e era mal remunerado para os artesãos que exerciam o ofício, e que não agregavam valor ao produto. O arquiteto publicou um ensaio, onde defende seu ponto de vista.

Descobri o seguinte e comuniquei ao mundo. A evolução cultural equivale à eliminação do ornamento do objeto habitual. Pensei que iria proporcionar à humanidade algo novo para se alegrar, mas a humanidade não me agradeceu. Eles ficaram tristes e seu ânimo decaiu (Loos, 1972, p. 44).

O autor entendia que qualquer objeto, mobiliário, ou uma edificação com ornamento, os tornava mais caro e ficava obsoleto mais rapidamente. Hoje temos a concepção que o ornamento ou a falta dele marcam uma época e contam a história do local. Muito do que se retirou das edificações que era considerado ornamento, hoje é considerado elemento arquitetônico com função, como os telhados com beirais, que num país tropical como o Brasil, protege da chuva e do sol intenso. Por esse motivo, muito mais que ornamentos, a arquitetura vernacular ou arquitetura popular brasileira, reflete a criatividade do povo brasileiro, que desde

a antiguidade, utiliza os materiais disponíveis em seu ambiente para a construção de seu abrigo (Santos; Costa, 2017, p. 253).

O que se verifica na descrição dos aspectos construtivos que permitem identificar a construção Vernacular Brasileira é que cada tipologia se torna mais ou menos frequente em determinada região do país em função, principalmente, das características “biogeoclimáticas” locais e de aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da população que se estabeleceu ali ao longo dos anos. Por exemplo, o enxamiel será encontrado com maior frequência na Região Sul do país, onde se concentra maior quantidade de imigrantes europeus, uma vez que a referida técnica de construção vernacular foi trazida pelos alemães (Santos; Costa, 2017, p. 248).

As cidades brasileiras, sejam elas grandes metrópoles ou os pequenos núcleos urbanos, são sinais dos tempos vividos, que contam a história do nosso país, e cabe a nós como cidadãos, decidir o que deve ser preservado, em nossas cidades e em nossa natureza, e o que vamos deixar como legado para as futuras gerações.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como *tempo*, não porém como *espaço*; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 2012, p. 14).

## 2.2 PEQUENAS CIDADES DO BRASIL

Dentre os 5570 municípios brasileiros, 77% possuíam população urbana menor do que 20.000 habitantes, segundo o IBGE (2010), classificadas como pequenas cidades. Apesar de agregar 15% da população brasileira, essas pequenas cidades são predominantes, porém dispõem de poucos estudos. “Na geografia o estudo das cidades pequenas não tem sido um dos temas prioritários na produção do conhecimento sobre a cidade” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.20). Essa situação dificulta seu entendimento como núcleo urbano pertencente a um país com dimensões continentais, e, em cada região, suas cidades possuem características únicas devido ao bioma onde está inserido ou pela motivação de sua fundação e características da população local.

Quando refletimos sobre as pequenas cidades brasileiras, podemos ter uma ideia equivocada sobre como é a vida urbana nessas localidades.

Empregada amplamente pela mídia e pelos leigos, a ideia de “cidade pequena” ganha uma conotação muitas vezes vaga e seu sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que tais

locais são pacatos e seguros, polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos se realizar uma investigação acurada para provar tais afirmações. O que se quer chamar atenção, neste momento, é para o fato de uma realidade rica do ponto de vista empírico e social a ser investigada e que o debate geográfico pode contribuir para a sua compreensão (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.20).

As pequenas cidades brasileiras, muitas vezes, são guardiãs da cultura de sua região, que nas grandes cidades muitas vezes são perdidas pelo modo de vida que essas grandes cidades nos impõem, com muito tempo gasto com transporte para vencer grandes distâncias, a poluição sonora e a falta de conexão com o meio natural.

É um desafio para um planejamento urbano eficaz das pequenas, a valorização das cidades apenas pelo seu conceito econômico e demográfico, o que deixa muitas vezes as pequenas cidades de fora de estudos que possam amparar políticas públicas que atendam às necessidades da população. Como comenta Santos (1979, p.69), “Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e as Nações Unidas, (...) é incorrer no perigo de uma generalização perigosa.

Precisamos valorizar a diversidade de tipologias de cidade que compõem nosso país, é uma riqueza pouco explorada. Para Haesbaert (2004, p.19), é importante trabalhar a “multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora”. A falta de conhecimento dessas localidades nos leva a uma interpretação equivocada e se faz necessário que essas cidades sejam cada vez mais valorizadas para que, como nação, tenhamos a real dimensão da diversidade do nosso território. O conhecimento é fundamental para a valorização e a preservação da cultura, da arquitetura e da identidade. Afinal, cada canto do nosso país conta uma parte da nossa história e corremos o risco de ignorar fatos passados por não considerar um certo território por sua dimensão ou posição geográfica. No último censo podemos verificar que a maioria das capitais dos estados não acompanharam o crescimento da população estadual, dos estados e capitais pesquisados, algumas capitais como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belém apresentaram queda no número de habitantes. Esse fato ilustra que o crescimento populacional dos estados está concentrado no interior, que são em sua maioria abriga médias e pequenas cidades. Esses dados ilustram a importância de fomentar os estudos em cidades de todos os portes, entender o que a população que busca o interior do estado para morar está procurando, como essas cidades vão receber esse contingente de pessoas, se há moradia, emprego, infraestrutura e qual será o impacto dessa migração, tanto para as

idades que receberam essa população, quanto para as capitais que estão apresentando crescimento menor que o estado ou até mesmo estão perdendo seus habitantes.

As capitais estão organizadas em regiões metropolitanas, e a cada dia temos notícias de que os moradores estão transferindo seu domicílio das grandes capitais para essas cidades menores que compõem a região metropolitana. Mas continuam o vínculo empregatício com as capitais das regiões metropolitanas, seja pelas novas modalidades de trabalho, como o *home office*, ou até mesmo maior facilidade de tráfego para quem vem de fora da cidade e acessa as rodovias. Essas cidades, as chamadas “cidades-dormitórios”, (Ojima; Marandola Jr.; Silva, 2011) se desenvolvem a partir dessa função, aumentam o número de serviços, comércio e empreendimentos imobiliários para suprir a demanda, e acabam por atrair investimento nesses negócios e pessoal para ocupar as vagas de trabalho.

Seja nas grandes regiões metropolitanas, ou no interior dos estados, essas cidades muitas vezes não têm seu valor reconhecido e sua importância, por não gerar grande riqueza ao país, mas, na verdade, as pequenas cidades se organizam de forma a dar apoio às cidades ao seu redor, como Afuá, no estado do Pará, que durante muito tempo foi utilizada como entreposto para o escoamento dos produtos do interior da Amazônia rumo ao Oceano Atlântico. Essas cidades se tornam polos atrativos para as atividades de sua região.

A maioria dos estudos urbanos, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente (Santos, 1979, p.69).

Conforme menciona Santos (1979), é importante para o desenvolvimento do nosso país, o estudo das médias e pequenas cidades e seus arranjos socioeconômicos, porque mesmo as pequenas cidades apresentam diferenças entre si, a cada pequena cidade que se pesquisa vamos conhecendo suas características únicas. Essas características vão ganhando distinção dependendo de qual região do país pertençam, qual a geografia do lugar, se há ainda vegetação natural, qual a motivação de sua fundação, quais pessoas ainda vivem no lugar, se há a presença de população indígena, ou se a população é originária de grandes movimentos de migração do país. Todas essas características tornam essas pequenas cidades singulares.

Há, nesse universo, cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidade e singularidades que devem ser estudadas com prudência porque não se pode fazer generalizações e simplificações, propondo-se uma regra universal e categórica para a definição desses centros (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.25).

A diferença entre as cidades se inicia pela motivação de sua fundação. Muito se tem

discutido entre os representantes do poder legislativo federal e dos estados da federação, regras e critérios para elevar uma localidade ao patamar de cidade. Muitas vezes a população tem mais a perder com a esse tipo de mudança de status. O aumento com a folha de pagamento com a incorporação de uma câmara de vereadores, o prefeito e seu secretários, nomeações, podem diminuir os serviços oferecidos para a população. Seria necessária uma legislação mais abrangente para diminuir algumas situações, conforme explica Sposito e Jurado da Silva (2013, p.34):

Na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Sul é verificada essa realidade. Os municípios e as cidades surgem, em alguns casos, para salvaguardar os interesses políticos e eleitorais de certas elites locais do que propriamente pelo horizonte de sua real significação e importância social. Isso favorece, na mesma medida, a especulação do solo, a reprodução do espaço e a manutenção do poder nas mãos de poucos.

Como podemos observar na tabela 1, em várias partes do mundo, são elaborados critérios para uma aglomeração urbana ganhar o status de cidade, alguns são mais exigentes e levam em consideração questões como: a demografia, infraestruturas existentes, variedade e de uso do solo, transporte, questões culturais e de educação. No Brasil, é necessário a organização político-administrativa e a cidade é a sede do município, diferente de Portugal, por exemplo, onde “mais da metade dos municípios portugueses têm como sede, vilas” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p.34).

Tabela 1 – Cidades: critérios e definição em alguns países, 2007.

(Continua)

<b>País/ Organizações</b>	<b>Tipo de critério</b>	<b>Cidade</b>
Argentina	Tamanho demográfico	Localidade com 2.000 hab. ou mais
Brasil	Político-administrativo	Sede de município
Canadá	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	<i>Town</i> – entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) <i>City</i> – entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
Chile	Tamanho demográfico ou tamanho demográfico mais ocupação da PEA	“ <i>Entidad urbana</i> ” com mais de 2.000 habitantes ou 1.001 a 2.000 habitantes e 50% ou mais de PEA ocupada ou terciárias
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 250 hab. ou mais
Espanha	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 10.000 habitantes ou mais
Estados Unidos	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	<i>Town</i> – entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) <i>City</i> – entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
França	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 2.000 habitantes
Islândia	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 300 hab. ou mais

Tabela 1 – Cidades: critérios e definição em alguns países, 2007.

(Conclusão)

<b>País/ Organizações</b>	<b>Tipo de critério</b>	<b>Cidade</b>
Itália	Funcional	Deve conter áreas residenciais, industriais e comerciais, bem como desenvolver funções administrativas que envolvem uma área geográfica mais ampla, servindo de referência a municípios (comum) vizinhos.
OCDE	Densidade populacional	Densidade populacional de 150 habitantes por km <sup>2</sup>
ONU	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 20.000 habitantes
Paraguai	Político-administrativo	Sede de município
Portugal	Número de eleitores e equipamentos urbanos	Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8.000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: i) Instalações hospitalares com serviço de permanência; ii) farmácias; iii) corporação de bombeiro; iv) casa de espetáculo e centro cultural; v) museu e biblioteca; vii) instalações de hotelaria; viii) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; ix) estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; x) transportes públicos. Urbanos e suburbanos; xi) parques ou jardins públicos.

Fonte: Sposito; Jurado da Silva, (2013, p.34).

O Brasil, sendo um país de grandes dimensões territoriais, maior que muitos países da tabela 1, necessita de uma legislação mais criteriosa para cada região do país, é um indício positivo de importância das questões regionais. Deve-se levar em consideração fatores como o bioma, a questão cultural e econômica.

Outra questão, nos critérios de fundação e classificação das cidades, é limitá-los apenas pela questão demográfica no que diz respeito ao porte. Em cada região ou estado do país temos realidades diferentes e o conceito de pequena, média ou grande pode variar, pois temos estados com a população menor do que cidades médias do país.

Essa falta de entendimento desse urbano, muitas vezes em áreas tão distantes de grandes centros e regiões metropolitanas do sudeste do país, prejudica nosso entendimento como nação de dimensões continentais, de culturas diversas e necessidades específicas destas localidades. Apesar de serem predominantes, as pequenas cidades ainda dispõem de poucos estudos. Como descreve Corrêa (2011, p.6), “A pequena cidade constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos”, que requer estudos específicos, pois cada localidade mantém sua singularidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), apesar destas localidades concentrarem menos de 15% da população urbana brasileira, é a realidade urbana predominante.

### 2.3 AS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO AMAZÔNICA

A cidade de Afuá, localizada na Região Amazônica, que é o objeto empírico desta pesquisa, pertence a esse universo das pequenas cidades, de localidades pouco conhecidas pela maior parte da população brasileira. Mesmo sendo criada no Brasil colônia, a região Amazônica ainda tem a sua face urbana pouco conhecida, mesmo porque, a forma como o território foi ocupado se deu de uma maneira diferente do restante do país, tendo como finalidade a defesa do território e não a criação de novas cidades. A forma como esse território era ocupado pelos povos originários não se assemelhava as cidades já então constituídas no restante do país. “Quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, a região não era um vazio demográfico, portanto, não estava desocupada, porém a ocupação não se dava na forma de aglomeração” (Oliveira; Schor, 2008, p.16). Essa forma de ocupação se mantém diferente do restante do país mesmo na atualidade, o que leva muitos a imaginar que essas pequenas cidades da Amazônia não são núcleos urbanos.

Mesmo que em um primeiro momento não seja perceptível, atualmente, a população da região amazônica é predominantemente urbana. Segundo Cardoso (2006, p.11), “A Amazônia precisa ser lida como uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo em cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas ali existentes”. Devido a particularidades de sua colonização, dimensão do território e o ambiente único da floresta tropical, a autora explica que:

A Amazônia de hoje se apresenta como um espaço onde diversas situações acontecem simultaneamente no tempo, segundo processos próprios de urbanização que refletem peculiaridades do meio e das políticas públicas praticadas, enfatizando a importância de uma leitura espacial do problema das dependências que apresente ao leitor os agentes relacionados com os diferentes processos de ocupação em curso na região (Cardoso, 2006, p.60).

Isso se deve aos investimentos na região, durante os anos 1970 e 1980, com a abertura de novas rodovias e investimento na área de energia e exploração mineral. “A partir da década de 1960, entretanto, muitas transformações ocorreram na realidade regional e repercutiram de maneira decisiva na configuração das cidades amazônicas. Um dos fatores que contribuíram para isso foi, sem dúvida nenhuma, a abertura de rodovias” (Trindade Jr; Tavares, 2008. p.9).

Não é simples compreender esse território, porque nem todos os centros urbanos estão num mesmo nível de desenvolvimento, e apesar de compartilharem características relacionadas ao bioma que pertencem, dependendo da sua localização geográfica e a proximidade com os rios da região e as rodovias, elas são classificadas de diferentes formas, em: cidades beira rio,

idades rodoviárias e cidades ribeirinhas, cidades da floresta, cidades na floresta. Ou seja, existe uma urbanodiversidade importante de ser compreendida (Trindade Jr, 2010).

As cidades rodoviárias foram sendo criadas ao longo das novas rodovias que foram construídas, e foram se desenvolvendo a partir delas. Trindade e Tavares (2008) diferenciam as cidades que tem relação com os rios, que normalmente tem como base econômica o extrativismo, entreposto comercial e as cidades ligadas às rodovias com a dinâmica associada a acessibilidade de lugares.

A respeito das cidades direta ou indiretamente relacionadas ao padrão fluvial, poderíamos ainda discernir duas formas-conteúdo: as cidades ribeirinhas e as cidades beira-rio.(...) As cidades ribeirinhas, diferentemente das cidades beira-rio, têm fortes articulações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional, articulações estas que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta daquelas em relação este último, mas principalmente pelas relações econômicas e socioculturais que incluem o rio como um dos importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidades urbanas (Trindade Jr; Tavares, 2008, p.11)

Independentemente do tipo de cidade fundada na região amazônica, essas aglomerações urbanas, guardam muitas singularidades em suas dinâmicas, como a distinção do que é rural e urbano, que nas cidades amazônicas não são espaços bem definidos, diferentes de outras regiões do Brasil. As cidades, na Amazônia, têm como elemento principal, a floresta.

O uso do espaço urbano-rural e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos, múltiplos, dispersos e inseparáveis das diferenciações de classe, de etnias ou de lugares sociais, visualizando as diversas formas de apropriação do território e de disputas pelo lugar na cidade (Cardoso, 2006, p.10).

A região amazônica ainda tem forte presença indígena, que também fazem parte dos municípios. Cardoso e Lima (2006), em estudo sobre tipologia urbana, comentam que, além das aldeias indígenas, foram encontradas diferentes tipologias, como: cidades sede de município no Baixo Tocantins, com ocupação peri e semi-urbana; Vila ribeirinha; Cidade sede de município na Transamazônica, com ocupação periurbana e semi-urbana; agrovila; projeto de assentamento; reservas; fazendas e terra com grilagem.

No caso de Afuá, a cidade pertence à categoria das cidades ribeirinhas. Os rios que cortam o município, e a própria zona urbana, são as vias de transporte da população, que busca na cidade insumos que não encontram nas comunidades do interior. O município tem uma extensão territorial de 8.338,438 km<sup>2</sup>, coberto por florestas e rios. Esse aspecto não pode ser desconsiderado, mesmo sendo o foco da pesquisa a área urbana, que compreende apenas 1,6 km<sup>2</sup>. Essa realidade é comentada por Oliveira (2006, p.19), ao afirmar que “A análise das cidades ribeirinhas deve levar em consideração a floresta e a água como ponto de partida e não

de chegada”, o que vai ao encontro da afirmação de Lefevbre (2006, p. 5), o qual explica que “O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer”.

Todo o conteúdo existente no espaço deve ser considerado nas análises, seja ele natural ou construído pelo homem, como as edificações presentes na cidade de Afuá que conservam a arquitetura ribeirinha, construídas sobre palafitas, que as protegem das mudanças da maré. É, ao mesmo tempo, funcional e com grande apelo cultural. Esse modo de vida ribeirinho foi se adaptando a topografia local e ao clima da região, e por muito tempo se mostrou eficiente em abrigar a população local. No entanto, à medida que seus prédios são reformados ou novos são construídos, observa-se uma perda das características construtivas originais, ou seja, mesmo em uma pequena cidade, o dinamismo urbano deixa as suas marcas.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o (s) modelo (s) de sociedade (s) vigente (s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (Haesbaert, 2004, p. 3).

Há de se ter um equilíbrio entre a preservação histórica e as necessidades atuais do mundo contemporâneo, aliado à preservação ambiental, para que possamos preservar o passado e continuarmos produzindo história a partir das intervenções urbanas que são construídas. O bom senso é chave principal para lidar com essas questões.

Se vivemos numa sociedade e num tempo contingentes e de prova, é perigoso conferir uma importância excessiva aos nossos próprios gostos e à nossa própria época. No tocante aos arranjos arquitetônicos e à paisagem, aquilo que parece mais recomendável é, portanto, combinar e coordenar entre si novas possibilidades e velhos estilos (Fortuna, 1995, p.22).

Segundo Fortuna (1995, p. 8), “A cidade é a imagem alegórica da sociedade. Sem capacidade para ordenar que o tempo quer o espaço, a sociedade perdeu os seus quãoes e desafia-nos a desaprender a história e a geografia para que aprendamos de novo, de modo diferente”.

A arquitetura existente na região amazônica, utilizada pelas populações tradicionais, é fruto da observação da natureza e a capacidade da população de adaptação ao longo de sua existência, ensinamento que foi repassado para as novas gerações, que continuam utilizando dessa forma de construção de suas cidades.

Cabe pontuar que, no contexto da Arquitetura Vernacular Brasileira (e não só brasileira), não é a consciência ecológica o determinante para extração e

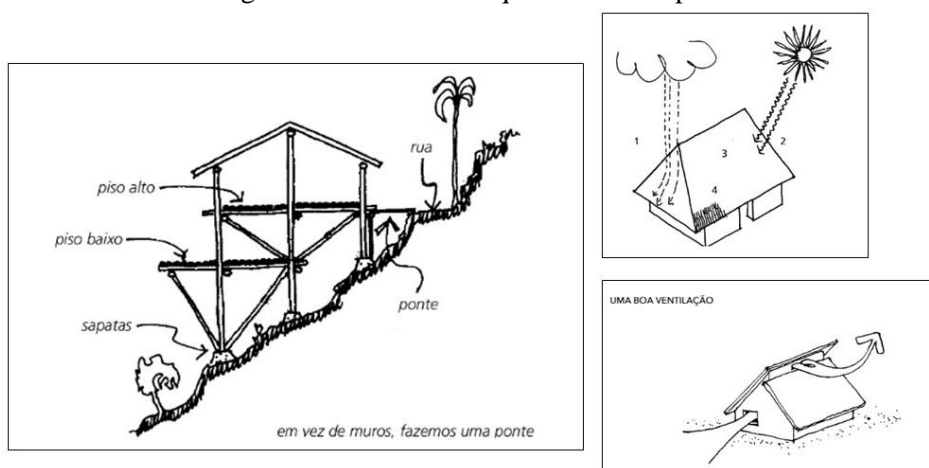
consumo dos recursos naturais, mas, sim, as atividades econômicas para subsistência das comunidades, a organização social e o baixo custo da habitação ao buscar na Natureza os materiais para a construção (Santos; Costa, 2017, p.251).

E segundo Pereira (2012 *apud*, Santos e Costa, 2017), o início da arquitetura vernacular brasileira surgiu das construções indígenas e de como eram selecionados os materiais para a construção.

Toda essa forma de se adaptar ao ambiente, se traduz no modo de vida ribeirinho, em particular em Afuá, onde as águas determinam o dia-a-dia do lugar, tanto o regime de chuvas quanto a mudança das marés, que orientam a locomoção pelos rios, o dia de trabalho no campo e a vida urbana, que acontece em ruas e edificações elevadas, em média a 1,20m de altura, para que nas cheias os rios inundem a cidade sem barreiras, o que para os afuaenses é motivo de festa e preocupação, pois os munícipes aproveitam para brincar em suas águas, mas também ficam vulneráveis a doenças infecciosas. Mesmo distante do continente, esse modo de vida ribeirinho está em transformação, estão sendo inseridas novas formas de construção em suas ruas e casas. Essas mudanças refletem o momento atual, do acesso aos meios de comunicação, que influenciam o modo de vida em todo o globo, e por vezes sugestionam algumas soluções que são vendidas como avanços tecnológicos, mas que na verdade se revelam um atraso na vida dessas comunidades, como já constatado por Bibas (2018) e Mesquita (2017).

No livro o Manual do arquiteto descalço, o autor, o arquiteto Johan Van Lengen, fundador do Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bioarquitetura, orienta a elaboração e construção de edificações simples que estejam em harmonia com o meio ambiente. No capítulo sobre o trópico úmido, ele orienta sobre a forma da moradia, que deve levar em consideração: “o tamanho da família, disponibilidade de materiais e o dinheiro para compra-los, as formas tradicionais de construção, a imaginação e a criatividade da população, o clima da região, os costumes da região quanto ao uso dos espaços, as condições do terreno; a inclinação do telhado e a formas de amenizar o impacto das chuvas rotineiras e a intensidade do calor; estrutura com materiais naturais, como madeira e bambu; alternativas para o controle das pragas; utilização de elementos arquitetônicos para melhorar a ventilação e diminuir a umidade dos ambientes, aumentando a salubridade e a vida útil dos materiais utilizados na construção (Figura 2). Por último, o autor, prevendo que os caminhos desse clima podem ser interrompidos pela água, em certos períodos do ano, dá exemplos de construção de caminhos e pontes para pedestres, também utilizando de materiais disponíveis na natureza.

Figura 2 - Análise da arquitetura do trópico úmido



Fonte: Lengen, (2014, p. 144, 147 e 191).

Esse tipo de arquitetura faz parte da arquitetura vernacular da Amazônia, construída ao longo do tempo, para conforto da população e preservação ambiental.

A arquitetura moderna ampliou a máxima de que a civilização precisa de cimento e ferro. Esse é um pensamento que se relaciona com o mundo nos tempos de consumo de matérias não renováveis: usou ferro acabou; usou cimento, acabou. Se você faz um projeto que precisa de cimento, pedra, ferro, vidro e o escambau, isso é a mesma coisa que usar combustível fóssil. Eu não conheço nenhuma montanha que volte a produzir cimento e pedra depois de extraídos do corpo dela. Se a gente devora montanhas e engole o subsolo da Terra para erguer cidades, o que estamos fazendo, como diria Drummond, é animar a maquinação do mundo (Krenak, 2022, p. 59).

Nas pequenas cidades da Amazônia, quando falamos em preservação do patrimônio cultural, aí também está inserido o patrimônio natural, porque, principalmente para as cidades ribeirinhas, não há uma dissociação. A floresta, os rios e os animais fazem parte dos municípios bem com a população e a zona urbana. Os povos originários deixaram um legado de proximidade com a natureza que não foi abandonado pelas comunidades ribeirinhas.

Essa realidade da pequena cidade ribeirinha é bem distante da realidade da grande maioria dos brasileiros que habitam as grandes e médias cidades do país, muito menos uma sociedade que vive em sintonia com um volume tão grande de água. “A maioria das pessoas pensam que só se vive em terra firme e não imagina que tem uma parte da humanidade que encontra nas águas a completude da sua existência, de sua economia e experiência de pertencer” (Krenak, 2022, p.18).

As pequenas cidades que compõem a Amazônia Brasileira guardam ainda mais singularidades, muitas vezes isoladas entre si, diante da imensidão da Floresta Amazônica,

permeadas por grandes rios e uma fauna diversa. Essas características únicas tornam essas pequenas cidades guardiãs de uma rica cultura, com um modo de vida que foi desenvolvido ao longo do tempo para se adequar ao ambiente local. Esse conhecimento empírico reflete seus costumes, sua alimentação, suas celebrações, sua arquitetura ribeirinha e a forma como ocupam seu território. A importância do conhecimento dessas pequenas cidades é fundamental para nossa compreensão como um país diverso, que respeita seus cidadãos e preserva seu meio ambiente.

É preciso falar delas para compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil (Oliveira, 2006, p. 27).

Podemos afirmar que as cidades se transformam a cada dia e esse dinamismo nos traz enormes desafios. Com a vida moderna, desenvolvemos novas necessidades e abandonamos outras que não nos atendem mais. Novas formas de nos deslocar na cidade, de nos comunicar, as novas formas de trabalho, estudo, a conexão virtual com o mundo e a questão ambiental são algumas alterações que, nos últimos anos, modificaram profundamente nosso modo de vida nas cidades. Nas grandes cidades, podemos sentir os impactos das mudanças em nosso cotidiano. Mas, e nas pequenas cidades? Essas cidades também têm um grande desafio, absorver as mudanças que a contemporaneidade exige, sem perder sua cultura, seus costumes e sem causar impacto ambiental.

A especialização crescente da produção, numa base regional mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, à sua terra, transformada praticamente em fábrica (Santos, 2012. p. 28).

Muitas são as características que diferem as pequenas cidades da Amazônia das demais cidades do país, entretanto há vários problemas que as unem, como o impacto da atividade humana urbana sobre o meio ambiente. Respeitadas as proporções populacionais, as pequenas cidades também enfrentam problemas com sua gestão de resíduos, geração de energia, coleta e tratamento de esgoto, tratamento de água, habitação, emprego, entre outros. Esses problemas devem ser estudados de forma a retratar a realidade local, que podem ter suas raízes em causas diferentes dos outros centros urbanos, e as soluções deverão ser pensadas a partir dessa análise mais individualizada, sempre levando em consideração onde esse núcleo urbano está inserido, na maior Floresta Tropical do mundo, com sua ancestralidade ainda presente no século XXI.

As pequenas cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida dos quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Essa paisagem urbana também comporta as coisas da natureza. As cidades de hoje são lugares bem diversos das cidades pretéritas, não só porque o conjunto arquitetônico e a infraestrutura foram profundamente modificados. Foram mudados também a floresta e os rios, mas, sobretudo, e de modo considerável, a cultura, quer pela dinamicidade, quer pela estagnação (Oliveira, 2006, p.29).

### 3 A ÁREA DE ESTUDO

Afuá é uma pequena cidade ribeirinha da região Amazônica brasileira (Figura 3). Como tantas outras cidades desse país, enfrenta desafios diários, para atender as necessidades da população, se modernizar sem perder sua identidade em um mundo globalizado, onde as distâncias são encurtadas na velocidade 5G.

#### 3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

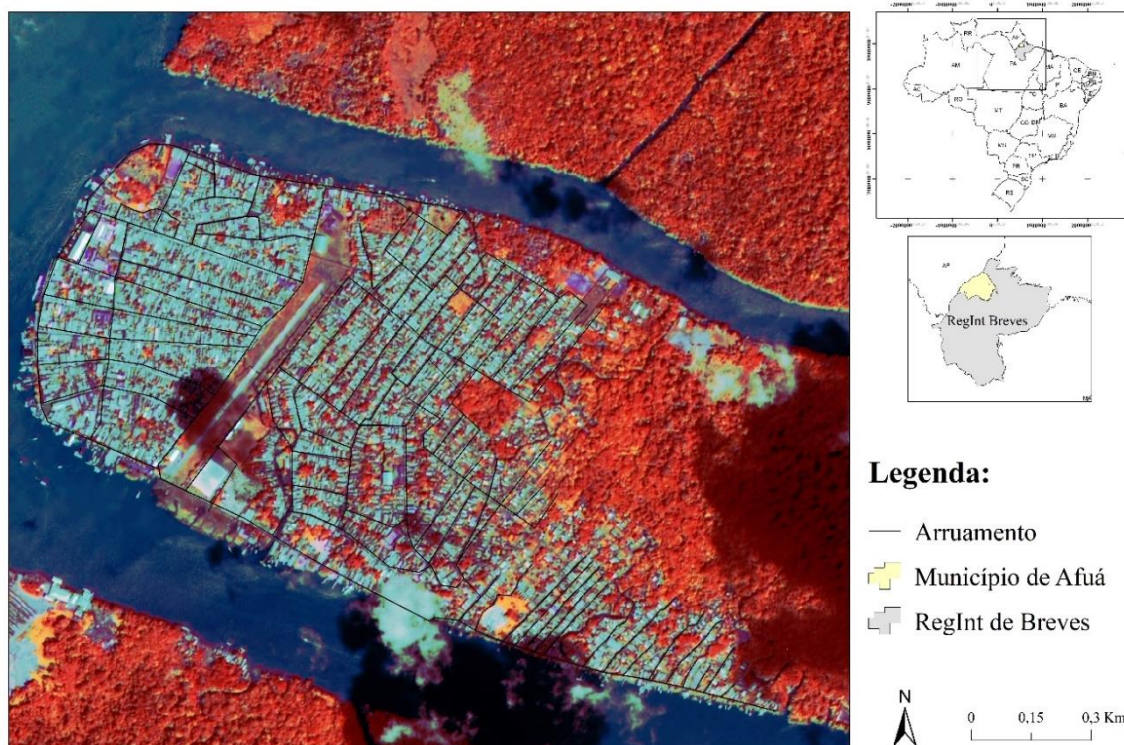
A cidade de Afuá pertence ao Estado do Pará e está a cerca de 320 km da capital do estado, Belém. Faz parte ao Arquipélago do Marajó, que constitui o maior arquipélago fluviomarinho do planeta (Figura 4). O território do arquipélago é de 49.606km<sup>2</sup>, uma área equivalente em tamanho ao Estado do Espírito Santo, segundo o IPHAN (2009). O arquipélago abriga 16 cidades, que são: Afuá, Breves, Portel, Muaná, Currálinho, Gurupá, Ponta de Pedras, Bagre, Anajás, Melgaço, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Chaves, Santa Cruz do Arari.

Figura 3 – Vista panorâmica da cidade de Afuá.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Figura 4 - Localização do município de Afuá e seu núcleo urbano, Pará



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade, (imagem colorida, Lansat 8, bandas 4R3G5B) – UNIVAP (2023).

Os municípios da Região estão organizados em uma sociedade civil, a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó, a AMAM, criada em 23 de março de 1995, com o objetivo de “promover a articulação e mobilização em defesa dos interesses dos municípios do arquipélago do Marajó, assim como fortalecer o movimento municipalista”, segundo descrito no website.

A Região Intermediária de Breves, onde fica a cidade de Afuá, é marcada por densas florestas, com inúmeros igarapés. Em toda a extensão do território do arquipélago há florestas, campos naturais, campos alagados, praias de rio e mar. Os municípios ao norte do arquipélago são banhados pelo oceano Atlântico. A região abriga “espécies da fauna amazônica como a onça, a anta, porcos do mato e inúmeras variedades de macacos. Espécies raras de aves, como a garça negra, maçaricos e guarás”, segundo IPHAN (2009).

O município ocupa uma área de 8.338,438 km<sup>2</sup>, sendo urbanizado apenas 1,69 km<sup>2</sup>, com população urbana de 9.478 habitantes, segundo dados do IBGE Cidades, pelo censo em 2010, divididos em 2 bairros: o Centro e o Capim Marinho, separados pela pista de pouso (Figura 4). O centro bairro mais antigo, abriga a igreja de Nossa Senhora da Conceição, marco fundador da cidade.

Figura 5 – Zona urbana de Afuá, com arruamento.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades, UNIVAP (2023).

### 3.2 HISTÓRIA

Os primeiros habitantes das ilhas remontam há 200 anos A.C. e, segundo IPHAN (2009) o arquipélago abriga muitos vestígios dessa civilização antiga, contando com 55 sítios arqueológicos, que constam no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA). Em Afuá, existem o sítio na comunidade de Tessalônica, no rio Araramã, porém, devido ao próprio tipo de solo da região, há dificuldade de estudo e preservação.

As peças arqueológicas “afloram” do chão devido ao regime de marés, que derruba os barrancos onde se localizam os sítios. Os membros da comunidade, principalmente as crianças, retiram as peças para brincar e acabam quebrando. Há, sobretudo, completa falta de informação da população acerca da importância e valor histórico das peças (IPHAN, 2009, p.35).

No município de Afuá ainda há, sob o número AP00299, o sítio arqueológico da Cachoeira do Pequiá, “Caverna com no mínimo 4 urnas funerárias Maracá, fragmentadas e úmidas se desfazendo no solo úmido em péssimo estado de conservação”, conforme descrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, registrado em 2001. Atualmente não há registro de aldeias no município.

O início do processo de urbanização da Amazônia remonta ao período da colonização do Brasil, porém se intensificou nos últimos 50 anos e a região do arquipélago do Marajó está entre àquelas mais antigas.

Entretanto, enquanto a maior parte das cidades da Região Amazônia é produto de mudanças ocorridas ao longo dos últimos 50 anos, as cidades do Delta do Rio Amazonas relacionam-se a 400 anos de história de formação urbana, amparadas por uma economia de recursos naturais (Costa, 2020, p.3).

Costa (2020) afirma que ciclo da borracha favoreceu a criação da cidade de Afuá, mesmo estando em um local tão distante da principal metrópole da região no período, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, fundada em 1616.

Segundo IBGE (2023), o território do município de Afuá teve início por volta de 1845, quando Micaela Arcanja Ferreira tomou posse das terras as quais que atribuiu o nome de Sítio Santo Antônio. O local era caminho dos navios saindo do Amazônia, em direção ao Oceano Atlântico, e já era ponto de paragem com diversas barracas e um núcleo populacional, em 1869. Em 1870, Micaela doou terras para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição e sob o comando de Mariano Cândido de Almeida, a população iniciou a construção, finalizada em 1871. Na figura 6 é possível observar diferentes imagens de Afuá, no início do século XX.

Figura 6 – Imagens de Afuá início século XX, álbum do Pará, 1908.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades – UNIVAP (2023).

A partir desse momento, o povoado se expandiu devido à facilidade na aquisição de terrenos, após ser elevada à categoria de freguesia e depois à categoria de vila, em 1890, e de cidade em 1896, pela lei estadual nº 403, de 02-05-1896, conforme IBGE (2023). Em 1898,

segundo lei municipal foram criados os distritos de Charapucu, Cajari, Cajuúna, Jurupari, Santa Luzia e Trovão, tendo como zona administrativa o distrito de Afuá. Após diversas modificações, ao longo do tempo, em seu território, distritos foram anexados, extintos e desmembrados. Atualmente, em divisão territorial de 1979, foi determinado que o município é constituído do distrito sede Afuá.

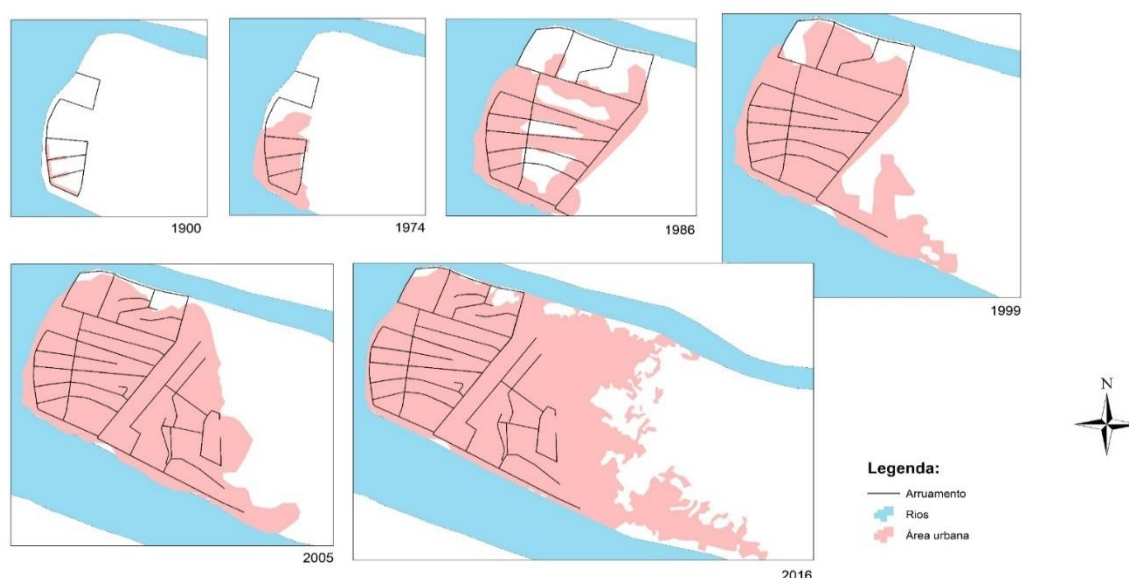
### 3.3 CRESCIMENTO URBANO

A área urbana do município apresentou um crescimento populacional e de área construída intensa, nos últimos 20 anos. Porém esse crescimento exponencial já era observado desde o início do século XX, como observado em estudos de Costa, Montoia e Carmo (2023, p. 9):

De acordo com os mapas produzidos, em 1900, a cidade ocupava 0,07 Km<sup>2</sup>. Até o ano de 1974, a área urbana cresceu 288,9%. Neste ano, os dois únicos setores censitários, definidos de acordo com o censo de 2010, que estavam ocupados eram o 1 e o 2(...)Entre 1974 e 1986, a cidade cresceu, em área, 0,21 km<sup>2</sup>, representando um crescimento de 79,3%. Ao longo deste período, os setores que mais cresceram foram o 1 e o 2, que cresceram 130 e 216%, respectivamente, considerando que os outros setores não haviam sido ocupados em 1974.

Como podemos observar na figura 7, o núcleo urbano de Afuá iniciou-se na região próxima à igreja Nosa Senhora da Conceição, e foi se desenvolvendo, acompanhando a orla da cidade, nos setores censitários 1 e 2, conforme, dados de Costa; Montoia e Carmo (2023). O crescimento do bairro do Capim Marinho foi mais intenso após o ano de 2005.

Figura 7 – Crescimento da área urbana de Afuá, Pará.



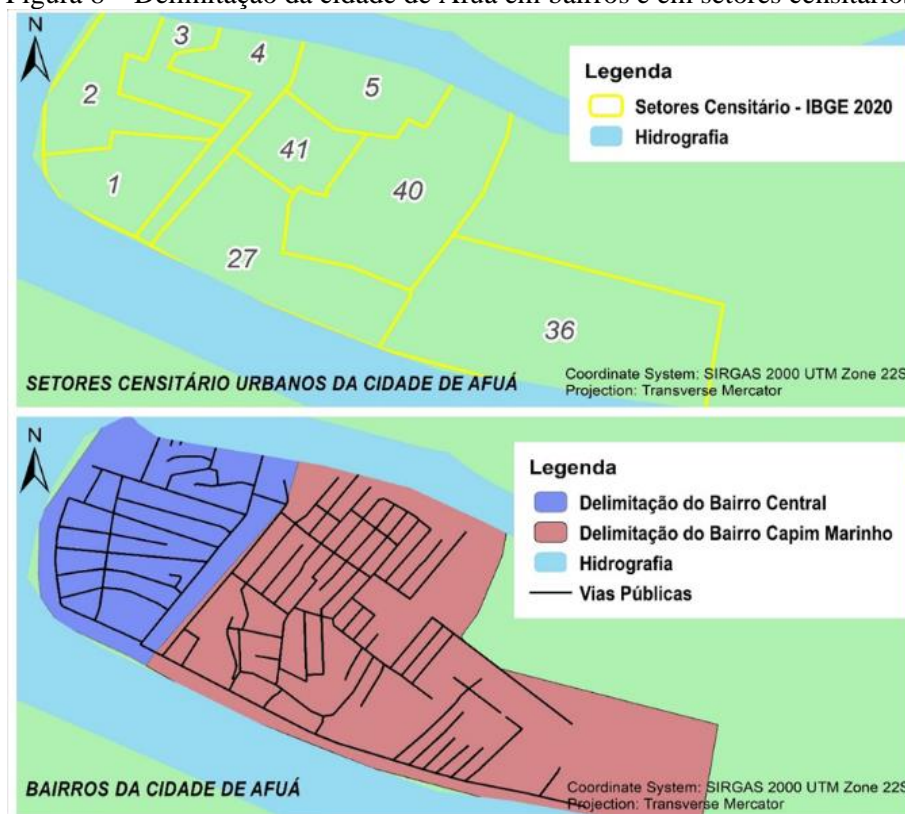
Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades, UNIVAP (2019).

Nos últimos 40 anos, o município teve um crescimento de 61,81% em sua população e, nos últimos 20 anos, houve um crescimento acentuado da população, que se refletiu no crescimento em área. De acordo com Costa, Montoia e Carmo (2023, p. 9).

Para o período de 2005 e 2016, ou seja, em 11 anos, a cidade cresceu 51%, em área, o que representou um aumento de 0,40 km<sup>2</sup>, o mais significativo, em termos absolutos. Entre os setores, o maior crescimento foi observado no Capim Marinho, setor 5, com um crescimento de 216%. A formação deste Bairro é resultado de uma ocupação, por parte de moradores de comunidades do interior, do município, próximas à cidade de Afuá, após 2005.

Em 2022, o município estava dividido em 9 setores censitários para o censo 2022, sendo eles: 1, 2, 3 e 4 no centro da cidade e 5, 27, 36, 40, 41 no bairro do Capim Marinho. Três setores a mais que o censo 2010, todos esses no bairro do Capim Marinho (Figura 8).

Figura 8 – Delimitação da cidade de Afuá em bairros e em setores censitários.



Fonte: Santos (2023).

Após a consolidação da área do Centro, o bairro do Capim Marinho foi tendo suas ruas em palafitas abertas para abrigar novos moradores, que chegavam à cidade vindos de outros municípios e do interior do próprio município. Em 2010, foi criado o Parque Estadual do Charapucu, sob decreto n° 2592-09/11/2010, em uma área de 65.181,00 ha segundo website

Unidades de Conservação do Brasil (Para. Sema, 2010). Criado para a conservação ambiental, ainda não teve seu plano de manejo aprovado, há um conselho consultivo, mas sem regulação. O resultado é que muitos habitantes dessa área tiveram que sair para a criação do parque, sem um local adequado para a moradia, muitos optaram por ir para a zona urbana do município, causando um adensamento no Capim Marinho, bairro que tem em sua maioria imóveis obtidos por meio de ocupação.

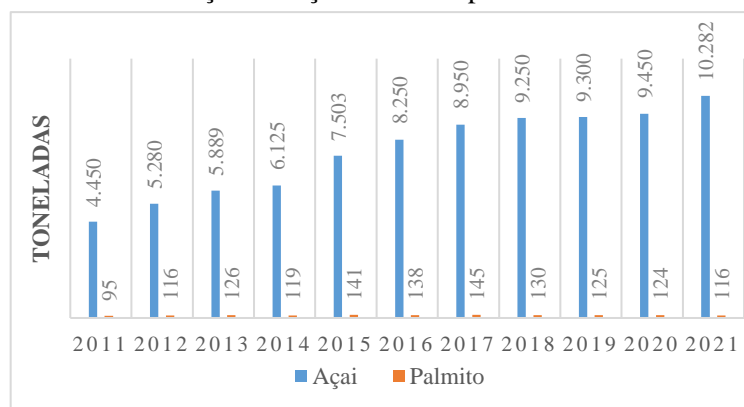
### 3.4 ECONOMIA

Os ribeirinhos têm na floresta sua atividade principal, o extrativismo vegetal, do açaí, palmito e da madeira, conforme IPHAN (2009). Diferente da situação do início do século XX, quando a economia era baseada na extração do látex de seringueiras nativas e as cidades eram utilizadas como entrepostos comerciais.

A cidade de Afuá, como uma típica cidade ribeirinha da Amazônia brasileira, faz parte de um município que tem uma grande extensão territorial, é e composto por várias comunidades que vivem do que a floresta produz. Em Afuá, o açaí é o produto principal. Cultivado em meio à floresta, seguindo a tradição ribeirinha, que observa como essa forma de cultivo dos frutos aumenta a produtividade e elimina o risco de pragas, além de ser ambientalmente correta, pois não há desmatamento para a produção.

Segundo dados do IBGE 2023, o açaí como principal produto, teve uma produção em 2021 de 10.282 toneladas, com aumento médio de 8% em relação à extração de 2020. Outra palmeira também utilizada para o extrativismo é o palmito, entretanto com números bem inferiores ao do açaí, com 1167 toneladas extraídas em 2021 (gráfico 1).

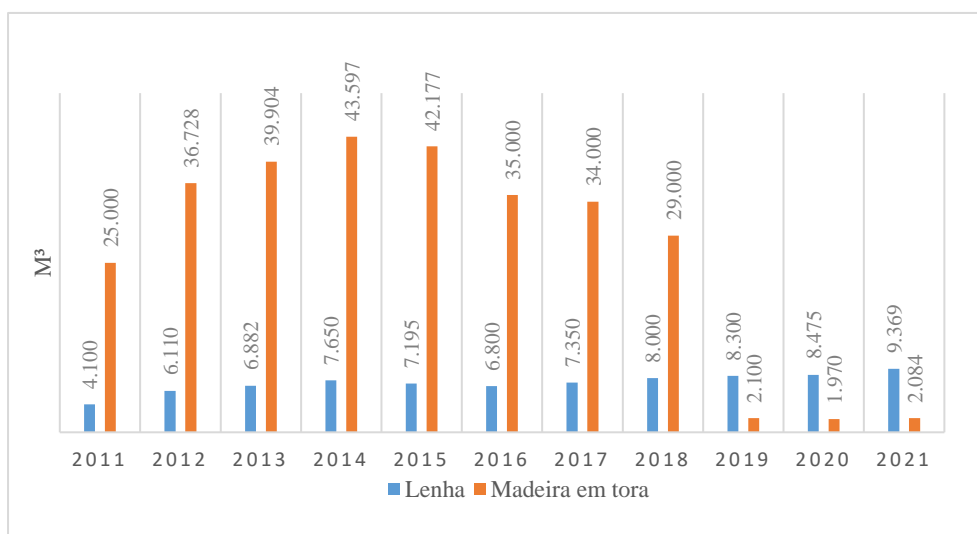
Gráfico 1 – Produção de Açaí e Palmito pela Silvicultura em Afuá.



Fonte: Dados IBGE, elaborado pela autora (2023).

Nos produtos relacionados à madeira, a produção tem tido uma substancial redução, o carvão vegetal não aparece com uma produção expressiva, desde 2011, chegando em 2021 a 7 toneladas. A madeira em tora teve uma forte queda no ano de 2018, devido às questões ambientais, segundo conversas informações com a população local, tendo seu pico de produção em 2014, com 43.597 m<sup>3</sup>, no período de 2011 a 2021, em 2021 um declínio da uma produção de 2.084 m<sup>3</sup>.

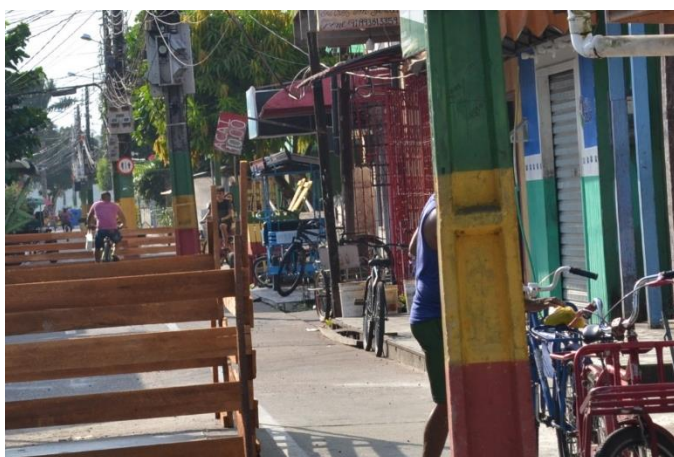
Gráfico 2 –Produtos relacionados à madeira.



Fonte: Dados IBGE, aleborado pela autora (2023).

A produção de açaí é comercializada no município, na Feira do Açaí “Antônio da Silva”, localizada na orla do centro da cidade. O produto também é comercializado em residências na zona urbana do município e em comércios locais. As residências que comercializam o açaí são identificadas com uma bandeira vermelha.

Figura 9 - Casa com bandeira vermelha, sinalizando a venda de açaí.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade UNIVAP (2023).

Toda a produção é transportada pelos rios da região, das comunidades para a zona urbana e para outras cidades que fazem o processamento do fruto e enviam para todo o Brasil e exterior.

### 3.5 MOBILIDADE

A navegação também é o meio de transporte utilizado pelos ribeirinhos para se locomover pelo município, para as cidades do arquipélago do Marajó e para alcançar as capitais Macapá, no Amapá e Belém, no Pará. Macapá é a mais próxima de Afuá, que possui transporte diário entre as duas cidades, por meio de “navio” ou “lancha”, como são denominadas as embarcações que fazem esse percurso (Figura 10).

Outras embarcações também fazem parte do cotidiano da cidade, como o posto de combustíveis, a lancha dos bombeiros, a unidade básica de saúde fluvial, a Caixa Econômica Federal (CEF) e as embarcações da população ribeirinha, pequenos barcos de madeira confeccionados por artesãos locais, com pequeno motor, denominadas “rabetas”; alguns utilizam pequenos barcos de metal.

Figura 10 – Embarcações em Afuá: (A) navio noturno, que faz a conexão com Macapá; (B) “rabetas”, que auxilia no deslocamento dos moradores; (C) “lancha” que conecta Aguá à Macapá em 2h, (D) posto de combustíveis e lancha dos bombeiros; (E) barco da CEF; (F) unidade de saúde.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2023).

Essa relação com o rio é compreendida até mesmo na zona urbana da cidade, com seu modo de vida singular. Eles convivem com a variação da maré, que faz parte das condições naturais locais, em função do seu sítio ser uma várzea. Entretanto, entre o final de março e início de abril, ocorre uma junção de fatores: maior incidência de chuvas, o chamado inverno amazônico, e a mudança para a lua cheia. O resultado é uma super maré alta, que inunda a cidade de Afuá e invade as casas, em um fenômeno chamado “lançante”. Mesmo com as ruas elevadas a 1,20m de altura, não são suficientes para a proteção das casas e comércios. Para os moradores esse fenômeno é motivo de alegria e muitos aproveitam para se divertir nas águas que invadem o território (Figura 11), porém, esse período é marcado pela alta na incidência de doenças relacionadas a contaminação das águas.

Figura 11 – Fenômeno da “Lançante”.



Fonte: Blog Jota Barbosa (2017).

A situação do seu sítio fez com os seus ocupantes considerassem as condições da maré na construção de suas casas. As casas sobre palafitas, que são um tipo de habitação de registro que remonta à Idade do Bronze, na Europa, mas que também é característica da ocupação ribeirinha da Amazônia Navarro (2022). Assim, para amenizar este efeito das águas que invadem a zona urbana durante a maré alta, não apenas as casas, mas também as ruas são construídas sobre as palafitas, em estruturas de madeira ou concreto armado. Com larguras médias de 2,40m, as ruas de Afuá não comportariam um automóvel ou até mesmo uma motocicleta. Na cidade a população circula a pé, mas a bicicleta é o meio de transporte mais utilizado pelos moradores de todas as idades, que usam esse meio de transporte para se locomover para as atividades do dia a dia. Um motivo de orgulho da cidade é ser conhecida

como a “cidade das bicicletas”. É interessante observar nos horários de entrada e saída das escolas municipais, as crianças pilotando suas bicicletas coloridas, saindo do bicicletário em direção às suas casas, formando um congestionamento de bicicletas dos mais variados tamanhos e modelos. Para qualquer observador de fora da cidade, é uma imagem bem diferente dos congestionamentos que enfrentamos nas grandes cidades, com a diferença que mesmo sem uma legislação para o ordenamento, há uma sintonia entre as pessoas e os acidentes são raros. Na figura 12, pode-se observar diferentes fotografias desta paisagem urbana, tão peculiar.

Figura 12 – Trânsito de bicicletas e bicitáxis pelas ruas de Afuá: na conexão entre Centro e Capim Marinho (A); e no bairro do Centro (B e C).



Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades – UNIVAP (2023).

Sendo a bicicleta um veículo que transporta apenas até 2 pessoas, o ciclista e mais a garupa, surgiu a necessidade de um veículo que pudesse transportar aqueles que não conseguem pedalar ou ser carregado por alguém. Pelas mãos de um morador local, foi construído um veículo chamado de “bicitáxi” (Figura 13), que partiu do princípio da união de 2 bicicletas lado a lado, com a instalação de dois bancos, um no local onde ficava os dois selins (assento das bicicletas) e outro à frente do guidão, que foi substituído por um volante, e que acomoda até 2 passageiros em cada banco, totalizando um total de até 4 pessoas sendo transportados, sem motor, apenas pedalandose. Após o sucesso da invenção, o inventor, Sr. Raimundo do Socorro Souza, o Sarito, começou a receber pedidos de pessoas com as mais variadas necessidades e com os mais variados propósitos, como as famílias que queriam carregar seus filhos pequenos

ou os idosos, os empreendedores que viram no bicitáxi uma forma de renda, carregando moradores e turistas, ou até mesmo o corpo de bombeiros da cidade que utiliza o bicitáxi para socorrer pessoas em perigo.

Figura 13 – Modelos de bicitáxi.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades – UNIVAP (2023).

Seja para qual finalidade, a utilização do bicitáxi pelos moradores é carregada de orgulho de ser a única cidade do país onde veículos automotores são proibidos, até mesmo as bicicletas elétricas não podem circular conforme legislação municipal. Até mesmo o transporte de alimentos é realizado pelo bicitáxi.

### 3.6 ARQUITETURA E URBANISMO RIBEIRINHO

Para trafegar pelas ruas de Afuá, as pessoas, as bicicletas e os bicitáxis necessitam das palafitas, feitas de madeira ou concreto armado, caminhar ou pedalar pelas “ruas” de Afuá é um momento que convida a observação das pessoas que circulam, da arquitetura das casas e do seu modo de vida ribeirinho. As ruas não dispõem de calçadas, não há recuo entre as ruas e as

casas. Um elemento da arquitetura ribeirinha que une a rua e as residências é a varanda, característica bem marcante, ela é o elo da rua com as casas, local de encontro dos moradores para uma conversa. Outro elemento marcante é o telhado, com duas águas, ele se estende em beirais generosos que protegem do sol e da chuva intensa do clima da região, ele possui um vão com o forro de madeira e uma saída de ar, que proporciona ventilação para diminuir a temperatura nas residências. Uma arquitetura que se adaptou ao clima da região, às águas que invadem na maré cheia, o sol e chuva intensos e a utilização de material local.

Outra característica das casas ribeirinhas são as cores (Figura 14). As casas são pintadas de várias cores, como vermelho, amarelo e verde, cores que podem ser visualizadas do rio. Ao chegarmos na pequena cidade, o conjunto de casas chama a atenção.

Figura 14 – Casas típicas ribeirinhas



Fonte: Acervo Laboratório de Estudo das Cidades – UNIVAP (2023)

Os artesãos locais, que são os construtores dessas edificações, são famosos pelas suas habilidades, também utilizadas na carpintaria naval, esses artistas ornamentam as casas com elementos em madeira e deixam sua marca exclusiva em cada construção. Para os ribeirinhos, a casa é um elemento importante de sua cultura, motivo de orgulho de seus moradores, e os cuidados com a moradia são evidentes Ribeiro e Oliveira Junior (2019).

### 3.7 CULTURA RIBEIRINHA

O ribeirinho também preserva sua cultura por meio das celebrações. A celebração religiosa mais marcante é a de Nossa Senhora da Conceição, segundo IPHAN (2009). Os preparativos para a festa começam no mês de novembro, com procissão fluvial por todo o município, celebração nas residências da cidade até a data da festa, 8 de dezembro, quando ocorre a celebração na igreja, marco de fundação da cidade. No decorrer de todo o ano, há celebrações de santos da igreja católica, que possuem templos na cidade. Durante visita a campo, também foi constatado que há igrejas evangélicas, mas as celebrações não foram listadas no INRC Marajó IPHAN (2009) e não há uma divulgação dos eventos para registro. No INRC IPHAN (2009) foram descritas as Encantaria, como forma de expressão relacionada aos rituais de pajelança ou umbanda.

Outra celebração importante no calendário de Afuá, é a Festa do Camarão, no mês de julho. A festa reuni pessoas de várias localidades, do interior do município, das outras cidades do arquipélago, e das capitais estaduais mais próximas. As festas são importantes para o município, pois além de preservar a cultura, elas movimentam a economia local.

Segundo o IPHAN (2009), foram listados 40 bens culturais no município de Afuá, entre eles, as celebrações, algumas edificações, como a igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Lagostão; as formas de expressão, que são, os grupos folclóricos e bandas; os lugares, como os sítios arqueológicos e a Ilha dos Camaleões, que abriga o projeto Quelônios da Amazônia, de preservação de tartarugas, desde 1979; e os ofícios, entre eles se destacando o bicitáxi, as parteiras e o trabalho da carpintaria naval.

Afuá preserva suas raízes ribeirinhas, no seu cotidiano e em seus momentos festivos. É uma cidade com uma atmosfera amistosa, onde todos se conhecem e tem senso de comunidade. Mesmo sem aplicar os princípios do Estatuto das Cidades, onde a participação popular é parte importante do processo, a população utiliza as redes sociais e a proximidade física com a pessoas da administração local, para pressionar e lutar pelos seus direitos.

Essas atitudes em seu cotidiano, são características do modo de vida ribeirinho, a vida comunitária se alia a sintonia com a natureza ao seu redor. O dia a dia do ribeirinho é compartilhado com seus familiares, vizinhos e observa as alterações no clima, nas águas, na vegetação e na fauna. Essas informações vão nortear seu dia, o horário de acordar, qual o melhor local para pesca, o momento de se abrigar da chuva ou do sol forte, como vai se locomover

pelos rios. Somente observando o dia a dia da população, podemos observar como esse modo de vida garante a sobrevivência da população em meio à maior floresta tropical do mundo.

## 4 METODOLOGIA DE PESQUISA.

A metodologia congrega o processo de construção da pesquisa. Desde a revisão de literatura, passando pela coleta e tratamento dos dados, às análises construídas. Esse processo foi sumarizado a seguir.

### 4.1 REVISÃO DE LITERATURA

O urbano de uma pequena cidade na Amazônia não é um assunto muito popular no estudo da arquitetura e do urbanismo, por isso a primeira etapa da pesquisa foi a construção de um referencial teórico que retratasse essa realidade, com informações essenciais para descobrir as peculiaridades de um território tão singular.

Alguns autores descrevem as pequenas cidades do norte do Brasil como cidades beira rio, cidades ribeirinhas e cidades rodoviárias, isso diferencia as cidades em relação a sua fundação, atividade econômica e principalmente o meio de locomoção mais utilizado, o que no universo da floresta pode diferenciar muito uma cidade da outra, mesmo com dimensão e população similares. Como comenta Trindade Jr e Tavares (2008, p. 11), “A respeito das cidades direta ou indiretamente relacionadas ao padrão fluvial, poderíamos ainda discernir duas formas-conteúdo: as cidades ribeirinhas e as cidades beira-rio”. Esse conceito levou a construção da metodologia da pesquisa. Primeiramente, se fez necessário obter conhecimento sobre esse universo do urbano em meio a floresta, especificamente da pequena cidade de Afuá, que guarda particularidades de outras cidades ribeirinhas.

### 4.2 COLETA DE DADOS

A partir do conhecimento adquirido, por meio da leitura, e das questões a serem respondidas sobre o objeto de pesquisa, no caso as transformações urbanas que a cidade está apresentando, surgiu a necessidade de uma pesquisa quantitativa/comparativa e posteriormente analisar esse processo de transformação, como o aumento da população e a expansão da mancha urbana. Outra pergunta a ser respondida era sobre a percepção da população em relação à essas mudanças, por isso a necessidade de um levantamento qualitativo que foi obtido em pesquisas de campo.

A coleta de dados proporcionou elaborar um perfil da zona urbana da cidade, bem com suas características e o processo de mudança que está ocorrendo, com isso a pesquisa começou

a se estruturar e responder os questionamentos feitos no início. A utilização dos dados de questionário, aplicado em 2017, pelo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP, colaborou para os dados que traçam um perfil econômico e de infraestrutura primária da cidade.

#### 4.2.1 LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS

##### • Trabalho de campo

Conhecer o território que pesquisado é de fundamental importância, não só apenas por meio da literatura, mas poder estar *in loco* torna o que era apenas imaginação em realidade. Em janeiro de 2023, tivemos a oportunidade de conhecer a pequena cidade de Afuá. O contato com as pessoas, o clima, a floresta, a comida, os costumes, o urbanismo e a arquitetura tão singular, revelou um cotidiano bem diferente.

Nessa ocasião, foram realizadas visitas às instituições públicas como: a prefeitura, a secretaria de planejamento, a secretaria de saúde e o cartório da cidade, para levantamento da legislação em vigor.

A cidade proporciona o caminhar e, com isso foi percorrido toda a área urbana, do Centro e o Capim Marinho para a observação do local e fazer um levantamento fotográfico, que serviu de base de comparação da evolução do local com as outras imagens que o laboratório dispõe. Com imagens registradas no nível das ruas e por meio de drone.

Contudo, o que foi de mais valia foi o contato com a população, que a todo instante nos observava e interagia, com o mesmo olhar investigador do pesquisador.

A observação participante pode ser de dois tipos. Na modalidade outsider, a mais comum, o pesquisador observa os indivíduos envolvidos no fenômeno que está estudando, conversa informalmente, recolhe relatos, toma notas do que ouve e vê. Conta aí a sua capacidade de gerar empatia, ganhar a confiança do grupo, convencendo-o a compartilhar o que, muitas vezes, não contaria a ninguém (Alonso, 2016, p.10).

##### • Aplicação de questionários

Após a análise do Comitê de Ética, foi aprovada a pesquisa de campo com parecer sob nº 6.289.577 (Anexo A), para aplicação dos formulários, que possibilitou traçar o perfil da população de estudo e responder as questões que surgiram durante a pesquisa, como por exemplo: o perfil socioeconômico dos moradores, e se, o cidadão deseja a preservação dos marcos culturais da cidade.

O formulário foi aplicado em um retorno à cidade, no mês de novembro de 2023. Para definir as áreas e a quantidade de questionários aplicados, foi determinada a utilização dos

setores censitários da zona urbana do município, foram distribuídos conforme o número de domicílios, correspondendo a 10% de cada setor, para moradores maiores de 18 anos, que fossem chefes de família, homens ou mulheres. A área urbana de Afuá possuía 1979 domicílios, segundo dados do IBGE (2010), levantando-se uma amostra de 10% dos domicílios, totalizaram-se 198 formulários aplicados, distribuídos nos diferentes setores censitários, respeitando-se o número de domicílios em cada setor. Ou seja, seguiu-se uma amostra estratificada, coletando-se 10% dos domicílios existentes em 2010.

A pesquisa de campo permitiu obter informações da percepção dos moradores em relação a cidade em que vivem e a importância que eles atribuem para a história da cidade e que almejam para o futuro. Apesar do questionário possuir poucas questões (Apêndice A), muito pode ter sido percebido do participante da pesquisa, como a vontade de participar, a emoção ao responder e a curiosidade sobre o resultado. Esse contato mais próximo com quem habita o local de estudo trouxe mais do que respostas das questões, pode revelar o intuito de aceitar a respondê-las.

Ao contrário das ciências naturais, que estudam fenômenos com os quais se estabelece uma relação sujeito-objeto, a relação nas ciências sociais é sujeito-sujeito: o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos): as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos. (Alonso, 2016, p.8)

Durante a aplicação dos formulários, os participantes puderam incluir opções de resposta, isso contribuiu para estabelecer uma percepção do sentimento do morador com a cidade, e compreender os pontos positivos e as potencialidades do local.

#### **• Análise visual das edificações do centro da cidade**

Durante a pesquisa de campo, em novembro de 2023, foi realizado um levantamento das características das edificações do bairro Centro, com 3 classificações: casas de madeira, mista 1 (edificações de madeira que tem alguns elementos de outros materiais), mista 2 (edificações em que já predomina o concreto e o tijolo).

Caminhando pelas ruas, foi feita uma contagem do número de edificações por rua, de acordo com os critérios apresentados, analisando-se visualmente como era formada sua estrutura e fechamento. Essa análise foi importante para se ter uma representação das áreas do centro, e analisar se todas estão no mesmo patamar no processo de mudança de uso do material. O resultado deste levantamento permitiu a elaboração de mapas, que podem ser encontrados na seção de resultados.

#### 4.2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

- **Dados censitários do IBGE**

Foram coletados os dados do censo de 2010, do IBGE, sobre a cidade de Afuá, para permitir análises sobre o crescimento populacional, habitação, infraestrutura, socioeconômico e extensão territorial. Dados mais detalhados do último censo, de 2022, não foram divulgados até o fechamento desta pesquisa.

- **Dados do poder público Federal (IPHAN) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Estadual e Municipal**

A partir da primeira pesquisa de campo, foi possível acesso a informações que não estavam disponíveis por meio eletrônico. Contudo as informações disponíveis através do site da Prefeitura Municipal de Afuá e demais órgãos municipais foram monitorados para acompanhar o cotidiano de quem administra a cidade.

Além dos dados municipais, documentos relativos à cidade, elaborados por órgãos do governo estadual e do governo federal, foram estudados para estabelecer quais políticas públicas foram implantadas e quais foram sugeridas para aquela localidade e, com isso traçar um perfil de espaço/tempo de interesse nesse território.

- **Dados de Geolocalização**

Para ilustrar a evolução da mancha urbana da cidade, foram utilizadas imagens de satélite obtidas no site INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), dados espaciais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Google Earth®. Foram coletados dados para demonstrar uma linha do tempo do crescimento da cidade e permitir demonstrar em qual período houve maior expansão.

#### 4.2.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram utilizados para gerar análises quantitativas, qualitativas e comparativas, após serem trabalhados em planilha Excel®, e realizado o tratamento estatístico, por meio da estatística simples, calculando as porcentagens que permitiram dar subsídios para elaboração de mapas da área de estudo.

Os dados gerados pela pesquisa dos bancos de dados e pela pesquisa de campo, com aplicação de formulário de perguntas, que foram aprovados pelo Comitê de Ética e sua tabulação, forneceram dados quantitativos, como: número de pessoas que habitam a mesma residência, tempo de residência na zona urbana da cidade, qual a porcentagem de moradores de Afuá que nasceram na cidade e quais se mudaram para a zona urbana etc. Além dessas informações, houve dados qualitativos respondendo às perguntas como: Quais espaços da cidade devem ser preservados? Quais os materiais utilizados na estrutura das residências? Os números gerados por esses dados, serviram para uma análise comparativa do crescimento urbano e das mudanças que a cidade vem sofrendo e, juntamente do aporte teórico das pesquisas bibliográficas, serviram como base para o documento que gerado.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o início da pesquisa, várias perguntas foram surgindo em relação ao tema escolhido, e assim estabelecidos os objetivos. Essas questões foram sendo respondidas, com a ajuda das bibliografias utilizadas, com as idas à campo e aplicação de formulários, com a utilização dos bancos de dados do Laboratório de Estudos da Cidade, da Universidade do Vale do Paraíba, e dos órgãos públicos competentes. Após a compilação e a análise dos dados, podemos estabelecer os resultados com um panorama sobre o processo de mudança no ambiente urbano na pequena cidade de Afuá. Considerando esses aspectos, essa seção está subdividida de acordo com os objetivos específicos estabelecidos: Conhecer o perfil da população de estudo, tais como: aumento da populacional urbano, renda, escolaridade e relações socioculturais; analisar a percepção de reconhecimento cultural de Afuá por parte da população de estudo; verificar quais foram as influências externas que contribuíram para as mudanças na área urbana do município.

### 5.1 PERFIL SOCIOECONOMICO POPULACIONAL

Segundo dados do IBGE, a população do município de Afuá é de 37.765 habitantes, dados do censo (2022), tendo obtido um crescimento populacional de 7,77%, maior que a média da população brasileira que foi de 6,45%, em relação ao censo anterior, 2010. Este dado confirma a tendência de crescimento verificada nos últimos 20 anos, pois, no censo de 2000, a população era de 29.505 habitantes e, em 2010, de 35.042 habitantes, tendo apresentado um crescimento populacional de 18,76% nesse período (Gráfico 3).

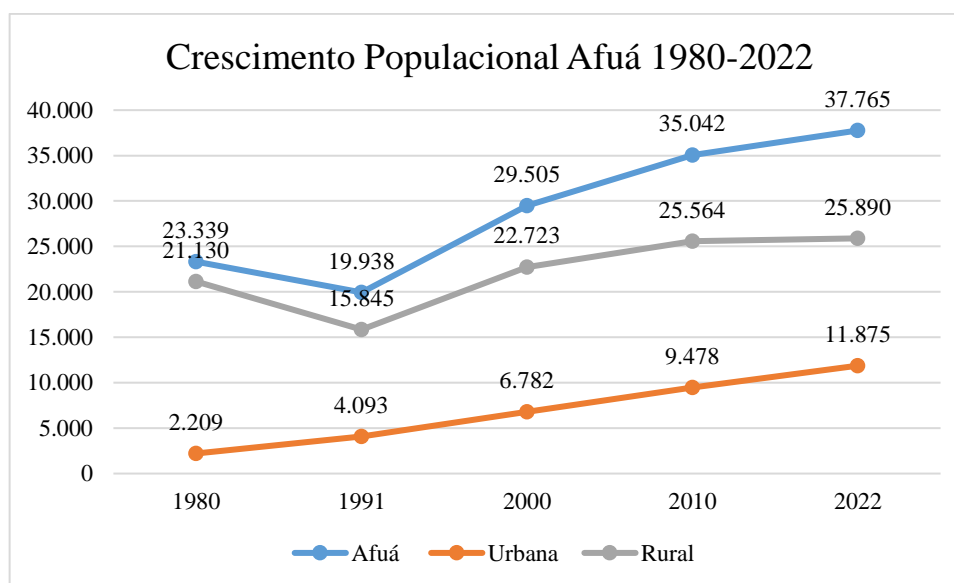
Como podemos observar no gráfico 3, esse crescimento não está equilibrado entre a zona urbana e a zona rural da cidade, há uma tendência de maior adensamento da zona urbana, enquanto o crescimento da população na zona rural, praticamente se estabilizou no último censo em 2022, com crescimento de 1,27%. Esse crescimento, com tendência a uma maior urbanização, deve ser considerado na elaboração de uma legislação urbana que dê maior qualidade de vida às pessoas que estão procurando na cidade seu novo lar.

Em 2010, 9.478 eram habitantes da zona urbana, o que correspondia a 27,04% da população total. Atualmente, segundo o censo de 2022, dos 37.765 moradores do município, 11.875 são habitantes da zona urbana, que contabiliza 31,44% dos munícipes. Os dados que ilustram o crescimento do município, demonstram que enquanto a população municipal cresceu

7,77% no último censo, a população da zona urbana cresceu 25,29%. A cidade de Afuá ainda pode ser considerada uma cidade rural, mas com uma forte tendência de crescimento de sua população urbana.

Essa tendência a urbanização foi notada na primeira pesquisa de campo, com a verificação de abertura na vegetação da área urbana, no bairro do Capim Marinho, de “pontes”, as ruas, para a instalação das casas de novos moradores. A partir dessa constatação, da ampliação da área urbana, surgiu uma questão: Quem são essas pessoas que estão se mudando para a zona urbana de Afuá e qual o motivo para essa mudança?

Gráfico 3 – Crescimento populacional do município de Afuá 1980-2022.



Fonte: Dados IBGE, elaborado pela autora (2023) .

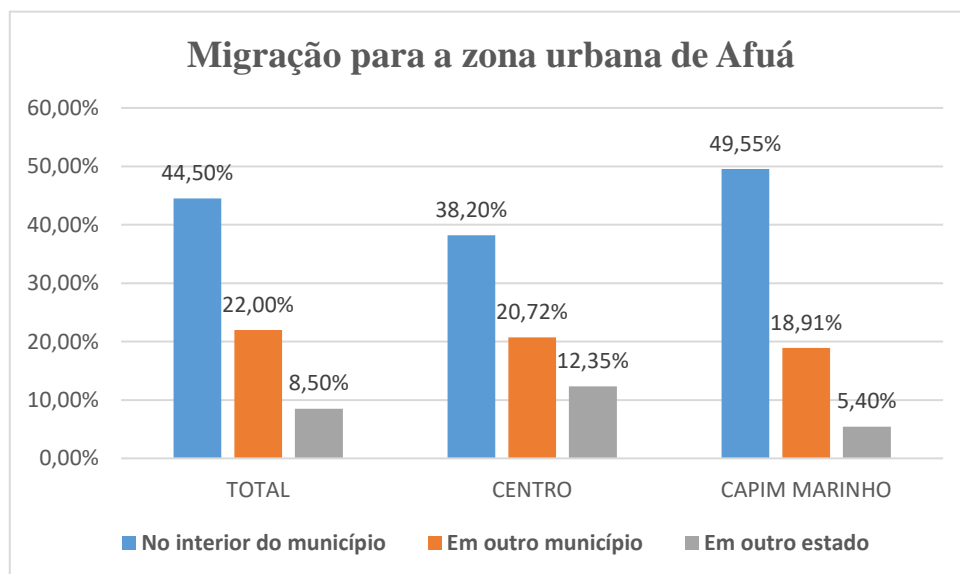
Em pesquisa de campo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – UNIVAP sob o CAAE 70038923.8.0000.5503, em novembro de 2023, foram aplicados 200 questionários, que correspondem a 10,1% dos 1.979 domicílios da zona urbana de Afuá, segundo IBGE 2010, que compreende os bairros do Centro e do Capim Marinho. Dentre os objetivos da aplicação do questionário, está o de constatar de onde estão vindo esses novos moradores para a zona urbana da pequena cidade de Afuá.

Como resultado da pesquisa, dos 200 participantes da pesquisa 61% se declararam nascidos na cidade de Afuá, 32% declararam serem naturais de municípios próximos, pertencentes ao arquipélago do Marajó, como Breves, Anajás e Chaves e de comunidades rurais pertencentes ao município de Afuá. Apenas 7% se declararam nascidos em outros estados, 6,5% no Amapá, sendo 6% de Macapá, capital do Amapá, e 0,5% de Mazagão, que são as cidades do

Amapá mais próximas ao município de Afuá. Portanto, 99,5% dos participantes nasceram na região norte do país, apenas uma pessoa respondeu ser de uma localidade mais distante, de outra região do país, de Natal, capital do Rio Grande do Norte, que pertence a região nordeste.

Das pessoas que responderam que moravam anteriormente fora da zona urbana de Afuá, a maioria fixou moradia na cidade há mais de 20 anos. Dentre esses, 44,5% vieram do interior do município; no bairro do centro, 38,20% mudaram da zona rural para a zona urbana, e no bairro do Capim Marinho 49,55%, fizeram o mesmo movimento (Gráfico 4). Esses dados caracterizam essas pequenas cidades ribeirinhas, de pessoas que se mudam de cidades vizinhas em busca de oportunidades e de uma melhor qualidade de vida, e que, vem do interior do município em busca de trabalho e educação. Conforme os dados da pesquisa, o motivo apontado pelos participantes para morar em Afuá são: a família, com 43% das respostas, o trabalho, com 30%, e educação com os outros 30%. Lembrando que os participantes poderiam escolher mais de um motivo para a mudança.

Gráfico 4 - Migração para a zona urbana de Afuá.



Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2023).

Então podemos afirmar que, a maioria das pessoas que migraram para a zona urbana, são oriundos do próprio município, saindo da zona rural. Sendo o Capim Marinho o bairro mais procurado para essa mudança, como foi constatado na primeira pesquisa de campo, a área que estava sendo aberta na vegetação para a ampliação do bairro.

Esse movimento feito pela população, teve alguns motivos, entre eles a criação do Parque Estadual do Charapucu, uma unidade de proteção integral, área protegida de 651,8194 km<sup>2</sup>, na

zona rural do município de Afuá onde habitavam muitos moradores. A área não está regulamentada, ainda está formando seu conselho consultivo, e conforme definição do ICM Bio, esse tipo de área, de proteção integral, tem “a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas”

Segundo Valota (2019), após a criação do Parque Estadual do Charapucu, em 2010, muitos ribeirinhos não puderam mais continuar na área do parque e tiveram que se mudar para a área urbana do município. Como o bairro do Centro era bem adensado, o bairro do Capim Marinho foi o caminho de muitos.

Com relação ao bairro Capim Marinho, de acordo com as informações levantadas durante uma entrevista com o secretário do meio ambiente e o secretário de infraestrutura de Afuá, em 19/08/2018, foi averiguado que esse bairro é originário de uma invasão que se iniciou em meados dos anos 2000, sobre a qual o Poder Público não teve controle. Essa área foi ocupada aos poucos pelos moradores que vinham da zona rural do município, e os secretários informaram que a prefeitura tem a intenção de reorganizar a ocupação, mantendo o padrão que se segue por toda a cidade (Valota 2019, p.146).

Como podemos observar na figura 15, a área do bairro apresentou aumento da mancha urbana, abrindo área de floresta para a construção das “pontes”, as ruas em Afuá. Com essa abertura, novos moradores foram se instalando na área, alguns adquiriram o terreno, outros sem opção invadiram a área.

Nota-se, que o município está passando por transformações significativas quanto ao surgimento de novas áreas de moradia desordenada em áreas de floresta situadas na zona urbana de Afuá. Logo o surgimento de moradias, invasões nas cidades sem planejamento habitacional, também trazem problemas sociais e ambientais bem como de saneamento básico, saúde e educação (IPHAN, 2010, p.7).

Esse crescimento reflete na mancha urbana da cidade, os últimos 20 anos foram os que apresentaram maiores mudanças na zona urbana do município, em 2001, conforme observado no Google Earth®, a área urbana do município era de 0,8 km<sup>2</sup>, menos de 50% dos 1,69 km<sup>2</sup> registrados na base de dados do IBGE, atualmente. Com esse crescimento, podemos afirmar que o Capim Marinho tem uma extensão territorial maior que o Centro e com tendência de crescimento devido a sua localização geográfica, pois o centro é limitado pela orla da cidade e a pista do aeródromo.

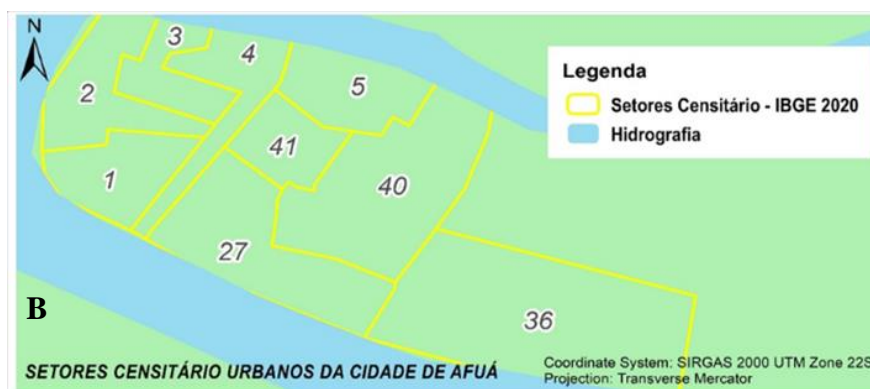
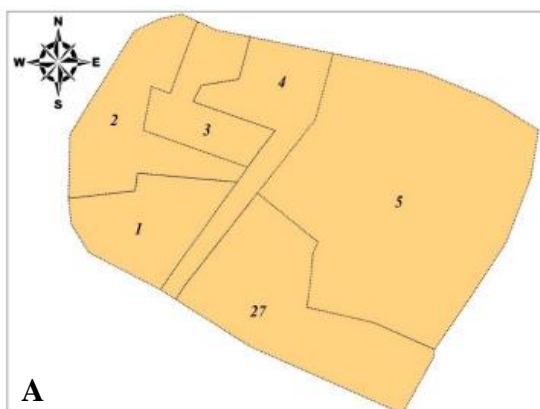
Figura 15 - Crescimento da mancha urbana em Afuá: a área urbana em 2001 A e em 2024 B.



Fonte: Google Earth®.

O resultado dessa expansão, foi que, no período de 2010 a 2022, os setores censitários da área urbana cresceram de 6 setores para 9 setores, todos acrescentados no bairro do Capim Marinho. Subdividindo o setor censitário 5 em 5, 40 e 41, que era o maior setor censitário da cidade anteriormente, e a criação do setor 36, área de maior expansão no bairro. (Figura 16).

Figura 16 – Setores censitários da cidade de Afuá, em: A 2010; e B 2022. A numeração, nos croquis, refere-se à identificação dos setores.

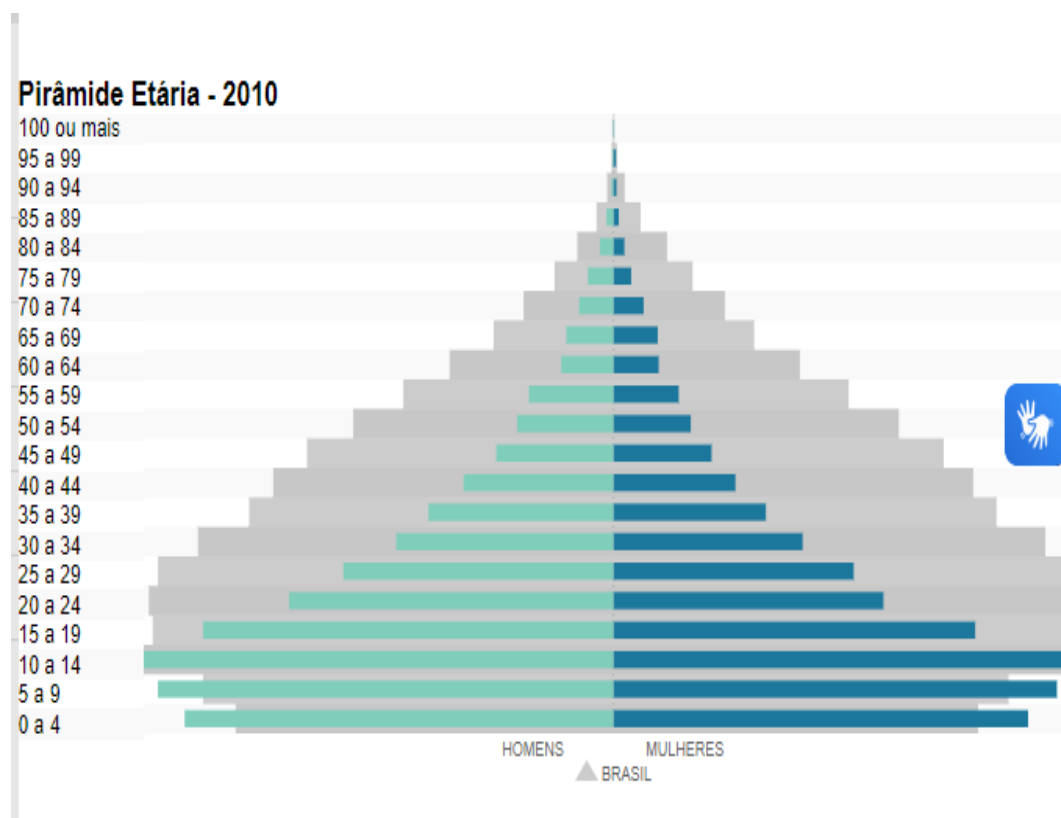


Fonte: Santos (2023).

Apesar do crescimento da população, o município ocupa a posição 4977º dos 5570 municípios brasileiros em densidade demográfica, com 4,53 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação a extensão territorial, o município ocupa a posição 166º, demonstrando que está entre os 200 maiores municípios do país, mas entre os menores municípios em densidade demográfica, caracterizando sua pequena densidade demográfica.

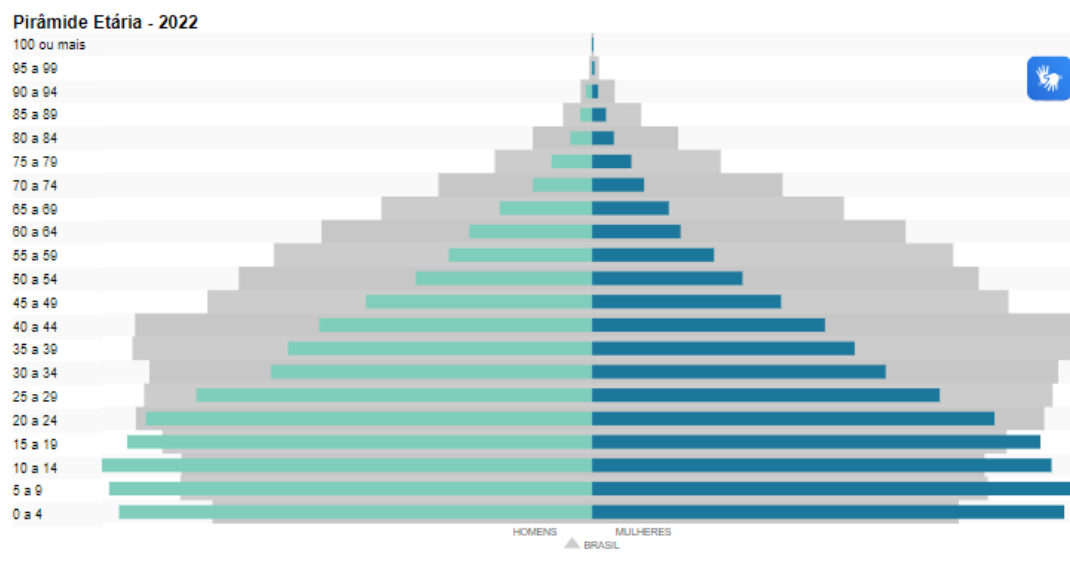
Em relação as características da população do município, os dados apresentam uma população jovem, sendo que 10,88% da população têm entre 10 e 14 anos, situação que se manteve nos últimos dois censos do IBGE, 2010 e 2022, conforme podemos observar no gráfico 4 e 5. A população municipal tem a média de idade mais jovem que a média da população brasileira, como podemos observar no gráfico 5, enquanto a pirâmide etária da população brasileira mostrou um envelhecimento da população, para entre 35 anos e 44 anos, Afuá se manteve com uma população predominantemente jovem, com menos de 34 anos. Essa situação municipal também se reflete na cidade. Em formulários aplicados em 2017, na cidade de Afuá, observou que mais de 60% dos domicílios eram compostos por população predominantemente jovem, com menos de 35 anos.

Gráfico 5 - Pirâmide etária 2010



Fonte: IBGE (2023)

Gráfico 6 - Pirâmide etária 2022



Fonte: IBGE (2024)

O crescimento acelerado do município, refletido na zona urbana, não fazia parte do planejamento urbano da cidade, as pessoas foram construindo suas casas nas áreas abertas pelo poder público, sem a infraestrutura necessária e suporte de equipamentos públicos e principalmente uma colocação profissional. Esses fatores resultaram no agravamento das questões sociais, ambientais e de desenvolvimento humano.

De acordo com os formulários aplicados, na zona urbana, 37,5% dos habitantes dependem de programas sociais, pensão ou aposentadoria, e a principal atividade remunerada está no mercado informal, considerando que a atividade “autônoma” foi identificada por 25,5% dos participantes. Esses números aumentam quando analisamos apenas o bairro do Capim Marinho, chegando a 42,69% de pessoas dependendo aposentadorias, pensão ou programas sociais, sendo 19,10% de aposentados e pensionistas e 23,59% dependentes de programas sociais, como o bolsa família. No bairro do Capim Marinho, a atividade remunerada mais indicada pelos moradores é “autônomo”, com 27,90%.

No bairro do Centro a principal fonte de renda vem do funcionalismo público com 26,13%, seguida pelos autônomos, com 24,32% e dos aposentados e pensionista, com 21,62%.

No questionário de pesquisa aplicado ainda tinham como opções o MEI (Microempreendedor Individual), funcionário do comércio, funcionário da indústria e a opção de declaração de uma fonte de renda por opção do participante. A opção MEI, foi escolhida apenas por 1,5% dos participantes. Assim, em uma cidade, onde a pesquisa demonstra que a maior fonte renda de atividade remunerada vem da atividade autônoma, demonstra a falta de

formalização desses pequenos negócios. Com a categoria MEI, o cidadão poderia ter acesso a seguro saúde, aposentadoria, emissão de notas fiscais, etc., gerando uma segurança social e jurídica para os pequenos empreendedores, que no caso de Afuá, estão trabalhando muitas vezes apenas com uma licença da prefeitura, o que significa que apenas o governo da esfera municipal tem ciência de sua existência, e Afuá não oferece ao pequeno empreendedor ferramentas para o crescimento e a sustentabilidade de seu pequeno negócio.

Ainda analisando as fontes de renda dos moradores, em 2017, foi realizada uma pesquisa de campo pelo Laboratório de Estudos da Cidade, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – UNIVAP sob o CAAE 69815317.8.0000.5503. Nesta pesquisa, alguns moradores da cidade de Afuá revelaram como compõem a renda familiar, em uma classificação em nível de importância. Assim, 30% têm como sua principal fonte de renda o trabalho assalariado, a 2ª fonte de renda das famílias é a aposentadoria, com 17,09%, e logo depois vem o Bolsa Família com 13,87%, compondo assim a renda familiar. O açaí é a principal fonte de renda para 5,48% dos participantes da pesquisa moradores da zona urbana.

O fruto compõe a atividade econômica com maior expressão no município, e é comercializado na zona urbana na Feira do Açaí “Antônio da Silva”, uma edificação erguida especialmente para esse fim, localizada na orla do centro da cidade, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca. Conforme informação da comunidade local, no ano letivo de 2024, o fruto entrará no cardápio da merenda escolar local, sendo servido na rede municipal de educação da educação infantil ao ensino médio. Conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a alimentação escolar é baseada “no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeite a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis”, valorizando a agricultura familiar de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, conforme o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009).

Podemos concluir que a população de Afuá é uma população jovem que está em busca de desenvolvimento pessoal, e procura na zona urbana ferramentas para esse desenvolvimento e melhor qualidade de vida. Porém, o crescimento populacional da cidade não foi acompanhado por políticas públicas e investimentos sociais e em infraestrutura, para acolher esse movimento do interior para o centro urbano. Essa situação contribuiu para a piora em níveis de qualidade de vida dos cidadãos e o agravamento da situação dos índices de desenvolvimento humano Municipal (IDHM), segundo censo de 2010, em 0,489.

## 5.2 OBSERVAÇÃO VISUAL DA COMPOSIÇÃO MATERIAL DAS EDIFICAÇÕES

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira, em janeiro de 2023, de caráter exploratório, quando foi realizado o primeiro contato com o território, andando pelas ruas dos dois bairros para ter uma visão de como se dá a implantação das edificações nos lotes, a predominância de uso, se há áreas mais residenciais, comerciais ou mistas, como se dá a arquitetura local, como as ruas elevadas se conectam com as residências e com o comércio.

Devido a pequena dimensão da área da cidade foi possível observá-la quase em sua totalidade, parte feita a pé, parte realizada com o apoio do bicitáxi, como demonstra a figura 17. Todos os pontos coletados, com os marcadores amarelos, são áreas percorridas durante a primeira visita a campo. A marcações fora da zona urbana, correspondem a área da EMAPA (Exportação, Materiais e Alimentos do Pará), empresa que faz o beneficiamento da madeira, extraída da floresta de Afuá. Oportunidade onde visitamos “a muralha”, uma árvore da espécie Samaúma, com grandes raízes (sapopemas), que pode ultrapassar os 50 metros de altura, essa árvore é atração no município, devido às suas grandes proporções.

Figura 17 – Trajeto percorrido na primeira vista à campo.



Fonte: Google Earth®, dados recolhidos por GPS (Global Positioning System).

Durante esse período de observação, pudemos constatar que as edificações da cidade estavam passando por um processo de mudança na composição de sua estrutura e de suas características arquitetônicas, típicas de uma cidade ribeirinha. Algumas obras estavam em estágio inicial, tendo sido possível visualizar as fundações, os materiais utilizados e como o

solo amazônico se comporta quando é perfurado para a instalação das brocas estruturais (Figura 18).

Figura 18 - Terreno perfurado para implantação de brocas estruturais e sapatas.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Observando a figura 18, podemos analisar a perfuração para a instalação das brocas estruturais e sapatas. Na figura 18A, temos uma visão panorâmica do terreno que estava sendo perfurado; na figura 18B podemos observar mais de perto a caixa aberta para furação e contenção do solo, observa-se que há água no solo apenas pela perfuração, e o solo ao redor também se apresenta saturado pela água. Retornando no mesmo dia, após alguns minutos de chuva, a água já preenche toda a caixa e a área ao redor da furação, conforme podemos observar na figura 18C.

Em novembro de 2023, dez meses após o primeiro contato com o território, foi realizada mais uma vista a campo para aplicação de questionários, após aprovação pelo CEP, conforme citado. Neste segundo momento, foi observado que o processo de mudança estava em continuação e havia ainda mais obras na cidade, acelerando o processo nessa área do território.

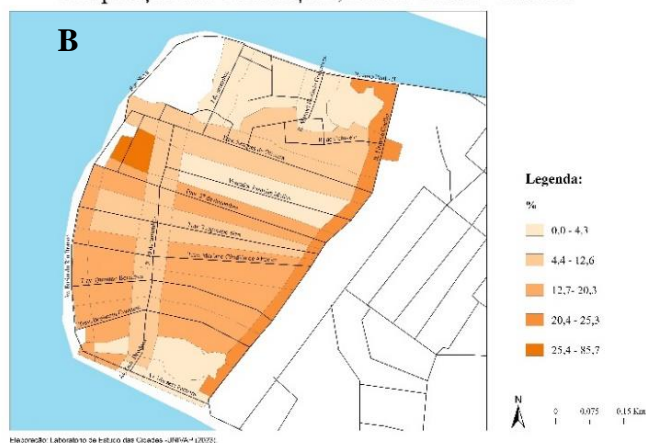
A partir dessa constatação, foi feita uma pesquisa visual, no bairro do Centro, onde se concentra o maior número de edificações com mudanças em sua composição estrutural, material de fechamento e acabamentos. A pesquisa consistiu em um levantamento visual da composição dos materiais utilizados na construção das edificações, sejam elas residenciais ou comerciais, no bairro do centro de Afuá, tendo sido percorridas todas as ruas do bairro Central, em dois dias de observação. Para a análise visual, as edificações foram divididas em 3 classes:

madeira, que são as edificações com a estrutura, o fechamento e as esquadrias em madeira; a mista 1, nesta incluem as edificações que sofreram algumas alterações e apresentam outros materiais além da madeira, como os tijolos ou piso de madeira com uma camada de argamassa, mas madeira é o material que predomina; e a terceira classificação, que é a mista 2, onde já há a predominância de outros materiais, como o concreto armado, tijolo em sua estrutura e materiais de acabamento como o vidro na fachada. Uma contagem dessas casas foi realizada, por rua, e definida uma porcentagem da ocorrência, de acordo com o levantamento, tendo sido produzidos mapas de acordo com a composição da construção, como pode ser observado na figura 19.

FIGURA 19 – MAPA DE COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL DAS EDIFICAÇÕES DO BAIRRO DO CENTRO.  
Composição das Construções, Bairro Centro - Madeira



Composição das Construções, Bairro Centro - Mista 1



Composição das Construções, Bairro Centro - Mista 2



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

No total, foram analisadas 1024 edificações, o que corresponde a 51,74% das edificações do centro urbano de Afuá, que incluem o bairro do Centro e o Capim Marinho, conforme IBGE

(censo 2010). Como podemos notar, na figura 19A, as casas que ainda preservam a madeira como material predominante estão localizadas mais ao norte do bairro, essa região apresenta um arruamento mais irregular, com ruas sem saída e com recuo menor entre as edificações e na parte frontal das casas. Essa região da cidade fica no lado oposto onde a cidade teve seu início, no caso a área em torno da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Na figura 19B, mista 1, podemos observar que as edificações em processo de alterações concentram-se nas ruas centrais e na via limite entre o bairro Centro e o bairro do Capim Marinho, como uma zona de transição entre a parte mais antiga do município e a parte de expansão do bairro. Essas alterações ficam mais evidentes na parte mais antiga de Afuá, conforme podemos observar na figura 19C, que apresentam edificações com materiais diversos, como a própria igreja de Nossa Senhora da Conceição, marco do início da implantação da cidade, edificação que já foi reconstruída 5 vezes, e hoje apresenta materiais como piso em granito, portas e janelas em metal, a estrutura em concreto armado, com sua arquitetura muito similar a outros templos religiosos católicos do país. Podemos concluir que onde havia as residências mais antigas da cidade, também foi a área que mais se modificou. Como relatado pela população a falta de material adequado para a manutenção das residências em madeira pode ter acelerado esse processo nessa região. Há maior intensidade de mudanças nessa região da cidade, porém em todo o bairro do Centro podemos constatar essa transformação.

Essa região, a mais antiga da cidade, abriga um maior número de comércios variados, além da praça Micaela (figura 20), local de encontro dos munícipes e de prática de exercícios físicos. O comércio apresenta grande transformação na composição do material utilizado para a construção e na arquitetura, porém a praça guarda as características da arquitetura ribeirinha, com quiosques de madeira, pintados com as cores da cidade, um palco para apresentação em eventos, bancos para acomodação de moradores e turistas que podem observar a orla da cidade voltada para o rio

Figura 20 – Praça Micaela, bairro do Centro.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2023).

A partir dessa pesquisa visual, podemos constatar, como acontece em várias cidades, que o local onde a cidade foi fundada é a área também que passa pelas transformações mais aparentes, e apresenta maior concentração de edificações que expõe mudanças na sua estrutura e nos materiais de acabamento, e assim essas mudanças vão seguindo pela orla e para as outras áreas da cidade que foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Na classificação dos setores censitários, o setor censitário 1 é a parte mais antiga da zona urbana, que foi se desenvolvendo pela orla, designando os 4 setores do bairro do Centro.

Entre os temas dos questionários, também foram aplicadas perguntas sobre a estrutura e o acabamento das residências. No bairro do Centro, onde foi feita a pesquisa visual, 72,07% dos moradores declararam que suas residências são feitas de madeira ou a madeira é o material predominante, 9,90% afirmaram que a residência tem na composição madeira e concreto e 5,40% madeira, tijolo e concreto. No bairro do Capim Marinho, os resultados da pesquisa apresentaram um panorama mais conservador nos materiais utilizados em relação ao centro, 82,02% dos moradores responderam que suas casas são feitas de madeira ou a madeira predomina em sua composição, 3,37% madeira e concreto e 4,49% madeira, tijolo e concreto.

O resultado da pesquisa obtida na aplicação questionários, também ilustra o mesmo cenário da pesquisa visual, que o bairro do Centro, a parte mais antiga da cidade está em um processo de mudança mais acelerado que o bairro do Capim Marinho, mesmo porque no perfil socioeconômico da população, os moradores do Centro possuem renda maior do os moradores

do Capim Marinho, que são trabalhadores autônomos, dependentes de programas sociais e aposentadorias.

Durante a aplicação dos questionários, foi pedido que a população indicasse o motivo do qual escolheram a mudança de material para a construção e acabamento das residências. O valor do material e o conforto, foram os itens mais citados, entre as respostas pré-estabelecidas. Entre as respostas espontâneas dos participantes, a durabilidade foi a resposta mais repetida. As pessoas alegam que a manutenção das casas em madeira tem um custo mais elevado, porque deve ser feita com mais frequência, pois a madeira que está disponível para esse fim não tem a mesma qualidade das madeiras nobres de tempos antigos. Madeira nobre como a Acapu, resistente a ambientes úmidos podendo ficar em solo úmido, como é o caso de Afuá, por mais de quinze anos, segundo Gomes, Silva e Melo (2005) em Comunicado Técnico 148 da Embrapa. Essa espécie não era utilizada somente nas residências em Afuá, mas também em cidades maiores, entretanto a espécie entrou em processo de extinção e não pode ser utilizada pela indústria madeireira.

Com efeito, a utilização da madeira do acapu na construção de residências e outras edificações antigas na cidade de Belém já havia sido reportada por viajantes e naturalistas desde o século XVIII, nas obras em que estes descrevem pisos, portais ou estruturas de telhados construídos com a madeira dessa espécie (Porro, 2022, p.1).

Com a manutenção mais frequente, os custos ficam elevados, o que leva a população a optar por outros materiais que em um primeiro momento tem valor mais elevado, porém, pela percepção local, resiste mais tempo ao ambiente e com isso diminui os custos a longo prazo.

Ainda segundo a pesquisa, os ambientes escolhidos para essa mudança, são as áreas “molhadas”, cozinha e banheiro, possibilitando a utilização de acabamentos alternativos, como o piso cerâmico e o azulejo para revestimento das paredes, que para os participantes da pesquisa traz mais praticidade e conforto no dia a dia.

Observando essas mudanças, podemos notar que as medidas tomadas pelo próprio governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, mobilizou a população a procurar saídas para as restrições que estavam sendo submetidos, seja pela criação do Parque do Charapucu e remoção das comunidades, pela restrição ao acesso à madeira de qualidade e a falta de orientação para a troca de um material mais adequado ao ambiente ribeirinho.

## 5.2 PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO E O SENSO DE PERTENCIMENTO

A população da cidade de Afuá demonstra ter cuidado com a imagem da cidade, e como ela se apresenta para as pessoas que vem de fora. Esse cuidado pode ser sentido em todo o território pela preocupação com a pintura de suas residências e o cuidado com as ruas da cidade. Recentemente, esse cuidado pode ser comprovado pela mobilização da população nas redes sociais.

Na primeira visita a campo, o terminal hidroviário estava em fase de acabamento, finalização das instalações elétricas e de equipamentos, faltando poucos detalhes na pintura com inspiração na cerâmica marajoara. Como os outros terminais hidroviários do arquipélago do Marajó, construídos pelo governo estadual, foi pintado em tom de cinza, com detalhes em vermelho (Figura 21A). Passados dez meses da primeira visita, no retorno para a aplicação dos questionários, pode-se notar que o terminal estava diferente, a pintura cinza já não estava mais lá, o que se observava era que o terminal estava todo colorido, com as cores do município, conforme os outros prédios da administração municipal. Em conversa informal com a população, foi relatado que após a entrega do terminal pelo governo estadual, a população da cidade utilizou as redes sociais, e a proximidade que tem com a administração local, para pressionar e exigir que o prédio fosse repintado com as cores do município e assim compor com todos os prédios públicos. A pressão funcionou e o prédio do terminal foi repintado (Figura 21B).

Figura 21 – Terminal Hidroviário (A) janeiro/2023, (B) novembro/2023.



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Outro edifício que era um marco cultural da cidade, localizado no bairro do Centro, é o Lagostão, centro cultural da cidade, edificação listada como patrimônio cultural pelo IPHAN

(2009). Local de reuniões da administração municipal, de ensaio de bandas e grupos culturais locais, a construção era de 1970, em formato circular, como uma casa cabocla, construída em bambu com cobertura de palha. O centro cultural foi ampliado e restaurado em 1985, quando o bambu deu lugar a madeira no revestimento.

Em novembro de 2022, durante um jogo do Brasil na Copa do Mundo do Qatar, um dos fogos de artifícios soltos caiu na cobertura de palha do centro cultural e o fogo se espalhou rapidamente, a população se uniu ao corpo de bombeiros para apagar as chamas do local, porém, devido à grande quantidade de material inflamável, o prédio foi consumido completamente, como pode ser observado na figura 22.

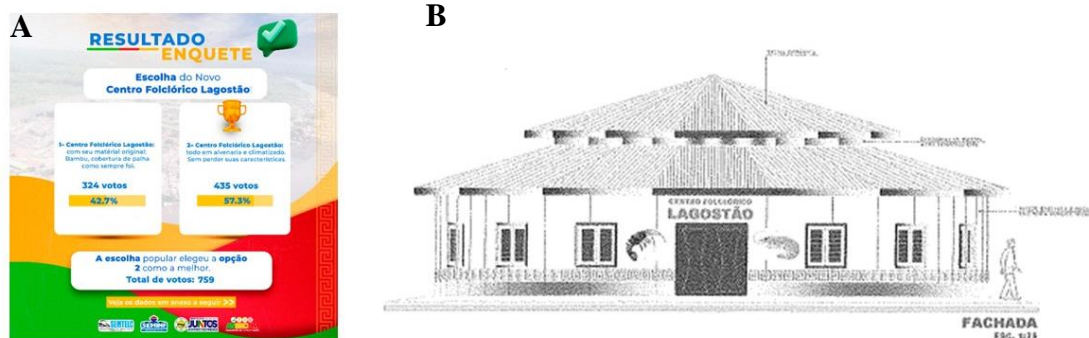
Figura 22 – Festa das crianças no Centro Cultural Lagostão (A), população apagando fogo do Centro Cultural (B).



Fonte: Prefeitura Municipal de Afuá (2022).

Consciente da importância do prédio para a população, a prefeitura se mobilizou para a reconstrução do centro cultural e foi apresentado um projeto arquitetônico à população. Conforme o projeto do novo centro cultural, será preservado o projeto circular, com ampliação de sua área interna, adequação dos sanitários com acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD), ampliação da cozinha e melhor distribuição da área do palco e plateia. Essas resoluções no projeto preservaram as características arquitetônicas do centro cultural, entretanto com o recente incidente do incêndio, a população estava abalada com o ocorrido. Por isso, foi proposto duas opções para a construção da estrutura do edifício: a primeira proposta consistia em reconstruir o Lagostão com o material original de bambu com cobertura de palha e a segunda em alvenaria com climatização. Foi publicada enquete na página oficial da prefeitura municipal de Afuá, na internet, para a escolha do material pela população, e a vencedora foi a segunda opção, em alvenaria com climatização, em mais uma demonstração do uso da internet pela população para se colocar.

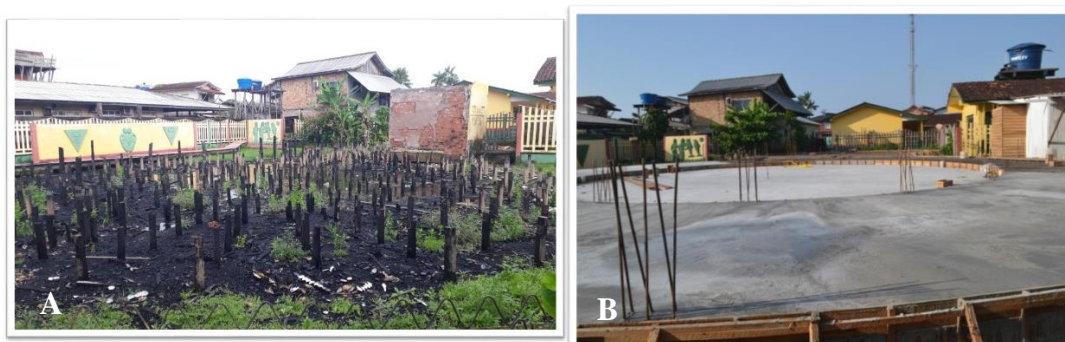
Figura 23 – Enquete para a escolha do material do Lagostão (A) e Projeto de arquitetura do novo Centro Cultural (B).



Fonte: Prefeitura Municipal de Afuá (2023).

A obra foi orçada em R\$1.139.410,60, conforme edital, foi iniciada em 2023 e tem prazo de 240 dias para a entrega, não há informação da data de início das obras na placa com informações da obra. Em novembro de 2023, a etapa do baldrame e a laje do piso já estava pronta (Figura 24B).

Figura 24 – Imagem das visitas a campo: janeiro/2023 (A), novembro/2023 (B).



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2023).

O projeto, elaborado por um arquiteto da prefeitura municipal, será executado com o piso 0,30m acima do nível do prédio anterior para evitar alagamentos. Serão utilizados materiais de acabamento que lembram o Lagostão anterior, como porcelanato com estampa de madeira, será inserido o bambu, material utilizado no primeiro Lagostão, construído em 1970, e o forro em madeira.

O retorno desse centro cultural à comunidade é muito importante, pois ali acontecem vários eventos que marcam o calendário, como o Baile da Flores, dia das crianças, eventos relacionados a saúde, educação promovidos pela prefeitura, ensaio de bandas e grupos folclóricos. O antigo Lagostão faz referência à cultura indígena, entretanto, de acordo com

IPHAN (2009), a cultura da população que é celebrada no local é ligada aos missionários jesuítas que chegaram ao território no século XVII, e dos negros no século XVIII, que chegaram ao arquipélago como escravos para o trato do gado.

Em 2010, o IPHAN, juntamente com o Ministério da Cultura, como parte do PAC Plano de Aceleração do Crescimento elaborou junto à comunidade o PACH Afuá, Plano de Ação para Cidades Históricas, que tinha como objetivo geral:

A promoção do desenvolvimento turístico, cultural e social, identificados através de diagnóstico de potencialidades, em leitura compartilhada, intersetorial e participativa, na qual foram identificadas as particularidades, as potencialidades e os problemas, dando base para a elaboração de políticas públicas de proteção e preservação do patrimônio natural, histórico e cultural do município” (IPHAN, 2010, p.21).

Nesse documento, constam todos os bens culturais do município, e no caso das edificações, no PACH foram listados 4:

- A igreja Nossa Senhora da Conceição, edificação que entre reformas, construção e reconstrução está em sua quinta fachada, a última em 2008, conforme IPHAN (2010, p. 40).

Ao final da rua e possível chegar a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, demolida em 2007 e reconstruída em 2008 este processo de demolição e reconstrução recebeu a rejeição da população local que acredita que a demolição da igreja irá trazer desgraça para a cidade, por ter sido construída sobre um igarapé no qual mora uma cobra grande.

Na aplicação do questionário, na pesquisa de campo em novembro de 2023, uma das questões indagou aos participantes quais os lugares que devem ser preservados na cidade e a igreja de Nossa Senhora da Conceição foi a mais citada, com 58,50% das respostas.

- Centro Folclórico e Comunitário Lagostão, no período do levantamento do PACH Afuá ainda preservava sua estrutura, porém como uma das medidas a serem aplicadas, como indica o plano, é a reforma do prédio;
- Palacete Coronel Francisco de Assis Chagas, atualmente utilizado como Câmara Municipal, o prédio de 1870, já abrigou a usina da antiga Companhia de Energia Elétrica e a prisão municipal. Edificação já passou por reformas que não preservaram suas características originais;
- Palacete Capitão Eugênio Tavares, onde funciona a prefeitura municipal, prédio de 1948, também passou por reformas que descaracterizaram a construção original.

Todas essas edificações não estavam em sua composição original, em 2010, quando o PACH foi elaborado, mesmo assim, os quatro foram identificados como patrimônio a serem tombados, para a preservação da história da cidade, além de 10 imóveis de uso privado, que não foram identificados no documento. Observou-se que o documento prevê uma descaracterização das edificações:

Como os projetos arquitetônicos estão evoluindo devido as novas técnicas de criação é de se esperar que a medida que são feitas as reformas nos prédios históricos estes são modificados.

Como a intenção é preservar a memória do município estes deverão ser tombados como patrimônio cultural. (IPHAN, 2010, p.13)

Além da preservação das edificações, o documento fez um plano para o desenvolvimento do turismo na cidade, refletindo em uma melhor qualidade de vida para a população. Porém, após mudança no governo federal, esse plano não foi continuado, várias ações propostas não saíram do papel, nem mesmo o tombamento das edificações, algumas até já sofreram modificações, como o próprio Centro Cultural Lagostão, que foi consumido pelo fogo 12 anos após o PACH, sem nem mesmo passar pela reforma indicada no plano de ação.

Além das edificações, foram listados como patrimônio cultural da cidade, como ofício, a carpintaria naval, técnica de construção de canoas e casquinhas, de origem indígena, até embarcações mais complexas. A cidade de Afuá é famosa pelos artesãos que trabalham com madeira, principalmente na fabricação das casas ribeirinhas construídas com o material, com um colorido inigualável.

Como citado, a cultura da cidade é o retrato histórico de todos os povos que habitaram o local, desde os povos originários até os migrantes que buscavam na cidade o eldorado da extração do látex, por esse motivo as celebrações vão desde as festas dos santos católicos, de grupos de dança e capoeira, até o Festival do Camarão, criado em 1983, segundo IPHAN (2010). Em conversa com moradores locais e pessoas da administração municipal, observou-se que se ressentiam da falta de eventos culturais. Atualmente, o Festival do Camarão é uma das datas mais esperadas pela população e os comerciantes, pois reúne mais de 40 mil pessoas, aumentando em mais de 3 vezes a população urbana. O festival tem duração de 3 dias, quando são apresentados grupos folclóricos, é realizada a Batalha Camaroeira entre dois grupos, o “Convencido” e a “Pavulagem”, segundo IPHAN (2009), e são servidas comidas típicas com base no camarão.

Como resultado dos questionários aplicados, além da igreja de Nossa Senhora da Conceição, foram apontados como lugares que devem ser preservados, as casas de madeira,

com 41%, as ruas de madeira, com 39,5%, o bicitáxi, com 28% e a Praça Micaela, 22,5%, lembrando que o participante tinha a liberdade de escolher 1 ou mais opções.

Para a preservação do patrimônio, seja ele um edifício, um alimento ou uma expressão cultural, é preciso definir o que caracteriza a cultura local, o que marca um momento que deve ser preservado, e é esse o desafio. Para conseguir definir o que é patrimônio em meio a uma cultura tão diversa, como a brasileira, é necessário um trabalho conjunto entre a população, os profissionais envolvidos e os órgãos da administração, para definição do que deve ser preservado para a posteridade. E, não podemos esquecer que produzimos cultura, novas edificações e novos saberes cotidianamente, esses serão somados aos que herdamos e serão passados às gerações futuras.

### 5.3 OS DESAFIOS E AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS EM AFUÁ

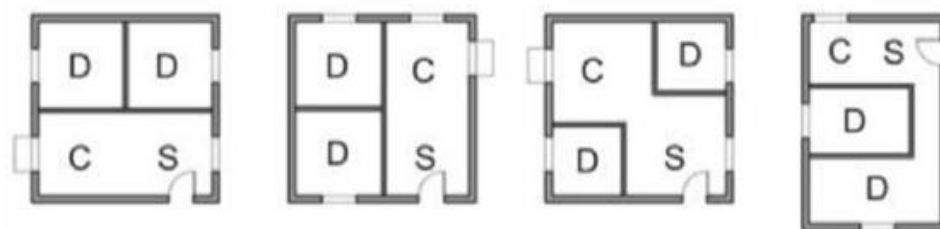
A população não tem apreço somente pelos prédios públicos. Em Afuá, as residências são elaboradas pelos próprios moradores, que demonstram toda sua criatividade e zelo em suas moradias (Ribeiro; Oliveira Junior, 2019). Uma típica casa ribeirinha tem, como características, a madeira como o principal material em sua composição, seja na estrutura, com os pilares fincados no chão, em solo típico da várzea, de sedimentos depositados, sujeito a inundação periódica, no fechamento das paredes, nas esquadrias trabalhadas e no entalhe da madeira; a pintura colorida, com cores que vão do vermelho ao verde, do rosa ao azul; o telhado, que serve como uma proteção para o clima amazônico, onde o sol e a chuva são intensos; possui um vão com o forro e uma saída de ar, que facilita a ventilação e diminui a temperatura da residência, e uma grande varanda no limite da rua (Figura 26).

São sempre elevadas do chão, para a proteção da maré. Essas casas em palafitas que em outros locais do país podem ser interpretadas como moradia precária, em uma pequena cidade ribeirinha, como Afuá, é motivo de orgulho da população. As casas típicas atendem ao programa de necessidades para o clima e o tipo de composição do solo da região.

Os carpinteiros, verdadeiros artesãos transformam a madeira em verdadeiras obras de arte. Passando pelo Bairro Capim Marinho, totalmente residencial, poucos são os comércios, porém a arquitetura e a mesma que encontra o centro, caprichosa e de fino trato. Muitas das vezes os moradores são indagados por visitantes curiosos, que querem saber porque se construiu uma cidade em terreno de várzea em que as casas são construídas a 1,20m do chão? A resposta é simples, este é o povo do Marajó, com suas peculiaridades únicas, suas palafitas, seu transporte não motorizado, seu clima tropical e sua gente acolhedora. (IPHAN, 2010, p.14).

Essas residências não buscam um conceito projetual estabelecido por nenhum profissional da área, os ambientes são distribuídos de acordo com a necessidade do morador e o número de pessoas que moram naquela residência. Em Afuá, as casas, em sua maioria, são compostas por 4 cômodos, 37%, e 1 banheiro, 79,50%, segundo as respostas do formulário de pesquisa, aplicado em novembro de 2023. Sendo compostas por 2 quartos, sala e cozinha, conforme esquema apresentado por Oliveira Jr (2009), em sua dissertação de mestrado, onde pôde adentrar as residências para observar como são dispostos os cômodos (Figura 25), apesar da observação não ter sido feita em Afuá, a forma de distribuição é similar.

Figura 25 – Esquema de alternativas da distribuição interna de casas ribeirinhas mais simples. D: dormitório, S: sala, C: cozinha.



Fonte: Oliveira Jr (2009)

Entre as respostas do questionário, foram apontadas residências com 2 cômodos, 4%, até residências com 10 cômodos, 1,50%. As residências que têm 2 banheiros correspondem a 17,50% e as com 3 banheiros 2%, sendo esse o número máximo de banheiros em uma residência.

Durante a aplicação dos questionários, uma moradora que estava fazendo a transição de uma residência de madeira para uma mista em concreto, tijolo e madeira, fez questão que eu conhecesse a casa de madeira construída nos fundos do terreno, que vem sendo substituída aos poucos, conforme cada cômodo fica pronto na casa da frente. A estrutura em alvenaria do primeiro pavimento já está construída, sem fechamento das paredes e janelas. O segundo pavimento, em madeira está sendo construído, conforme os recursos financeiros. O primeiro cômodo que foi finalizado no segundo pavimento, é o dormitório da moradora, viúva, que abriga em sua residência os filhos jovens adultos, os cônjuges e netos.

Na antiga casa de madeira, pude observar como os cômodos são distribuídos, com sala de estar, na frente da residência, a cozinha ao lado da sala, se estende da frente até os fundos na varanda, com 2 dormitórios na lateral da casa com acesso à cozinha. O banheiro fica nos fundos do terreno, com uma ponte que dá acesso, uma construção mais simples que a residência, com pé direito mais baixo, apenas uma porta sem janela.

A participante reconhece que a casa mista tem um valor superior ao ser construída e, por isso resolveu fazê-la aos poucos, conforme os recursos de sua pensão pela morte do marido, dos programas sociais que a família recebe e do lucro do pequeno salão de cabelereiro construído na frente da casa, sobram das despesas mensais. Ela já sente a dificuldade de adquirir o material para fechamento e acabamento do imóvel, mas tem esperança de poder usufruir da casa finalizada e deixar esse legado para os filhos e netos.

Em relação ao número de moradores na residência, as respostas variaram de 1 a 12 pessoas, sendo o mais comum as residências com 4 moradores, que corresponde a 29% das respostas dos participantes.

Na figura 26 observam-se casas da área central da cidade e do bairro Capim Marinho. Podemos observar que as residências têm em comum o material utilizado, a madeira, entretanto as figuras A, B e C, que estão no bairro do Centro, são adornadas com elementos em madeira, com varanda proeminente, pintura colorida e pequeno recuo frontal. No Centro, algumas moradias têm grades separando o lote da rua, esse elemento tem a função de demarcar o espaço público e o privado, são utilizados também para decoração, com detalhes e desenho elaborados, não é um elemento de segurança. A residência no Capim Marinho não tem elementos de adorno, nem pintura e possui um recuo frontal maior, e são mais isoladas no terreno. Diferente do Centro, o Bairro do Capim Marinho, tem sua fundação mais recente, final do século XX, com desenvolvimento mais intenso nos últimos 20 anos, e o perfil socioeconômico da população mais carente.

Figura 26 – Casas ribeirinhas, (A, B, C) bairro do Centro, (D) bairro Capim Marinho.



Fonte: acervo do Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2023).

O bairro do Centro passa por um processo de mudança de suas características de um bairro de uma cidade ribeirinha. Algumas casas e ruas não tem mais a madeira como seu principal material de composição, como citado, anteriormente.

Figura 27 – Casas com estilo contemporâneo no bairro do Centro, em Afuá.



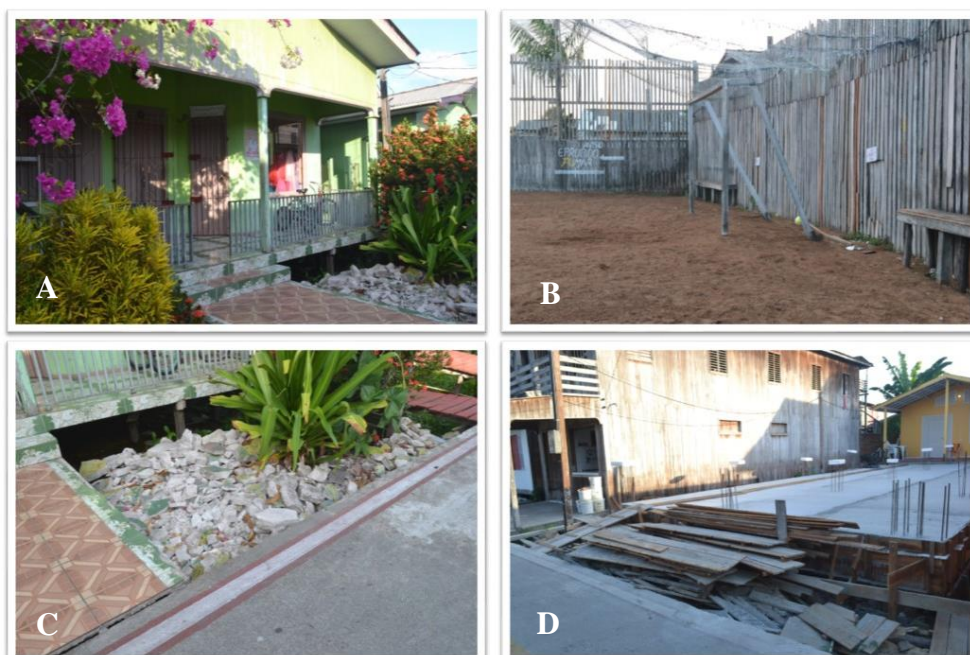
Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Devido à falta de madeira de qualidade, a população tem optado por outros materiais, como o concreto para a estrutura e o tijolo baiano para o fechamento das paredes. Essas mudanças também se refletem nas fachadas das moradias, diferentes da arquitetura ribeirinha tradicional. (Figura 17).

Esse tipo de arquitetura é amplamente difundido em outras regiões do País, sem relação com a topografia, o clima ou a paisagem que está inserida. Nesse contexto, os aparelhos de condicionamento de ar também fazem parte das fachadas, pressionando o consumo de energia elétrica na cidade, que depende de um gerador à diesel para abastecer toda a cidade.

Esse tipo de construção também pressiona outras situações locais. Os resíduos das construções estão sendo utilizados como aterro em quintais das residências e no acesso às casas (Figura 28). Esse tipo de material depositado nesses locais é contido por estruturas de madeira, para que não se dispersem pelos córregos que passam sob as edificações. Porém essas contenções não estão sendo eficazes. Em conversa informal com funcionários públicos foi relatado a necessidade de operação para a limpeza dos córregos que cortam o bairro do Centro, para o escoamento da água. Ressalta-se que a cidade tem suas edificações e ruas elevadas exatamente porque está sob a influência das marés dos rios da região, e essa adaptação permite que as águas adentrem a zona urbana e tenham a capacidade escoamento sem o impedimento de barreiras.

Figura 28 – Resíduos da construção civil



Fonte: Acervo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Além de impedir o escoamento da água que entra na cidade, o resíduo é levado para e pelos rios, causando poluição ambiental. Anteriormente, esse aterro era feito com o resíduo gerado pelo beneficiamento do açaí, que tem um impacto menor no meio ambiente, porém não garante estabilidade. Na Figura 28 B observa-se um campo de futebol aterrado com os resíduos de açaí, no bairro do Centro. Nas figuras 24A, C e D percebe-se o resíduo de obras compondo diferentes aterros.

Além da falta de material para a manutenção das casas de madeira, as mudanças nas construções das casas ribeirinhas também são impulsionadas pelos constantes incêndios que afetam as residências e causam grande prejuízo à população. Na primeira visita a campo, em janeiro de 2023, tivemos a informação do incêndio que consumiu o Lagostão, no final do ano anterior. Em novembro de 2023, na segunda visita a campo, fomos informados que uma série de casas haviam sido destruídas por um incêndio causado por um botijão de gás (Figura 29). Nesses dois casos não houve vítimas, apenas prejuízos materiais. Nesse último caso, novamente a população se mobilizou para ajudar as famílias que perderam seus bens. Nesse caso apenas o banheiro, com estrutura em concreto armado e fechamento de tijolos resistiu ao fogo no conjunto de casas, e a residência ao lado, com o mesmo material, também não foi atingida.

Figura 29 – Casas destruídas pelo fogo em novembro de 2023.



Fonte: Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP (2023).

Casos como esses influenciam a população na busca por um material mais resistente ao fogo. A segurança é apontada como fator para a escolha do concreto e o tijolo para a construção por 47,83% dos participantes que responderam ao formulário.

Além das residências, as ruas de madeira da cidade também estão em processo de troca. Esse material foi sendo substituído pelo concreto armado. Em conversa com um servidor público, foi relatado que essa substituição teve início “há pelo menos 50 anos”. Podemos notar

que no bairro do Centro (Figura 30A e C), a maioria das ruas já utiliza esse material. No bairro Capim Marinho (Figura 30 B), ainda prevalece as palafitas de madeira. Segundo profissionais que fazem a manutenção, são necessárias “5 dúzias de tábuas por dia para a manutenção das pontes” (termo como os locais chamam as ruas de madeira), o que tornou muito oneroso para a administração municipal, tanto para adquirir o material quanto para disponibilizar funcionários que fazem a zeladoria da cidade para esse tipo de serviço. Por esse motivo a administração do município optou por construir as novas pontes de concreto armado sobre as pontes existentes (Figura 30 D). Durante visita a campo, em novembro de 2023, foi possível verificar que várias pontes de concreto armado do Centro estão passando por manutenção, as placas sofreram recalque devido ao tipo de solo, apresentando fissuras e deslocamento na união dessas placas, e as pontes de madeira estão sendo utilizadas como alternativas para a circulação. Esse tipo de patologia é comum em estruturas que foram construídas sobre o solo instável, como o solo amazônico, que não apresenta resistência mecânica para edificações com estrutura com peso elevado. Seria necessárias fundações mais profundas que alcançassem o solo estável.

Esse tipo de construção deixa suas marcas, já que é feita sobre o solo que é inundado diariamente pela maré, com sedimentos que são depositados e arrastados para o leito do rio, o que torna a atividade altamente poluidora, principalmente na orla da cidade.

Figura 30 - Ruas suspensas em Afuá, “pontes ou palafitas”, em concreto armado no Centro (A, C e D), em madeira no Capim Marinho (B).



Fonte: Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2023).

Com a mudança do material utilizado nas ruas, durante a pesquisa, alguns moradores declararam que, após a troca das ruas de madeira por concreto armado, sentiram aumento na temperatura local.

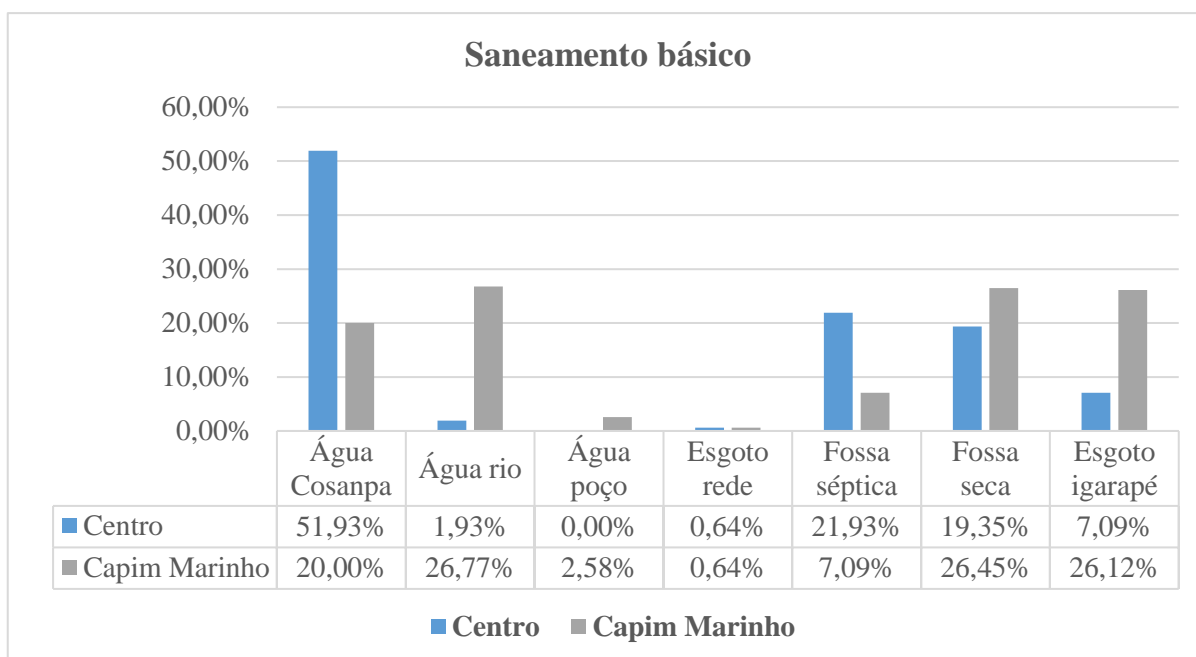
Com o concreto armado, as vias elevadas, receberam sinalização horizontal (Figura 30A e C). As vias indicam que todas as ruas têm mão dupla, para utilização de bicicletas, bicitáxis e pedestres, os locais de pare e as ruas preferenciais. É interessante observar que, na maioria das esquinas, o encontro das vias transversais é em 90°, não há raio de curva. Em algumas vias, como foram se adequando ao contorno das construções ao longo do tempo, há uma pequena curva como ligação das vias, conforme podemos observar na Figura 30.

As ruas de Afuá não possuem calçadas. No bairro do centro, na intersecção de algumas, ruas há um espaço (Figura 30 C), semelhante a um alpendre, com bancos e um pergolado, onde a população pode dispor de um tempo para admirar a cidade ou conversar. E nesse cenário, importante notar, que em Afuá ainda há muitos telefones públicos, porém, fora de uso, que não foram retirados pela concessionária responsável.

Essas mudanças geraram problemas, que se somam aos que a cidade já enfrenta, como o adensamento urbano, a destinação do lixo, a falta de esgotamento sanitário, geração de energia e emprego para a população. São problemas tanto para administração municipal quanto para a população. Sem contar que a cidade está inserida em meio à maior floresta equatorial do mundo, ambiente que influencia o clima no País.

Esses problemas existentes na cidade, são evidenciados na pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos da Cidade – UNIVAP, em 2017, a população respondeu perguntas relacionadas a infraestrutura da cidade. Em relação ao lixo, 51,93% dos moradores do bairro do Centro responderam que a Prefeitura faz a coleta, no bairro do Capim Marinho esse número cai para 46,45%. As outras opções eram: enterra, queima e joga no igarapé. Entre essas três opções, apenas 0,32% da população do Centro queima o seu lixo, as outras opções não foram escolhidas. No gráfico 7, podemos notar mais uma disparidade entre os dois bairros: o Centro tem mais acesso à água tratada pela Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará). A companhia está construindo uma estação de tratamento de água no Capim Marinho, pois a maioria dos moradores desse bairro, conforme a pesquisa, utiliza a água do rio para consumo nas residências.

Gráfico 7 – Saneamento básico na zona urbana em Afuá



Fonte: Formulário de pesquisa, Laboratório de Estudos das Cidades – UNIVAP (2017).

Em relação ao esgoto, segundo o IBGE (2010), 3,2% da população tem acesso ao esgotamento sanitário adequado, como a cidade não possui sistema de coleta e tratamento dos resíduos essa informação deve se referir a fossas. Na pesquisa, em 2017, a fossa foi a resposta mais escolhida pelos moradores do Centro, com 41,28%, sendo 21,93% fossa séptica e 19,35% fossa seca. No Capim Marinho, a fossa seca e o despejo no Igarapé foram as respostas dos moradores, com 26,45% e 26,12%, respectivamente.

Esses problemas já enfrentados na cidade, aliados as consequências geradas pelas mudanças na zona urbana em Afuá, deverão entrar na pauta de discussões para o crescimento ordenado da cidade, é necessário a compreensão desse território tão singular e buscar formas de continuar sendo uma cidade ribeirinha da Amazônia brasileira, porém conectada ao resto do planeta.

### 5.3 A LEGISLAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO AO CRESCIMENTO URBANO

Para o ordenamento do território, o município de Afuá possui a Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de outubro de 1990. Essa lei orienta como deverá ocorrer a administração pública, os direitos e deveres individuais e coletivos fundamentais, a organização municipal, a organização dos poderes, da ordem financeira, tributária e do orçamento, do meio

ambiente e da ordem social. Esse documento é um guia de como esses elementos da administração pública devem ser regulamentados através da legislação urbana.

De acordo com o Estatuto das Cidades, que entrou em vigor, sob a lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentando os artigos da Constituição Federal relacionados às questões urbanas, principalmente o artigo 182, assegurando, em tese, a participação popular nas discussões sobre os Planos Diretores, que determina que as cidades com mais de 20.000 habitantes devem elaborar o documento como ferramenta para o crescimento urbano e ordenamento territorial. Afuá elaborou um Plano Diretor, em 2006, mas não conseguiu realizar a sua revisão, em 2016. Está em discussão com um projeto de Plano Diretor para aprovação pela Câmara Municipal, desde 2017, conforme informações disponíveis no site da prefeitura municipal, porém não há apoio popular, os cidadãos temem que com a nova legislação sejam obrigados a fazer modificações em suas residências. Ainda não houve uma divulgação do conteúdo do documento, demonstrando quais os objetivos que serão alcançados e quais os benefícios que a população pode ter com uma legislação que assegure um crescimento mais sustentável, com regras claras e vislumbrando um futuro. Porém, nem mesmo as regulamentações do Estatuto das Cidades são suficientes para atender as necessidades tão especificadas das pequenas cidades ribeirinhas, como Afuá. A cidade precisa ser compreendida em suas grandes dimensões, distribuição de sua população no território, o bioma no qual está inserida e na cultura que traz em sua ancestralidade. O Estatuto regulamenta, de forma genérica as diferentes cidades que existentes no país, seria necessária uma atualização da legislação que contemple a diversidade urbana no país.

Das legislações urbanas existentes no município, no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, em seu parágrafo único, determina os objetivos para as leis complementares:

Parágrafo Único – São objetivos de leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes matérias:

I – código tributário do Município;

II – código de obras ou de edificações;

III – plano diretor;

IV – código de posturas;

V – lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais.

Dentre a legislações complementares citadas na Lei Orgânica, relacionadas ao planejamento urbano, o código de obras e edificações e o plano diretor não constam como aprovados pela Câmara Municipal, apenas o debate em relação a um texto do plano diretor.

Em visita a prefeitura municipal, foi solicitado legislação relativa planejamento urbano, foi apresentado o Código de Posturas, Lei nº201/2002 GAB/PMA, publicada em 20 de

dezembro de 2022, que não está disponível no site da prefeitura. O documento dispõe de diretrizes gerais de comportamento, como higiene das residências e do comércio, perturbação do sossego, licença para atuação no comércio, regulamentação de festas, e das infrações e multas.

Em relação as intervenções urbanas, vale destacar no capítulo III, do trânsito público, no Art.80, que determina:

Para melhorar o fluxo de pedestres e veículos, fica estipulado:

- I – largura mínima das vias públicas de madeira de 3 m e de concreto de 4m;
- II – dimensões dos carros para transporte de carga de 1,10m de largura por 2,00m de comprimento, e carga máxima de 300kg, para as ruas de madeira e 500kg para as ruas de concretos.

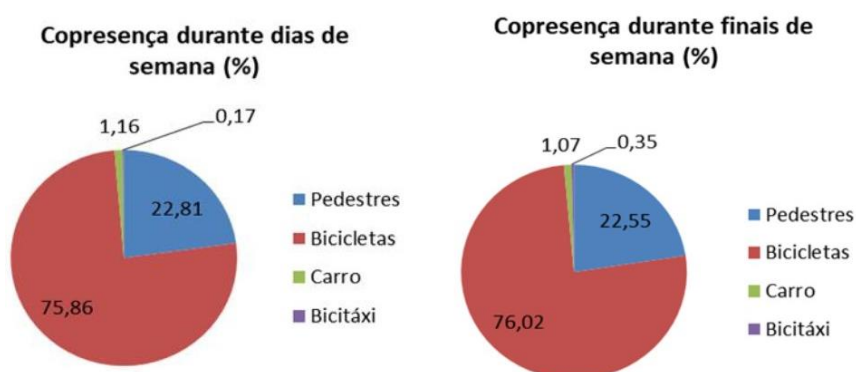
E o capítulo VIII dos muros, cercas e calçadas, são os únicos artigos que direcionam obras no meio urbano. O restante do texto menciona algumas práticas de arquitetura para instalação de placas, organização de ambientes hospitalares, do comércio, etc. Não há um documento específico se o cidadão desejar fazer um projeto de arquitetura para sua residência, nem outro tipo de edificação.

No PACH Afuá foi elaborado documento, em colaboração com a população e o governo municipal, com os objetivos de criar diretrizes para o crescimento da cidade, conservação do patrimônio, fomentação do turismo e gestão, além de orçamento detalhado e cronograma de despesas que seriam divididas entre as três esferas do poder público, com as maiores ficando ao cargo do governo federal. Esse plano não teve evolução em sua implantação, vários objetivos não foram seguidos e a cidade continua na mesma situação de 2010, quando o plano foi elaborado.

Essa falta de legislação urbana faz com que a prefeitura tenha que fazer decretos para regulamentação de assuntos importantes para a população local, como é o caso do tráfego em Afuá. Durante conversas informais com a população local, foi relatado que foram adquiridas bicicletas elétricas por dois moradores que causaram problemas no trânsito de pessoas, bicicletas e bicitáxis. A população então pressionou os vereadores, para que fosse sancionada uma legislação que abordasse o assunto, já que, até aquele momento, a harmonia no trânsito de Afuá era pelo senso comum. Assim, foi aprovado o Decreto Municipal nº236/2022-GAB/PMA, de 28 de novembro de 2022, que “Dispõe sobre a homologação da Lei que proíbe o tráfego de veículos automotores no âmbito do município, e dá outras providências”. De acordo com o site da prefeitura, a cidade eliminou de vez qualquer tentativa de modificar seu modo de locomoção, pois, para os afuaenses, Afuá ser reconhecida como a “cidade das bicicletas” é motivo de orgulho. A utilização do veículo, que carrega parte da identidade da cidade, é estudada por

Rocha e Medeiros (2019, p.7), e constata que a bicicleta é o veículo mais utilizado pela população, e está à frente até mesmo da circulação de pedestres. Essa utilização da bicicleta, não varia conforme o dia da semana, seja para trabalhar ou para os momentos de lazer, a bicicleta é utilizada pela população. Segundo o estudo (Gráfico 8), as vias de maior tráfego são as do centro da cidade, no limite da orla. Quando o autor cita o carro, ele está se referindo a carros de carga, que são veículos com tração humana e tem a dimensão de um bicitáxi.

Gráfico 8 – Circulação na zona urbana de Afuá



Fonte: Rocha; Medeiros, (2019, p.7).

Sem capacidade financeira autônoma para investimento na infraestrutura da cidade, Afuá é uma cidade que depende de recursos do governo federal para o funcionamento da máquina pública. Em 2017, dos R\$86.644.730,00 das despesas empenhadas, R\$19.707.420,00 vieram do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, que corresponde a mais de 22% das despesas do município, segundo IBGE (2023).

Essa realidade econômica aliada à falta de ferramentas através de legislação para ordenamento e crescimento da cidade, contribui para que a cidade continue apresentando problemas com sua infraestrutura básica, e tenha dificuldades com a sua preservação e investimento para um desenvolvimento sustentável.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu um novo olhar sobre o que é o urbano ribeirinho, compreender que é necessária uma visão mais individualizada, respeitando as características de cada local. A experiência em uma pequena cidade da Amazônia nos faz compreender, como profissional da área de urbanismo, a importância de incluir nas ações sobre o urbano a natureza que está ao seu redor. A dissociação é um erro que por vários anos foi cometido e resultou em cidades que não atendem aos anseios da população. Rios canalizados, vegetação dizimada e a fauna desequilibrada nos impõem cidades cada vez mais hostis para nossa saúde física e mental.

Apoiada na literatura utilizada para a realização do trabalho, foi possível iniciar um repertório sobre essa região tão distante da realidade da maioria de nós brasileiros, que é a Região Amazônica. Em um país tão diverso, se faz necessário aprofundamento de estudos que identifiquem as peculiaridades de cada canto da nação, para que haja efetividade das políticas públicas destinadas a essas cidades.

Por meio do aporte teórico foi possível conhecer a realidade das pequenas cidades brasileiras, muitas vezes relegadas a um nível de importância inferior aos grandes centros urbanos, essas cidades guardam a cultura e a memória de um país com tanta diversidade, como o Brasil, em sua natureza e na origem de sua população. Devido a classificação do porte das cidades basear-se, mais predominantemente, em tamanho demográfico, muito se perde em destinar recursos para investimento em pequenas cidades que são verdadeiras joias regionais no que diz respeito ao seu potencial econômico, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável do País.

Na Amazônia, essa realidade guarda ainda mais desafios. A Região apresenta cidades consideradas de pequeno porte, devido ao reduzido número de habitantes, porém tem grande extensão territorial. Sem muito aporte financeiro do governo estadual ou federal, essas cidades ficam impossibilitadas, até mesmo, de cuidar do seu próprio território. Essa Região, tão acostumada a receber investimentos em período de interesse econômico, como no período que foi ocupada pelo colonizador para defesa ou mais tarde para a exploração do látex, se vê mais uma vez como uma área com grande potencial para equilibrar o clima no planeta, despertando interesse de todo o mundo. Esse potencial, ainda não proporcionou ao meio ambiente a preservação e a sua população segurança para resguardar sua cultura e melhorar as condições de vida. Ainda é necessário compreender como a população que habita as aldeias, os quilombos, as comunidades ribeirinhas e as pequenas cidades da Região Amazônica, que adaptaram seu modo de vida ao ambiente em que estão inseridas. Essa compreensão nos trará ferramentas para

que haja uma sintonia entre desenvolvimento e preservação, e ao mesmo tempo beneficiar a população que habita esse espaço.

Por outro lado, as riquezas minerais, como a exploração do ouro, do petróleo, a extração de vegetação para o comércio de madeira e de produtos da floresta, é um grande desafio para a preservação e a segurança tanto dos povos originários que habitam a floresta, quanto da população urbana, que estão sujeitos a contaminação dos rios, a supressão da floresta e da violência utilizada pelo comércio ilegal.

No caso de Afuá, a pequena cidade tem um grande potencial, pela singularidade de seu urbanismo sobre estivas, o uso das bicicletas como principal veículo utilizado pela população e a preservação ambiental de seu território. Desperta interesse pelas suas características únicas, de redes de televisão que já fizeram documentários sobre a cidade, de marcas esportivas que exploram seu potencial aquático e sua extensa área de floresta preservada. Quando estudamos, mais detalhadamente, Afuá, percebemos que a cidade tem muito mais a oferecer que um potencial turístico. A cidade é convidativa, a maior parte de suas edificações não são cercadas por muros, o que proporciona uma sensação de estar conectado com o lugar, você anda pela cidade e consegue perceber as pessoas, a arquitetura das casas, os jardins bem cuidados, parece um cenário em que as pessoas e a natureza ao redor estão inseridos. Mas, até mesmo esse patrimônio não está resguardado. A cidade passa por um processo de mudança, com distanciamento de sua arquitetura vernacular e a modificação dos materiais das edificações e ruas. As casas multicoloridas de madeira, orgulho de seus moradores, estão aos poucos, dando lugar a moradias com design contemporâneo e cores neutras, feitas de concreto e tijolo. A troca de um material sustentável, que proporciona conforto térmico, por uma forma construtiva que gera resíduos que não são de fácil descarte e necessitam de reciclagem, não traz benefícios à população. Conforme a pesquisa realizada, para 41% dos moradores as casas de madeira devem ser preservadas, juntamente com 39,50% que responderam que as ruas de madeira também devem ser preservadas. A população quer preservar seu patrimônio, mas diante dos desafios da vida moderna e das mudanças no clima, precisa de alternativas para que não perca sua identidade. Pois as moradias ribeirinhas, com a varanda no limite das ruas, são a marca registrada da cidade, de onde vem o barulho das conversas, e se ouve o som das músicas e informações da rádio que tem seus autofalantes nos postes das ruas e da circulação das bicicletas. Toda essa movimentação é reduzida substancialmente, no período mais quente do dia, no início da tarde, todos se recolhem e as ruas da cidade ficam vazias; conforme o sol vai se pondo, a população volta a circular, uma sintonia bem diferente das grandes cidades, onde

cada um está isolado em seu próprio mundo. Esse modo de vida comunitário traz uma sensação de segurança e pertencimento, e pode servir de exemplo para tantas cidades que estão seguindo o caminho inverso, de fechamento, muros e isolamento da população. Em poucas cidades do país, uma pesquisa pode ter como resultado, quando perguntado se “você gosta de morar em sua cidade”, 97,50% da população respondendo que sim, como foi em Afuá, durante aplicação do formulário, em novembro de 2023. Naquele momento, alguns moradores expressaram seu amor pela cidade.

Contudo, Afuá tem problemas como qualquer cidade, independente do porte, como a destinação do lixo, a geração e distribuição de energia limpa, o saneamento básico e a empregabilidade da população, sendo o emprego, o maior problema enfrentado em Afuá e apontado na pesquisa por 76,50% da população, seguida da saúde, com 34,50%, e habitação, com 22,50% das respostas. A pedido dos participantes, foram acrescentadas opções de resposta ao questionário, que são problemas para os moradores de Afuá, entre eles, o problema mais apontado foi a água, com 27% das respostas. Esse elemento, ou a qualidade deste recurso que chega aos domicílios, é a maior fonte de contaminação e propagação de doenças, segundo Santos (2023), em dissertação que analisou a vulnerabilidade sanitária da cidade, e apontou o bairro do Capim Marinho como o mais vulnerável.

Essas deficiências apresentadas na cidade, a coloca em risco potencial, pois tem uma população muito jovem, com concentração entre 5 a 14 anos em sua pirâmide etária, segundo dados do IBGE (2022), que são os mais vulneráveis aos principais problemas da cidade. A falta de saneamento básico potencializa doenças infantis, e a falta de emprego formal, que faz com que os jovens fiquem sem opção de colocação profissional.

Por isso, se faz necessário ações para solucionar os problemas da cidade, e preservar a cultura local na população mais jovem, valorizando a identidade ribeirinha e planejar iniciativas, juntamente com a população local, para um futuro sustentável. Porque, além dos problemas que enfrentam na cidade, a população mais jovem é também a mais conectada com o mundo virtual, por isso suas raízes ribeirinhas devem ser fortalecidas, para que as futuras gerações possam preservar o que é de mais valioso na cidade, a população, a cultura e o meio ambiente, com orgulho de sua ancestralidade.

A arquitetura e o urbanismo são os objetivos principais de análise da pesquisa, porém ela é apenas a ilustração das mudanças no ambiente, sua estrutura física nos dá pistas do que aconteceu no passado e o que nos reserva o futuro. Por isso foi necessário entender a complexidade desse núcleo urbano. Saber qual o perfil das pessoas que habitam esse território,

o que já existe no local em relação a sua infraestrutura urbana, a cultura local e a história da fundação da cidade e de seus ancestrais. Todas essas informações nos trazem elementos para a compreensão das mudanças que estão ocorrendo, e indicam uma tendência de continuidade.

Por isso, essa pesquisa tem entre seus objetivos alertar que se faz necessário atenção para esses rumos. As construções com estruturas pesadas, não indicadas para esse tipo de solo, poderão agravar os problemas da cidade, como já constatada no Plano de Ação de Cidades Históricas de Afuá, o PACH Afuá, elaborado em 2010, que já alertava para a erosão na orla da cidade e indicava soluções que não foram colocadas em execução, e que devem ser melhor analisadas para que não só estabilize o fenômeno, mas também cessem os fatores que contribuem para esse tipo de problema no solo, que pode ser natural ou provocado por ação antrópica.

## REFERÊNCIAS

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Código de posturas do município de Afuá e das outras providências.** Lei nº. 201/2002-GAB/PMA, de 20 de dezembro de 2002. Institui o Código de Posturas do município de Afuá e dá outras providências. Afuá: GAB, PMA, 2002. Disponível em: <https://camaradeafua.pa.gov.br/lei-no-201-2002-gab-pma-de-20-de-dezembro-de-2002/> Acesso em: 08/01/2024.

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Decretos n.236/2022-GBA/PMA.** Dispõe sobre a homologação da lei que proíbe o tráfego de veículos automotores no âmbito do município, e dá outras providências. Afuá: PM, 2022. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Decreto-no-236-2022-Homologacao-da-lei-que-proibe-o-trafego-de-veiculos-automotores-no-ambito-do-municipio.pdf> Acesso em: 15 set. 2023

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Dia das Crianças:** Escola Nadir Lobato realiza programação especial. Afuá: PM, 2023. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/dia-das-criancas-escola-nadir-lobato-realiza-programacao-especial/> Acesso em: 15 set. 2023.

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Enquete:** Resultado da enquete sobre a escolha arquitetônica do novo Lagostão. Afuá: PM, 2023. <https://afua.pa.gov.br/resultado-da-enquete-sobre-a-escolha-arquitetonica-do-novo-lagostao/> Acesso em: 15 set. 2023

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Projeto Arquitetônico:** objeto: construção do novo centro folclórico Lagostão, zona urbana do Município de Afuá. Afuá, PM, 2023. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/PROJETO-ARQUITETONICO.pdf> Acesso em: 15 set. 2023

AFUÁ, Prefeitura Municipal. **Projeto Estrutural:** objeto: construção do novo centro folclórico Lagostão, zona urbana do Município de Afuá. Afuá, PM, 2023. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/PROJETO-ESTRUTURAL.pdf> Acesso em: 15 set. 2023

ALONSO, A. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais:** Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo; CEBRAP, 2016.

AMAM – **Associação dos Município do Marajó.** Cremação, Marajó: Associação, 1995. Disponível em: <https://www.amam-marajo.org/amam.asp>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANGOTTI, Tom; IRAZÁBAL, Clara. Planning Latin American cities: dependencies and “Best Practices”. **Latin American Perspectives**, v. 44, n. 2, p. 4-17, 2017. <https://doi.org/10.1177/0094582X16689556>

BIBAS, Luna. **O espaço tradicional em contexto periférico: inadequações e tensões entre visões de mundo, o caso de Afuá.** 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BRASIL. **PNAE. Plano Nacional de Alimentação Escolar.** A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. Brasília: ME, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> Acesso em: 28 jan. 2024

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? *In*: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: UFPA, 2008. p.55-96.

CASTRO, E. Prefácio. *In*: CARDOSO, A. C. D. (org.) **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: UFPA, 2008. p.9-20.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, E. (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p.11 - 40.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo Utopias e Realidades uma Antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CORRÊA, R. L. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n.30, p. 05-12, 2011.

COSTA, S. M. F. Da construção à instalação de uma cidade, no estado do Pará: a formação da cidade de Afuá. **História**, Assis/Franca, v. 39, e2020019, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/xyTq6zRbrjtzFm5mCnWTL7N/>. Acesso em: 12 maio 2022.

COSTA, S. M. F.; MONTOIA, G. R. M.; CARMO, M. B. S. Pequenas Cidades do Delta do Rio Amazonas: Em que Termos? **Redes**, v. 28, n. 1, 3 maio 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16804> Acesso em: 30 nov. 2023.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agroenergia -Silvicultura**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agroenergia/florestal/silvicultura#:~:text=Silvicultura%20C3%A9%20a%20arte%20e,no%20uso%20consciente%20das%20florestas>. Acesso em: 16 jan. 2024

ENDLICH, A. M. Introdução. *In*: ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009. p.17 – 40.

FORTUNA, C. **Por Entre as Ruínas da Cidade: o Patrimônio e a Memória na Construção das Identidades Sociais**. Coimbra: Centro de Estudo Sociais, 1995. (Oficinas do CES, n.61).

GHISLENI, C. V. O que é planejamento urbano. **ArchDaily**, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/982184/o-que-e-planejamento-urbano> Acesso em: 09 dez. 2022.

GOMES, J. I.; SILVA, E. M. A.; MELO, A. T. S. **Comunicado Técnico 148 – Durabilidade de 15 espécies de madeira amazônicas em contato com o solo em ambientes sombreado**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/390412/durabilidade-de-15-especies-de-madeiras-amazonicas-em-contato-com-o-solo-em-ambiente-sombreado> Acesso em: 16 jan. 2024.

GOOGLE. **Lisboa**. 2024. Disponível em: <https://www.hoteis.com/de1063515/hoteis-em-lisboa-portugal/> Acesso em: 10 fev. 2024.

GOOGLE. **Salvador**. defesa civil. 2024. Disponível em: <http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2024.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

IBGE. **Biblioteca IBGE: Censo demográfico 1991: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo 2000: municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html> Acesso em: 11 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades. Extração Vegetal e Silvicultura**. . Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/pesquisa/16/12705>. Acesso em: 11 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE – Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 jan. 2024.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html#:~:text=Unidades%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20com,Reserva%20Biol%C3%B3gica> Acesso em 30/04/2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). **Afuá: Sítio Cachoeira do Pequiá**. [Brasília: MC], 2001. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_detalhes.php?23918](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?23918) Acesso em: 15 jan. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **INRC: Marajó. Relatório Final**. Belém: IPHAN, 2009. 138 p.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PACH: AFUÁ, PA. Plano de Ação para Cidades Históricas**. Belém: IPHAN, 2010.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128 p.

LANÇANTE. Enchente vira diversão em Afuá. - **Blog do Jota Barbosa**, 30 abr. 2017. Disponível em: <https://blogdojotabarbosa.blogspot.com/2017/04/enchente-vira-diversao-em-afua.html?m=1> Acesso em: 08 mar. 2023.

LEFEBVRE, H. Prefácio. *In*: LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

LEME, M. C. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. *In*. LEME, M. C. **Urbanismo no Brasil 1895 – 1965**. 1º ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.20 – 38.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo, SP: B4 Editores, 2014.

LOOS, Adolf. **Ornamento y Delito y Otros Escritos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972.

MESQUITA, Fernando J. L. de. **Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônia: o caso de Afuá-PA**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2017.

MOASSAB, A.; NAME, L. Apresentação. *In*: MOASSAB, A.; NAME, L. (orgs.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

NAVARRO, Alexandre Guida. As pequenas venezas americanas: revisitando as moradias nas terras baixas da América do Sul. **Revista de Arqueologia**, v. 35, 2, p. 85-120, 2002. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/959>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NUNES, B. F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. *In*: CASTRO, E. (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 41-58.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. da. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 12, n. 24, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>. Acesso em: 21 jun. 2024. Acesso em: 02 fev. 2024.

OLIVEIRA JR, Jair Antonio de. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000300013](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013). Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. *In*: TRINDADE JR, S-C. C., TAVARES, M.G.C. (org.) **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

PORRO, R. O que as cercas de acapu ensinam sobre o desmatamento na Amazônia? ((o))eco, [Rio de Janeiro], 5 jan. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/o-que-as-cercas-de-acapu-ensinam-sobre-o-desmatamento-na-amazonia/> Acesso em: 10 maio 2023.

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECENÁ, A. E.; SADER, E. (orgs.). **La Guerra Infinita Hegemonía y Terror Mundial**. 2002. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RIBEIRO, Patrícia Braga, OLIVEIRA JR, Jair Antonio de. **A casa ribeirinha sobre as**

**águas: arquitetura e cultura.** *In:* XV Jornada de Iniciação Científica e IX Mostra de Iniciação Tecnológica. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019, São Paulo. Disponível em:

<https://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/xvjornada/paper/download/1443/1083>.

Acesso em: 06/11/2023

ROCHA, M., MEDEIROS V. A. S. Configuração e urbanidade em assentamentos da Amazônia: as lições de Afuá (Pará, Brasil) **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 1, p. e00071-e00071, 2019. Disponível em:

<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/71> Acesso em: 11/01/2024.

SANTOS, L. S. **Análise da vulnerabilidade socioambiental sanitária: a interface entre espaço e saúde na pequena cidade de Afuá, Pará.** 2023. 108f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** São Paulo. Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EDUSP; Hucitec, 1977.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 90 p.

SANTOS, S. C.; COSTA, S. K. Arquitetura Vernacular ou Popular Brasileira: Conceitos, Aspectos Construtivos e Identidade Cultural Local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n.35, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2017v24n35p218>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SPOSITO, E.S.; JURADO DA SILVA, P.F. Perspectivas Teóricas: Parte 1. *In:* SPOSITO, E.S.; JURADO DA SILVA, P.F. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013

TRINDADE JR, S-C.C.; TAVARES, M.G.C. Cidades Ribeirinhas na Amazônia: uma apresentação do tema. *In:* TRINDADE JR, S-C. C.; TAVARES, M.G.C. **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008. p. 9-12.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade. **Revista Cidades**, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12587>. Acesso em: 10/12/2023.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. UC – Socioambiental - Unidades de Conservação no Brasil. **Parque Estadual Charapucu.** Pará: SEMA, 2010. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5130>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVAP. IP&D. **Laboratório de Estudos da Cidade**, 2023. Disponível em: <https://www.labcidadesunivap.net/>

VALOTA, E. C. S. **O morador de várzea urbana de pequenas cidades ribeirinhas do Delta do rio Amazonas e suas estratégias de sobrevivência: análise comparativa entre Afuá e Ponta de Pedras – PA.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) –

Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2019.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In. O processo de urbanização no Brasil* (1º ed., p.170 – 243) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA

**Roteiro para entrevista do projeto: Crescimento Urbano e Identidade Cultural: Afua no Para.**

Data: \_\_/\_\_/\_\_. Local:

### Identificação

Cód.:

1) Idade: \_\_\_\_\_ anos.

2) Fonte de renda:  Funcionário público  Aposentado/pensionista  Funcionário comércio

Autônomo  Funcionário indústria  Programas sociais. Qual? \_\_\_\_\_.

Outros  MEI

3) Nasceu em: \_\_\_\_\_ estado: \_\_\_\_\_

4) Desde quando mora na zona urbana de Afua?

Desde que nasceu  Mais de 10 anos  Mais de 20 anos

5) Onde morava anteriormente?

No interior do município  Em outro município  Em outro estado

6) Qual o motivo para morar em Afua?

Familiar  Trabalho  Porque nasceu aqui  Educação

7) Número de pessoas que moram na mesma casa? \_\_\_\_

8) Qual material predomina na estrutura e no fechamento das paredes da casa?

Madeira  Tijolo  Concreto  Outros

9) Número de cômodos da casa? \_\_\_\_ cômodos \_\_\_\_ banheiros.

10) Você gosta de morar em Afua?  Sim  Não

11) Porquê?

A cidade  A família  A floresta  O clima  A cultura  O modo de vida

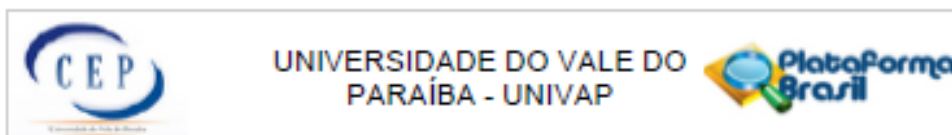
12) Qual a maior dificuldade em morar em Afua?

Saúde  Educação  Emprego  Lazer  Transporte  Moradia

13) O que deve ser preservado em Afua?

As casas de madeira  A igreja de N. Senhora da Conceição  A praça Micaela Ferreira

Bicitáxi  As ruas de madeira  O cemitério

**ANEXO A: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Crescimento Urbano e Identidade Cultural: Atua no Pará.

**Pesquisador:** ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 70038923.8.0000.5503

**Instituição Proponente:** FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.289.577

**Apresentação do Projeto:**

O Projeto com o título "Crescimento Urbano e Identidade Cultural: Atua no Pará", traz em seu desenho de pesquisa o retrato urbano em Atua no Pará, uma pequena cidade no arquipélago do Marajó, no coração da Floresta Amazônica e seu crescimento desordenamento, frente a ausência de uma orientação futura e a preservação de sua história.

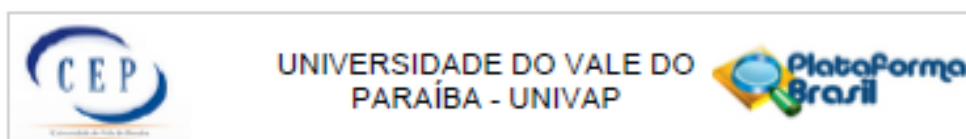
**Objetivo da Pesquisa:**

O Projeto com o título "Crescimento Urbano e Identidade Cultural: Atua no Pará", traz como objetivos:

**Objetivo Primário:**

O principal objetivo da pesquisa é retratar as mudanças que a área urbana de Atua passou nesses últimos anos e avaliar como a falta de uma legislação municipal adequada contribuiu para o desenho urbano e, infere uma possível tendência a transformações espaciais geográficas. Além de retratar as mudanças, estudar as possíveis causas dessa transformação, se é uma transição natural, em relação as cidades de mesmas características e porte, ou se é uma mudança pela influência do acesso a meios de comunicação modernos, como a Internet, tecnologia, ou até mesmo o envelhecimento de sua população. Também não deverá ser ignorado na pesquisa o aumento da população urbana do município que levou a sua expansão territorial e possivelmente as transformações espaciais.

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (P&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.209.577

#### Objetivo Secundário:

•Contribuir com a legislação urbana do município para o ordenamento urbano e territorial;•Verificar quais foram as influências externas que contribuíram para as mudanças na área urbana do município;•Conhecer o perfil da população de estudo, tais como: renda, escolaridade e relações socioculturais;•Analisar a percepção de reconhecimento cultural de Afuá por parte da população de estudo.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Durante o processo de aplicação do questionário, o participante pode apresentar cansaço ou aborrecimento ao responder questionários e/ou desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante a aplicação do questionário. Para amenizar a possibilidade desses riscos será garantido um local privado, provavelmente a residência do participante, para a aplicação do questionário.

##### Benefícios:

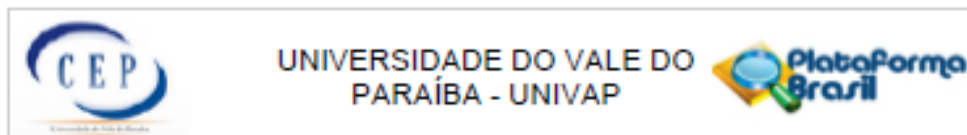
Esperamos, com esta pesquisa que os dados gerados possam explicar a expansão urbana da cidade de Afuá, o aumento populacional e as mudanças em sua arquitetura ribeirinha, produzindo informações que possam embasar políticas públicas beneficiando a população para um desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável para o município. Além de contribuir para conhecimento dos costumes da população que habita o urbano na Floresta Amazônica.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Projeto de Pesquisa permite observar o processo de mudança social na cidade de Afuá, além das modificações estruturais ocorridas e como a população enxerga as mudanças, caso tenha.

O projeto de pesquisa consiste em retratar o urbano em Afuá no Pará, uma pequena cidade no arquipélago do Marajó, no coração da Floresta Amazônica, cercada pelas águas da bacia do Rio Amazonas, com sua forma singular de conviver com o ciclo das águas, suas chelas e vazantes, a natureza exuberante, na imensidão de um município em um grande território com sua população espalhada em ilhas, onde o rio se transforma em avenidas, como vias de transporte mais utilizadas por sua população. Apesar de distante dos grandes centros urbanos brasileiros, a cidade de Afuá, tem uma vida urbana vibrante, mesmo em sua condição de cidade ribeirinha. A cidade mantém várias de suas características originais, como as casas sobre palafitas, em sua maioria de madeira, as estivas onde só se pode circular a pé, de bicicleta ou o bicitaxi, uma invenção local, que une duas bicicletas paralelas, modificadas em sua estrutura para receber até 4 pessoas, ou para carga, similares aos táxis tão comum nas cidades ao redor do Brasil. A cidade possui escolas do ensino

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3047-1111 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Pensar: 6.209.577

fundamental ao médio, além de polos de ensino superior à distância. Há também outras instituições públicas como postos de saúde, um hospital, além de toda a estrutura administrativa da prefeitura municipal. A cidade dispõe de sistema de tratamento de água, que está sendo ampliado para atender o crescimento populacional, que tem sido expressivo durante os últimos vinte anos na cidade. A energia elétrica vem de uma usina termelétrica que funciona a óleo diesel, a cidade ainda não é interligada ao sistema nacional de distribuição. O esgoto sanitário não é coletado e tratado adequadamente, apenas uma parcela da cidade possui fossa séptica. Como qualquer cidade no mundo, Afuá sofre influência de outras partes do globo. Com a expansão dos meios de comunicação, seja pela telefonia celular ou pela popularização da Internet, a cidade vem sofrendo mudanças em toda a sua estrutura, desde a estivas por onde seus cidadãos transitam diariamente, até o modo de morar ribeirinho, com a mudança da estrutura das casas, que ainda são em sua maioria de madeira, com a Acapu, madeira nobre da Floresta Amazônica, que hoje se encontra em risco de extinção, porém está perdendo espaço aos poucos para materiais comuns em outras localidades como o concreto e o tijolo balano em sua estrutura principal, como cita (Trindade Jr 2008, p. 24) A linguagem da globalização nega qualquer forma de autonomia para o desenvolvimento urbano, subestima a capacidade individual de cada cidade para definir novas possibilidades de viver no urbano e torna impossível vislumbrar saídas alternativas para a trajetória capitalista da globalização/urbanização." Outro fator que vem modificando o tecido urbano da cidade de Afuá, é aumento de sua população urbana, a cidade vem sendo ampliada para suportar o volume de pessoas que tem escolhido a cidade para fixar residência. Essa expansão urbana tem aumentado a destruição da floresta que circunda a cidade. A cidade chegou a uma população de 35.042 pessoas segundo o censo em 2010, e a 39.910 pessoas em 2021, com uma população urbana de 9.478 pessoas, e estes números já seriam o suficiente para que a cidade já tivesse elaborado e aprovado seu plano diretor, segundo o Estatuto das Cidades, porém o documento ainda está em fase de elaboração e não tem apoio popular para sua aprovação. Com isso, a cidade cresce sem um ordenamento que possa orientar seu futuro e preservar sua história

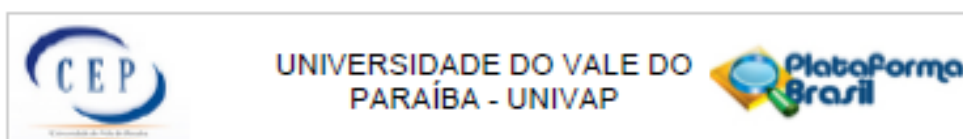
**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Ver "Conclusões ou Pendências e Listas de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Este CEP considera o projeto aprovado, uma vez que as pendências apontadas anteriormente foram sanadas:

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3047-1111 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.209.577

1. O texto do TCLE foi alterado para maior especificação da garantia de sigilo e confidencialidade.
2. O levantamento fotográfico descrito na metodologia foi detalhando, especificando que não serão obtidas imagens dos participantes, apenas da cidade.
3. O critério de exclusão foi reelaborado.
4. A redação do item riscos no formulário online foi alterada.
5. A idade do participante foi indicada apenas no TCLE.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Segundo a Resolução 466/12 (item XI), cabe ao pesquisador "elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais". VER MODELOS DISPONÍVEIS NO SITE DO CEP-UNIVAP.

A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delimitado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção."

Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

- Dados do projeto: Registro CONEP e
- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo "eventos sérios", indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

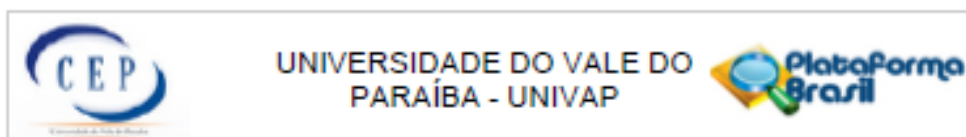
CEP-Univap - (12) 3947-1111

[www.univap.br/cep](http://www.univap.br/cep)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2149831.pdf	24/08/2023 11:03:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	ProjetoBrochura240823.pdf	24/08/2023 11:01:17	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
 Bairro: Ubatuba CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3947-1111 E-mail: [cep@univap.br](mailto:cep@univap.br)



Continuação do Parecer: 6.209.577

Ausência	Projeto brochura240823.pdf	24/08/2023 11:01:17	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Outros	Roteiro240823.pdf	24/08/2023 11:00:52	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE240823.pdf	24/08/2023 10:59:49	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Outros	CartarespostaCEP240823.pdf	24/08/2023 10:58:44	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Outros	CartarespostaCEP270623.pdf	28/06/2023 11:28:24	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto brochura270623.pdf	28/06/2023 11:26:38	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE270623.pdf	28/06/2023 11:25:54	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Outros	Roteiro290523.pdf	29/05/2023 21:03:05	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE290523.pdf	29/05/2023 21:00:56	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	29/05/2023 17:35:58	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Cronograma	CronogramaFinal29052023.pdf	29/05/2023 17:25:26	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderoStoAsslnada290523.pdf	29/05/2023 17:21:15	ANA PAULA DE CAMPOS SENA CAMARGO	Aceito

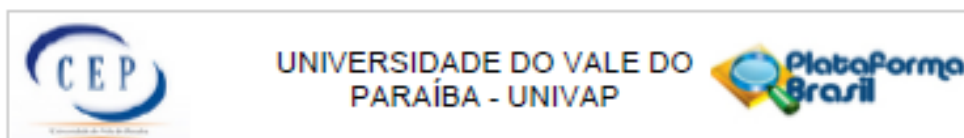
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2011 - Bloco 11 (P&D), Sala 13  
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3947-1111 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.209.577

SAO JOSE DOS CAMPOS, 09 de Setembro de 2023

---

Assinado por:  
Maurício Martins Alves  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
Telefone: (12)3047-1111 E-mail: cep@univap.br